

THIAGO OLIVEIRA GOMES

**FORMAÇÃO SUPERIOR EM AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO:
PRÁTICAS SOCIAIS QUE TRANSBORDAM ÁREAS DE CONHECIMENTO**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós- Graduação em
Agroecologia, para obtenção do
título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2014

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

G633f
2014 Gomes, Thiago Oliveira, 1983-
 Formação superior em Agroecologia e Educação do Campo :
 práticas sociais que transbordam áreas de conhecimento / Thiago
 Oliveira Gomes. - Viçosa, MG, 2014.
 viii, 122f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Théa Miriam Medeiros Machado.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Ensino superior. 2. Currículos - Avaliação. 3. Ensino
ambiental. 4. Ecologia agrícola. 5. Abordagem interdisciplinar do
conhecimento na educação. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Zootecnia. Programa de Pós-graduação em
Agroecologia. II. Título.

CDD 22. ed. 378

THIAGO OLIVEIRA GOMES

**FORMAÇÃO SUPERIOR EM AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO:
PRÁTICAS SOCIAIS QUE TRANSBORDAM ÁREAS DE CONHECIMENTO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós- Graduação em Agroecologia, para obtenção do título de Magister Scientiae.

Aprovada: 08 de dezembro de 2014

France Maria Gontijo Coelho

Eli Lino de Jesus

Antônio Bento Mâncio
(Coorientador)

Vanner Boere Souza
(Coorientador)

Théa Mirian Medeiros Machado
(Orientadora)

Dedico a meu Pai Francisco De Assis
(Pimentel) in memoriam.
Peço a sua Benção.

“Talvez dêsmolas. Mas, de onde as tiras, senão de tuas rapinas cruéis, do sofrimento, das lágrimas, dos suspiros? Se o pobre soubesse de onde vem o teu óbolo, ele o recusaria porque teria a impressão de morder a carne de seus irmãos e de sugar o sangue de seu próximo. Ele te diria estas palavras corajosas: não sacieis a minha sede com as lágrimas de meus irmãos. Não dê ao pobre o pão endurecido com os soluços de meus companheiros de miséria. Devolve a teu semelhante aquilo que me reclamaste e eu te serei muito grato. De que vale consolar um pobre, se tu fazes outros cem?”

São Gregório de Nissa, em ‘*Sermão contra os Usurários.*’

“O conhecimento nos faz responsáveis.”

Che Guevara

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo seu amparo e luz nos meus caminhos em todos os momentos desta minha jornada.

Aos meus pais e avós por todo o carinho, amor e dedicação. Aos meus tios, primos e irmãos em especial a Francisco (Fãico) e Francisca Helena (Chicória) por todos os momentos de alegria, irmandade e acolhimento nos momentos difíceis. As minhas sobrinhas e sobrinhos Thaís e Bruna, Gabriel e Vítor.

Aos meus amigos Tiago Silva, Eli Briseno, Luana, Junior Oliveira, Larissa, Eduardo (Dudu) irmãos e irmãs de espírito pelo amparo, amizade e momentos de alegria.

Aos meus amigos do Curso de Agroecologia Galdino, Estênio (Gaúchão), Aldo (Agroboy), Natália e Paulo (O Baiano), Vitor Corrêa e José Victor parceiro e irmão de orientação pelas conversas descontraídas e ricas discussões em assuntos diversos, a Filipe, Bianca, Paula Lima, Elaine, Steliane, Adalgisa, Sandro, Aristides, pelo o apoio, consideração e amparo nos momentos difíceis.

Aos amigos Eduardo Mattar, Paulo Prates, Bruno, Professor Élio, Edén, Aldo Max e Galdino Xavier pela contribuição na construção deste trabalho. Aos professores Márcio, Felipe Simas, Tommy Wanick, Willer Barbosa do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LICENA) da Universidade Federal de Viçosa, pelo o auxílio e contribuições. Ao Professor Geraldo Santos e Bento Mancio pela abertura para que este trabalho fosse idealizado com base na experiência do Curso de LICENA.

A minha orientadora Théa Mirian Medeiros Machado por sua dedicação, compreensão, serenidade, compromisso e acima de tudo crença em minha pessoa como um profissional capaz.

Aos mestres Ricardo Santos, Vanner Boere, Silvio Nolasco, pelo o aprendizado durante minha formação, enquanto estudante de pós-graduação.

Aos mestres Nicolau Bussons e Adriana Campani da Universidade Estadual Vale do Acaraú pelos ensinamentos sobre sociologia e extensão rural conhecimentos necessários para o início de minha jornada enquanto extensionista, a Evandro Vasconcelos Holanda Júnior, da Embrapa Caprinos e Ovinos, por ter proporcionado o meu primeiro contato com a Agroecologia.

Aos povos do Sertão das Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto do interior da Bahia, aos povos do mar, das aldeias Indígenas Tremembé do Córrego do João Pereira e de Almofala, aos povos da Serra das comunidades de Santo Elias e Meruoquina, pelo o aprendizado humilde e solidário concedido sobre a 'lida' na agricultura e na organização social. Ao grupo de Mulheres da Comunidade de Baracho com quem pude ver que é possível ir muito além daquilo do que se aprende na educação formal. Aos companheiros e companheiras Evanildo Lima, Célio, Padre Nelson, Cidinha e Bethânia da Comissão Pastoral da Terra de Senhor do Bonfim, Bahia, pela formação militante. Aos companheiros e companheiras do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) pelos ensinamentos em Educação do Campo.

Aos companheiros Osvaldo Aguiar, Expedito, Assis e Irmão Oliveira do Instituto de Ecologia Social Carnaúba, pelo aprendizado e experiência proporcionada.

Ao curso de Pós Graduação em Agroecologia da Universidade Federal de Viçosa – UFV pela a oportunidade, em especial a Rosangela (Ro) pelo seu constante carinho e atenção em ajudar nos momentos precisos.

Ao Venâncio e Arthur funcionários do Departamento de Zootecnia (DZO – UFV) pelas conversas descontraídas e sorrisos recíprocos nos cumprimentos diários.

A professora France Gontijo e ao Professor Eli Lino de Jesus por terem aceitado o convite para a participação na Banca de Defesa.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela a concessão de bolsa durante o curso.

Muito obrigado!

BIOGRAFIA

THIAGO OLIVEIRA GOMES, filho de Vitalina Maria Oliveira Gomes e Francisco De Assis Pimentel Gomes, nasceu em 17 de agosto de 1983 em Sobral - Ceará.

Em Sobral, no ano de 1998 concluiu o ensino fundamental na Escola São Francisco de Assis. Em 2001 concluiu o ensino médio na Escola Estadual Dom José Tupinambá da Frota.

Em fevereiro de 2002 iniciou seus estudos no curso de Bacharelado em Zootecnia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA em Sobral, com iniciação científica em Extensão Rural acompanhando grupos de agricultores em assentamentos de reforma agrária beneficiários do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), concluindo seu curso em fevereiro de 2006.

Em agosto de 2006 passou a desenvolver atividades como Técnico de Campo, parceria entre EMBRAPA Caprinos Ovino, EMBRAPA Semiárido, Central das Associações de Fundo e Fecho de Pasto (CAFFP – BA) e a Cooperativa de Canudos Uauá e Curaçá (COOPERCUC) na implantação e acompanhamento de Sistemas Agrossilvipastoris na Caatinga no sertão Baiano do Vale do São Francisco como Bolsista na Modalidade Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), onde teve o seu primeiro contato com a Agroecologia em comunidades tradicionais.

Em 2008 assumiu o cargo de coordenador no projeto Gente de Valor desenvolvido pela EFASE (Escola Família Agrícola do Sertão) em Monte Santo – BA, exercendo atividades de formação organizativa e comunitária junto a agricultores familiares no território rural do Sisal.

Em 2009 foi coordenador da base de serviço e comercialização no Território da Cidadania de Sobral – CE, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Em 2010 foi técnico de campo no Instituto de Ecologia Social Carnaúba em Sobral – CE desenvolvendo a atividade de implantação de Sistemas Agroflorestais e Quintais Produtivos na Área de Proteção Ambiental da Meruoca – Ceará (APA Meruoca – CE), com recursos da Petrobrás (Desenvolvimento e Cidadania), donde se consolidou a opção em ingressar em um curso de pós-graduação em Agroecologia.

Em 2012 concluiu o curso de Especialização em Educação Contextualizada para o Semiárido, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Neste mesmo ano, ingressou no Programa de Pós Graduação em Agroecologia pela Universidade Federal de Viçosa – UFV.

SUMÁRIO

RESUMO	01
ABSTRACT	03
INTRODUÇÃO GERAL	05
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	08

CAPÍTULO 1

Formação Superior em Agroecologia e Educação do Campo: perfil dos Cursos no Brasil

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Os Cursos de Bacharelado e Tecnologia em Agroecologia e o curso de Licenciatura em Educação no Campo - Origem de suas denominações.....	11
2. MATERIAL E MÉTODOS	13
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	14
3.1 Os Cursos de Bacharelado e Tecnologia em Agroecologia no Brasil	14
3.2 Os Cursos de ‘Licenciatura em Educação no Campo (LICENA)’ e ‘Pedagogia da Terra’ no Brasil	19
3.3 Características Gerais dos cursos	27
3.4 Distribuição dos Cursos no Brasil.....	28
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

CAPÍTULO 2

Áreas de Conhecimento e campos de atuação dos cursos superiores em Educação do Campo e Agroecologia no Brasil

1. INTRODUÇÃO	53
2. MATERIAL E MÉTODOS	55
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	56
3.1 Dos Projetos Políticos Pedagógicos de Curso (PPPCs)	56
3.2 Das Justificativas e campos de atuação profissional.....	59
3.3 Dos Objetivos de curso	69
3.4 Formas de acesso e perfil de candidatos escritos	72
3.5 Áreas de Atuação	74

3.6 Matrizes Curriculares de cursos por Áreas de Conhecimento da CAPES, de acordo com a carga horária por Grande Região do Brasil	79
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

CAPÍTULO 3

Estudo de caso do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Viçosa

1. INTRODUÇÃO	101
2. MATERIAL E MÉTODOS	103
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	104
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112
CONCLUSÕES GERAIS	114
ANEXO.....	115

RESUMO

GOMES, Thiago Oliveira, MSc, Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2014. **Formação Superior em Agroecologia e Educação do Campo: Práticas sociais que transbordam áreas de conhecimento.** Orientadora: Théa Mirian Medeiros Machado. Coorientadores: Vanner Boere Souza e Antônio Bento Mancio

Os Cursos de Graduação em Agroecologia e Educação no Campo, no Brasil, ainda não foram suficientemente analisados de maneira sistematizada com relação às suas áreas de conhecimento. Os dados foram obtidos junto ao Ministério da Educação – MEC, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Escolares Anísio Teixeira – INEP e os Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos (PPPCs) junto às secretarias de seus departamentos e pró-reitorias. O item ‘Sumário’ destes PPPCs foi submetido à análise de conteúdo e à análise de frequência de palavras utilizando os softwares NVIVO®, Manyeyes®, e do grupo linguística.insite®. A matriz curricular foi sistematizada de acordo com a tabela das áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No estudo de caso da Licenciatura em Educação do Campo - LICENA, da Universidade Federal de Viçosa – UFRV foram acessados documentos oficiais do curso após autorização concedida pelo Departamento de Educação. As aulas referentes ao ‘segundo tempo-universidade’ tiveram os dados das ‘avaliações anônimas’ tabuladas, conforme previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Dados também foram coletados pelo método de ‘observação não participante’, registrado em caderno de campo, com o consentimento dos docentes responsáveis. Os cursos de Agroecologia (n=25) são oferecidos em 12 ‘Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia’ (IFS) e 13 Universidades nas modalidades Tecnólogo (Tecg, n=23) e Bacharelado (BSc, n=6). Os cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ são numerosos (n=65) em 40 diferentes instituições. No estudo de gênero, o percentual masculino concluinte (62,2%) foi majoritário nos cursos de Agroecologia, mas não nos cursos de Educação do Campo (36,2%). Na região Centro-Oeste do país o número de candidatos a vagas nos cursos de Agroecologia e Educação do Campo, foi a maior que nas demais Grandes Regiões, denotando a necessidade de abertura de mais cursos nesta Região. A atuação na educação formal e não formal dos profissionais de Agroecologia e Educação do Campo está diretamente associada a disciplinas das Ciências Naturais e Agrárias, nas escolas de ensino fundamental e médio e na extensão rural através de metodologias participativas com grupos de agricultores familiares. O

item ‘Justificativa’ dos PPPCs em Agroecologia e Educação do Campo direcionam a ação do profissional para a atuação local e regional, prioritariamente. A análise de palavras no item ‘Objetivo’ dos PPPCs em Agroecologia formou as expressões: “formar profissionais” e “agricultura familiar” e, em Educação do Campo formou “educação do campo” e “escolas do campo”. Os cursos que possuem a Agroecologia como uma de suas vertentes de formação predominam, na sua constituição, as Grandes Áreas da tabela da Capes ‘Ciências Agrárias’, ‘Ciências Humanas’ e ‘Multidisciplinar’. As matrizes curriculares dos cursos permitiram traçar o perfil de suas origens, com base na epistemologia, que apontaram para o surgimento destas. ‘Tecg e BSc em Agroecologia’ as têm nas Ciências Agrárias, enquanto ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ nas Ciências Humanas. No estudo de caso, para o curso de LICENA/UFV preconiza-se utilizar a ‘Agroecologia’ como princípio formativo para a docência em ‘Ciências da Natureza’, na atuação dos futuros egressos em suas comunidades na agricultura; enquanto que ‘Multidisciplinar’ pode ser preconizada como instrumento pedagógico de trabalho dos futuros egressos e a relação com as disciplinas ‘Física’, ‘Matemática’, ‘Química’ e ‘Biologia’. Seria reducionista, contudo, classificar a Agroecologia apenas como ‘Ciências da Natureza’, pois inclui enfoques humanísticos e econômicos, entre outros. A sistematização das áreas de conhecimento dos cursos analisados transborda a classificação atual das áreas de conhecimento da CAPES o que denota a necessidade de revisão desta, de forma a melhor atender estes cursos. A pesquisa exploratória utilizada para realizar este estudo pode oferecer subsídios tanto para a elaboração de políticas públicas bem como para pesquisas futuras.

ABSTRACT

GOMES, Thiago Oliveira, MSc, Universidade Federal de Viçosa, December 2014.
Higher training in Agroecology and Field Education: Social practices that spill over established areas of knowledge. Advisor: Théa Mirian Medeiros Machado.
Coadvisers: Vanner Boere Souza and Antonio Bento Mancio

The undergraduate courses of Agroecology and Field Education, in Brazil, are not yet sufficiently systematized in areas of knowledge. Data were obtained from the Ministério da Educação – MEC (Ministry of Education), the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Escolares Anísio Teixeira – INEP (National Institute of Studies and School Research Anísio Teixeira) and the Pedagogic Political Projects of undergraduate Courses (PPPCs) from their department and vice-president offices. The itens ‘Summary’ of these PPPCs were subjected to content analysis and frequency analysis of words using the NVIVO®, Manyeyes®, and linguistic group insite® softwares. The curricular matrix was systematized according to established areas of knowledge from Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel). In the case study of the Major degree in Field Education – LICENA, at the Universidade Federal de Viçosa – UFV, official documents of the course were obtained from the Department of Education and data records of the ‘second meeting on Campus’ was computed as ‘anonymous’, as provided for in an informed consent. Data were also collected by the method of ‘non-participant observation’, as field notes, with the consent of the responsible professors. The courses of Agroecology (n=25) are offered in 12 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs (Federal Institutes of Science, education and technology) and 13 Universities of technology (Tecg, n=23) and Bachelor (BSc, n=6) licensing. The courses of ‘LICENA and Pedagogy of the Earth’ are numerous (n=65) in 40 different institutions. In gender study, the percentage of licensed male (62.2%) is majority in Agroecology courses but not in Field Education (36.2%). In the Central-West Region of the Country, the number of candidates for vacancies was the largest in the courses of Agroecology and Field Education compared to other Major Regions, denoting necessary to open more courses in this Region. The actuation in formal and non-formal education of professionals of Agroecology and Field Education is directly associated with the subjects of Natural Sciences and Agriculture, in elementary and middle schools and in rural extension through participatory methodologies with groups of farmers. The ‘Justification’ item of the PPPCs in

Agroecology and Field Education address the professional action mainly for local and regional scenario. The analysis of words of the 'Objective' item of PPPCs in Agroecology formed the expressions: "undergraduate professionals" and "family agriculture" and in Field Education: "field education" and "rural schools". The courses having Agroecology as one of its training aspects, predominant in its constitution, the largest Areas established by CAPES of 'Agricultural Sciences', 'Humanities' and 'Multidisciplinary'. The array of curricular courses enabled to profile their origins, based on epistemology, which its display. 'Tecg and BSc in Ecology' has their origin in Agricultural Sciences while ' LICENA and Pedagogy of the Earth' in Humanities. In the case study, the course of LICENA/UFV advocates use 'Agroecology' as formative principle for teaching in 'natural sciences', in the performance of future undergraduates in their communities in agriculture; While 'Multidisciplinarity' may be recommended as pedagogical instrument of work of future LICENA major and in related with the subjects 'Physics', 'Mathematics', 'Chemistry' and 'Biology'. However, it's not enough to classify Agroecology only as 'Natural Science', because it includes human and economic aspects, among others. The systematization of the knowledge areas of the reviewed courses spill over the current classification CAPES knowledge areas which shows the need to review this, in order to better serve these courses. Exploratory research used to perform this study may offer subsidies for the development of public policies as well as for future research.

INTRODUÇÃO GERAL

Os Cursos Superiores em Agroecologia e Educação no Campo possuem similaridades quanto ao período cronológico em que foram criados, nos marcos referencial e legal de base comum. Eles estão consubstanciados a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996) e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA (1998). Estes, por sua vez, são produtos da reivindicação da sociedade civil organizada por uma educação do e no campo, influenciando na formulação de Planos Políticos Pedagógicos de Curso (PPPC). Tais planos são orientados a fornecer a profissionalização dos estudantes com uma análise crítica da sociedade. Conforme o Art. 43, nos itens I e VI da LDB:

“Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”.

Os Cursos Superiores em Agroecologia possuem as formações em Bacharelado e Tecnologia, para a atuação na pesquisa, extensão rural e na prática educativa aos trabalhadores rurais, jovens e adultos. Já a Educação no Campo constituem-se de Licenciaturas com habilitações em áreas distintas como: ‘Ciências da Natureza’, ‘Matemática’, ‘Ciências Agrárias’, ‘Agroecologia’, ‘Sociais e Humanas’, ‘Letras, Artes e Literatura’, e ‘Linguagens e Códigos’ para a atuação de profissionais, principalmente em escolas do campo em séries finais do ensino fundamental e médio.

Esta pesquisa verificou as diferenças e semelhanças, distribuição no território nacional, período de criação e constituição dos cursos, para atuação de profissionais em agroecossistemas produtivos sustentáveis (GLIESSMAN, 2000), na educação formal (escolas do campo e agrotécnicas) e não formal (ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural).

A interação entre diferentes áreas de conhecimento permite aos profissionais dos cursos correlatos, a abordagem sistêmica em seus campos de atuação. É preciso iniciar um “novo profissionalismo” contrário à ótica reducionista na formação dos profissionais em agrárias de cunho convencional (CAPORAL e COSTABEBER, 2002). A multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade ampliam a formação profissional e levam a uma maior capacidade de diálogo com outras profissões e disciplinas de diferentes áreas de conhecimento.

Os profissionais egressos dos cursos analisados, no seu campo de atuação estão indiretamente associados quando se recorre ao discurso presente em leis, políticas e programas que tratam da educação no campo formal e não formal. Por exemplo, no texto da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER, 2004), que tem como princípios:

“A adoção de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia;

Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável”

A interpretação deste discurso mostra que as atuações dos profissionais em Agroecologia e dos Educadores do Campo estão ligadas, por exemplo; à composição de equipes previstas em políticas públicas como o PNATER, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esta política tem como requisito básico para a contratação de entidades prestadoras de serviços possuírem corpo técnico multidisciplinar.

As políticas públicas para assistência técnica e extensão rural sinalizam a necessidade de alterações no discurso de seus agentes e a participação de profissionais com formação multidisciplinar conforme recomenda o PNATER (2004). Supera o simples ato de indicar receitas ou difundir pacotes tecnológicos. O profissional deverá ter a capacidade de investigar, identificar e tornar disponível aos agricultores e suas famílias um conjunto de opções técnicas e participativas, adaptadas as necessidades do público atendido e ao seu contexto (CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

A proposta de Educação do Campo enraíza-se na história dos movimentos sociais, portanto, alia-se às lutas das populações do campo pelo direito a terra, a preservação de sua cultura e o reconhecimento de seus saberes. Pauta para a organização político pedagógica nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e Tecnologia e Bacharelado em Agroecologia, delimitando seus ambientes de atuação em comum. A abordagem por parte dos profissionais em Agroecologia e Educação no Campo é diferenciada no atendimento ao público, particularmente agricultores familiares e povos tradicionais do campo.

Capdeville (1991:18) discorre que o ensino superior agrícola no Brasil pode ser dividido em três períodos distintos; de 1858 a 1910 quando este fora executado por Instituições de Ensino Superior (IES) sem a intervenção direta de órgãos competentes do estado; de 1910 a 1961 quando passou a ser de incumbência do Ministério da Agricultura e de 1961 até os dias atuais com a criação da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais para Educação (LDBN) de 1960 com a transferência para o Ministério da Educação e Cultura.

Coincidentemente a Revolução Verde, desencadeada a partir dos anos 60 no Brasil, com a industrialização da agricultura no campo das relações econômicas propriamente capitalistas, influenciou direta e indiretamente na formulação dos conteúdos curriculares dos profissionais em ciências agrárias. A política institucional na formulação de currículos é carregada de intenções e visões de mundo (LOPES, 2006) que, com conteúdos, visa atender às necessidades de mercado, o emprego de técnicas modernas de manejo (SARADÓN, 2002) na agricultura e de conhecimentos instrumentalizados para ação profissional (SILVEIRA e BALEM, 2002). Portanto a atividade humana é intencional, e não está separada de um projeto (GADOTTI, 2005).

A Teoria do capital humano, que teve a adesão das ciências agrárias no Brasil, e orientou ações no ensino superior agrícola de nível superior, a partir de 1960 passou a dar importância ao planejamento da economia e da educação, onde grupos de interesse se utilizam da educação para atingir objetivos particulares (CAPDEVILLE, 1991:21). O que qualifica a educação como ato político (FREIRE, 1969) desprovida de neutralidade, em particular no meio acadêmico.

Apenas a partir das últimas décadas do século XX, a sociedade brasileira pôde retomar o debate sobre as conseqüências do modelo de produção agrícola e a possibilidade de construção de alternativas justas. Debate este fomentado pelos movimentos das agriculturas alternativas que se consolidaram no Brasil (DA SILVA, 1987; ABRAMOVAY, 2000; BRANDEBURG, 2002) pela Sociedade Civil Organizada e as Instituições Públicas de Ensino. Os estudos sobre essas formações no Brasil são encontradas nas contribuições de Pinto et al. (2012) e Balla et al. (2014), no levantamento dos cursos de Agroecologia no Brasil e sua relação com a educação formal, e de Stamato (2012) que discorre sobre as competências desenvolvidas em cursos de Ciências Agrárias da UNESP/Botucatu em contraposição às mesmas no programa de formação de quadros técnicos de ATER e em seis cursos de bacharelado em Agroecologia do Brasil.

A formação em ‘Agroecologia’ e em ‘Educação do Campo’ se consolidaram nos espaços públicos do ensino formal a partir de 2005 e configuram como capítulo recente na história do Brasil. Nesta dissertação têm-se como objetivos: Caracterizar o perfil dos cursos em Agroecologia e Educação do Campo no Brasil, identificar as Grandes Áreas, Áreas e Subáreas do conhecimento destes cursos e realizar um estudo de caso em um curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Viçosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. A rede, os nós, as teias: tecnologias alternativas na agricultura. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: v.34, n.6, p.159-177, 2000.

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P.R. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. In: V Simpósio Latino-americano sobre Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários-IESA, e Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção–SBSP, 5. Florianópolis, 2002. Artigo completo em **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2002. 20p.

BALLA, J.V.Q.; MASSUKADO, L.M.; PIMENTEL, V.C. Panorama dos cursos de Agroecologia no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta: v.9, n.2, p.4-14, 2014.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: v.6, p.11-28, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 20 de abril de 1996, Seção1, p.27833;

BRASIL. Lei nº 12.188 de 11 de Janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 11 de janeiro de 2010, Seção1, p.1

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 4 de novembro de 2012 , Seção1, p.1

CAPDEVILLE, Guy. **O ensino superior agrícola no Brasil**. Viçosa: UFV, 1991, 125p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, p.70-85, 2002.

DA SILVA, J.G. Perspectivas da agricultura alternativa. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília: v.4, n.2, p.117-128, 1987.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1969. 65p.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2000. 653p.

GADOTTI, M. Pedagogia da terra e cultura de sustentabilidade. **Revista Lusófona de Educação**. Lisboa, Portugal: n.6, p.15-29, 2005.

LOPES, A.C. Discursos nas políticas de currículo. **Currículo sem fronteiras**. Pelotas: v.6, n.2, p.33-52, 2006.

PINTO, D.S.; ALMEIDA, S.L.; RAMOS, L.M.P.C.; OLIVEIRA, L.M.T. Levantamento e características dos cursos de Agroecologia e a sua relação com a educação formal no Brasil. **Cadernos de Agroecologia**. Cruz Alta: v.7, n.2, 5p. 2012.

SARANDÓN, S. J. Incorporando el enfoque agroecológico em las Instituciones de Educación Agrícola Superior: la formación de profesionales para una agricultura sustentable. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre: v.3, n.2, p.40-48, 2002.

CAPÍTULO 1- Formação Superior em Agroecologia e Educação do Campo: Perfil dos Cursos no Brasil

RESUMO

Os estudos sistematizados sobre os cursos superiores de Agroecologia e Educação no Campo no Brasil são recentes e escassos. Em vista disto, dados foram obtidos junto ao Ministério da Educação – MEC, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Escolares Anísio Teixeira – INEP e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Os cursos de Agroecologia (n=25) são oferecidos em 12 ‘Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia’ (IFs) e 13 Universidades. Estes cursos de Agroecologia são oferecidos nas modalidades Tecnólogo; em um Campus de cada uma das IFs; a modalidade Tecnólogo (Tecg, n=23) é mais numerosa do que a de Bacharelado (BSc, n=6). Os cursos de ‘Licenciatura e Educação no Campo - LICENA e Pedagogia da Terra’ são numerosos (n=65) em 40 diferentes instituições, sendo que em 25 destas recebem diferentes números de registro na distribuição em Campi. A distribuição quantitativa para ambos os cursos é decrescente nas Regiões Nordeste, Norte, Sul, Sudeste e Centro–Oeste. A carga horária média é maior em ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ que em ‘Agroecologia’ devido à prática pedagógica de alternância. Entre 2008 a 2012, houve maior demanda e menor evasão nos cursos de ‘Agroecologia’ que naqueles em ‘LICENA e Pedagogia da Terra’. De 2008 a 2012, houve demanda (concorrência) e menor evasão nos Cursos de ‘Agroecologia’ que naqueles em ‘LICENA e Pedagogia da Terra’. O percentual de concluintes do gênero masculino (62,2%) foi maior nos cursos de Agroecologia do que nos cursos de Educação do Campo (36,2%). A pesquisa revelou que na região Centro–Oeste foi maior o número de candidatos a vagas nos cursos de Agroecologia e Educação do Campo comparada às outras grandes regiões do Brasil, mostrando que se faz necessária à abertura de mais cursos nesta região. A pesquisa exploratória utilizada para realizar o estudo pode oferecer subsídios tanto para a elaboração de políticas públicas bem como para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Agroecólogos, Desenvolvimento Sustentável, Educação formal, Educação não formal, Educadores do Campo, Pedagogia da Terra

1. INTRODUÇÃO

1.1 Os Cursos de Bacharelado e Tecnologia em Agroecologia e o curso de Licenciatura em Educação no Campo - Origem de suas denominações

A discussão sobre a Educação no Campo e a Agroecologia perpassa a história de luta da sociedade civil organizada por justiça social no campo. Um dos movimentos do campo que merece destaque é o Movimento dos Sem Terra (MST). A aproximação deste com a noção de sustentabilidade na agricultura datam de 1985 (NETO e CANAVESI, 2003) e 1990 (BORGES, 2007), quando a discussão e iniciativas em ‘agricultura ecológica’ foram executadas nos assentamentos brasileiros de reforma agrária.

Gadotti (2009) diz que o termo ‘Pedagogia da Terra’, aparece inicialmente como ‘Pedagogia do Desenvolvimento Sustentável’ em estudo realizado pelo Instituto Latino-Americano de Pedagogia da Comunicação (ILPEC), na Costa Rica. O texto deste documento, ainda segundo Gadotti (2009), faz referência a uma visão holística, ao equilíbrio dinâmico do ser humano e a categoria da sustentabilidade, que são pressupostos essenciais da ‘Pedagogia da Terra’.

A noção (conceito) de agroecologia pode ser observada em documentos a partir do 3º Congresso Nacional do MST (1995) e da articulação com a Via Campesina, no Brasil. A sustentabilidade adentrou, ainda que secundariamente, a agenda do MST, adquirindo maior força nos anos 2000. Nesse ínterim, foi desencadeado um processo de transição agroecológica visando à adoção de um paradigma de produção voltado para o desenvolvimento sustentável.

Em 1998, na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, os discentes do curso de Pedagogia oriundos do MST recusaram a denominação ‘acadêmicos’ e utilizaram o termo ‘Pedagogia da Terra’ como título de um jornal que informava aos demais alunos suas identidades quanto camponeses e de onde vinham. O termo ganhou espaço no MST e foi utilizado para designar a primeira turma (BORGES, 2007).

A terminologia ‘Educação do Campo’ se fortalece a partir da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, em 1998 (SOUZA, 2007).

Petersen et al. (2009) afirmam que a dimensão de ‘Educação no Campo’ supera a perspectiva da escola como espaço físico de formação, para ser associada ao contexto

local, na educação não formal direcionada aos agricultores. A criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), de 1998, despertou o interesse de pesquisadores por parcerias, especialmente entre movimentos sociais, universidades e governos brasileiros.

O PRONERA, em seu primeiro formato, passou a desenvolver cursos médios técnicos em agroecologia, agropecuária, saúde comunitária, entre outros; e cursos superiores Bacharelado (BSc) em Pedagogia, Direito, Agronomia e Medicina Veterinária; Licenciaturas e Tecnólogos em Produção Agrícola e em Agroecologia. Este Programa tem como objetivo geral fortalecer a educação nas áreas de reforma agrária, no acesso à educação formal a agricultores.

O registro dos cursos superiores em Agroecologia, disponibilizados pelo Ministério da Educação (2014), mostra que o primeiro a ser implantado no Brasil data de 2005, sob a forma de Bacharelado, oferecido pela Universidade do Contestado (UNC) em Santa Catarina, uma instituição privada (e-MEC, 2014).

Em recente estudo, Balla et al. (2014) identificaram 24 cursos de graduação em Agroecologia no Brasil cadastrados no MEC, sem analisar a ordem cronológica de surgimento dos mesmos nem considerar os cursos com ênfase em Agroecologia, mas assim não designados, como é o caso do curso oferecido pela UNC. Os autores ressaltam que são poucos e dispersos os estudos que realizam análise quantitativa sistematizada sobre o ensino da agroecologia no Brasil.

Os cursos de formação em Educação no Campo têm os aspectos ligados a Agroecologia como bases conceituais na formação de seus educandos. A primeira referência encontrada de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em ‘Agroecologia e Segurança Alimentar’, é aquela da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em 2010 (PINTO et al., 2012). Estes autores esclarecem que a característica pedagógica deste curso é a formação por ‘alternância’, isto é, mediada pelos saberes organizativos do campesinato com os saberes acadêmicos, que dialogam entre ‘tempo universidade’ e ‘tempo comunidade’.

Por este histórico, o princípio da LICENA surgiu com a denominação de ‘Pedagogia da Terra’. Dessa narrativa, pode-se afirmar que os cursos de formação superior em Agroecologia e Educação no Campo são frutos dos esforços da sociedade civil organizada e representada pelos movimentos sociais do campo, como resposta ao modelo agrícola predominante. A agroecologia, neste contexto, tem seu *strictu sensu* acadêmico e seu *latu sensu* no saber popular.

Essa ação política reverberou, também, sobre a concepção que passam a orientar a Assistência Técnica e Extensão Rural de Organizações não Governamentais (ONGs) e da sociedade civil organizada, fundamentos da Agroecologia tem constituído, embora indiretamente, atualmente o princípio norteador na produção agrícola (ABRAMOVAY, 2000), e na Educação do Campo constitui-se uma proposta pedagógica para formação sistemática de sujeitos de forma que eles pudessem atuar fundamentados em agroecossistemas alimentares.

Os profissionais egressos de ambos os cursos se complementam na atuação como comunicadores rurais dos usuários dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), bem como de outras políticas públicas relacionadas aos povos do campo. Estudos sistematizados sobre os cursos aqui analisados são recentes e escassos.

Para isto é necessário verificar a distribuição e o perfil dos cursos que formam profissionais aptos a atender os agricultores familiares.

Como objetivos referentes ao primeiro capítulo desta dissertação verificaram-se a diferenças e semelhanças bem como a distribuição geográfica dos cursos; a relação entre os indicadores sociais e os recursos alocados para as principais políticas públicas no meio rural com a localização destes cursos no Brasil; a classificação dos cursos quanto à forma de acesso dos discentes; e o perfil dos discentes quanto a inscritos matriculados e egressos por gênero nas Grandes Regiões Brasileiras.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Neste estudo foram avaliadas as semelhanças e diferenças entre os Cursos de Bacharelado e Tecnológico em Agroecologia, Licenciatura em Educação no Campo e Pedagogia da Terra dos cursos que possuem número de registro no Ministério da Educação (MEC) do Brasil.

Para isto, realizou-se um levantamento exploratório dos registros de cursos no sistema e-MEC, aqui apresentados por Instituições de Ensino Superior (IES), e os cursos cadastrados são apresentados por Região e estados.

Foram analisados o ano de início da primeira turma, número médio de vagas ofertadas por cursos, carga horária total, carga horária presencial (tempo universidade) e formação complementar obrigatória (tempo comunidade) com base nos Planos Políticos Pedagógicos de cada Curso (PPPC) de ‘Bacharelado (BSc) e Tecnólogo (Tecg) em Agroecologia’, ‘LICENA e Pedagogia da Terra’. Foram solicitadas informações sobre o

ato regulatório de reconhecimento dos cursos à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), uma unidade do MEC.

Para apresentar a distribuição geográfica dos cursos nos estados que os sediam foram elaborados mapas com auxílio do ArcGIS® (Anexo) com dados dos municípios e estados fornecidos pelo IBGE/DGC/CETE (2010).

Para complementar as informações acerca da distribuição dos cursos e auxiliar na discussão dos resultados, foram feitas sistematizações de dados secundários. Do IBGE (2010) eles versam sobre a população rural e urbana no Brasil, e o número de propriedades familiares; do MDA (2009) sobre o índice de Gini, que mede a concentração fundiária nos estados por Grande Região; do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA/INCRA (2013) sobre o número de Projetos Assentamentos e de famílias assentadas; do Portal da Transparência (2014) da Controladoria Geral da União (CGU) sobre o montante de recursos destinados (1996 à 2014) para as principais políticas de educação no campo. Do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), obteve-se dados sobre as escolas rurais abertas e do número de vagas nos cursos correlatos sobre candidatos inscritos, número de ingressantes, e número de concluintes por estado e Grande Região, de 2008 a 2012.

Os dados foram sistematizados com auxílio do Excel®, e analisados por estatística descritiva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Cursos de Bacharelado e Tecnologia em Agroecologia no Brasil

Segundo registros no e-MEC, são oferecidos pelas instituições de ensino superior no Brasil 21 cursos de Tecnologia em Agroecologia (Tecg Agroecologia) em 13 Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia (IFs), em quatro Universidades Estaduais (EU) e três em Universidades Federais (UF). Os cursos de Bacharelado são sete, oferecidos em quatro Universidades Federais, um IF, e uma Instituição de Ensino Superior de caráter privada (Quadro 1).

Quadro 1. Cursos Agroecologia no Brasil, por Modalidade, Unidade da Federação, IES, datas de fundação da IES e do Curso, e número de cursos cadastrados no MEC

Curso	Instituições Anteriores ¹	IES	Fundação da IES	Fundação do IF	Fundação de Curso	Número
Tecnólogo	Escola Agrotécnica Federal do Acre	IFAC	2006		2013	02
	-	UEA	2001		2010	02
	Escola de Aprendizizes Artífices; Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira.	IFAM	1910	2008	2010	01
	-	UFRR	1989		2012	01
	Escola de Aprendizizes Artífices do Pará; Liceu Industrial do Pará; Escola Industrial de Belém e; Escola Industrial Federal do Pará.	IFPA	1909	2008	2012	01
	-	UFCEG	1952		2009	01
	Escola de Aprendizizes Artífices; Escola Técnica Industrial; Escola Técnica Federal da Paraíba; e Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa.	IFPB	1909	2008	2009	02
	Escola de Artífices do Recife; Liceu Industrial; Escola Técnica do Recife e Escola Técnica Federal de Pernambuco; Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco.	IFPE	1909	2008	2011	01
	Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina	IF Sertão	2008		2011	01
	Integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, Guanambi, Santa Inês e de Senhor do Bonfim.	IF Baiano	1965	2008	2013	01
	-	UFRB	2006		2009	01
	Escola de Artífices do Sergipe, posterior integração do Centro Federal de Educação	IFS	1909	2008	2012	01

¹Os IF's (Institutos Federais) são originários das Escolas de Artífices de 1909 como é o caso do IFS, e com a posterior fusão das Escolas Técnicas e Agrotécnicas com os Centros de Ensino Tecnológico (CEFET's).

	Tecnológica de Sergipe com a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão.					
	Escola de Artífices do Rio Grande do Norte. Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN).	IFRN	2008	2008	2012	01
	Integração da Escola Alemã Goeth Institut; Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná.	IFPR	1869	2008	2008	01
	-	UFPR	1909		2009	01
	-	URCAMP	1986		2012	01
	-	FURG	1969		2013	01
	-	UEMS	1979		2007	01
Bacharelado	-	UEPB	1966		2008	01
	-	UFPB	1955		2011	01
	-	UFAL	1961		2012	01
	Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (Anteriores Ginásio Agrícola de Rio Pomba, Colégio Agrícola de Rio Pomba, Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba) da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena e do Colégio Técnico Universitário da UFJF	IF SUDESTE MG - RP	1912	2008	2006	01
	-	UFSCAR	1968		2009	01
	-	UNC	1997		2005	01
	Escola Técnica Federal de Brasília	IFB	2006	2008	2010	01
Total		25	-		-	28

Legenda: IFAC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre; UEA - Universidade do Estado do Amazonas; IFAM - Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas; UFRR - Universidade Federal de Roraima; IFPA - Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; UEPB - Universidade Estadual da Paraíba; UFPB - Universidade Federal da Paraíba; UFAL - Universidade Federal de Alagoas; UFCG - Universidade Federal de Campina Grande; IF SUDESTE MG - RP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas; UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos; IFPR - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná; UFPR - Universidade Federal do Paraná; UNC - Universidade do Contestado; URCAMP - Universidade da Região de Campanha; FURG - Fundação Universidade Federal do Rio Grande; UEMS - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul; IFB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

As Unidades Federativas do Piauí, Ceará e Maranhão (Quadro 1) não possuem cursos superiores de graduação em Agroecologia, este último por meio da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, oferta o curso de pós-graduação em Agroecologia, Mestrado e Doutorado. Este curso foi um dos primeiros a ser instaurado no Brasil, na modalidade *stricto sensu* em Agroecologia. A UFRB passará a oferecer a partir de 2015 o curso de ‘Tecnologia em Agroecologia’ em parceria com a Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido - REFAISA, através de convênio com o INCRA e com recursos oriundos do PRONERA. O curso é destinado a alunos egressos de escolas famílias, assentados de reforma agrária, acampados e populações Tradicionais de Fundos de Pasto (Plano Político Pedagógico de Curso, UFRB – REFAISA, 2013). A admissão dos candidatos será na modalidade especial. Esta pesquisa identificou apenas a UFRB e o IFPR que admite com perfis pré-estabelecidos em edital, povos tradicionais (quilombolas, faxinais e fundo de pasto), assentados de reforma agrária, trabalhadores rurais e pescadores.

Na região Sudeste, Espírito Santo e Rio de Janeiro não possuem cursos de agroecologia, segundo a fonte de registros no MEC (Quadro 1). Conforme citado anteriormente no Rio de Janeiro há o curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em ‘Agroecologia e Segurança Alimentar’, ofertado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRRJ, em 2010 (PINTO et al., 2012). O mesmo para o curso de Licenciatura em Educação no Campo da Universidade Federal de Viçosa – UFV, que possui habilitação em ‘Ciências da Natureza e Agroecologia’. Esta informação mostra que além de formar professores para atuarem em salas de aula, a proposta dos cursos de educação no campo tem por objetivo atender a trabalhadores rurais e suas organizações na educação não formal (GOHN, 2006), com vistas ao mundo do trabalho na agricultura.

Na Região Centro-Oeste, os estados do Mato Grosso e Goiás não oferecem cursos em Agroecologia.

No e-MEC, o reconhecimento é visualizado pelo Ato Regulatório de Curso cujo status pode ser ‘análise concluída’; ‘em análise’ quando há mudanças nos cursos como, por exemplo, aumento da carga horária, alteração na modalidade de curso, mudança de endereço; e ‘sem registro’, situação comum aos cursos novos que ainda não possuam alunos concluintes. Dos 29 cursos, 11 destes estão reconhecidos pelo MEC, nove estão em processo de reconhecimento e outros nove não possuem registro (Quadro 2).

No caso do IF Sudeste de Minas constar dois registros de cursos no MEC (Quadro 2), refere-se a alteração da modalidade de Tecnólogo para Bacharelado, de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico de Curso que cita que em 15 de Abril de 2008 o Conselho Superior (CEPE) aprovou a extinção do Curso de Tecnologia em Agroecologia e criou o curso de Bacharelado em Agroecologia, através da Resolução nº 003/2008, esta ação corresponde como estratégia para a filiação dos futuros egressos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) para o exercício das atribuições dos profissionais em Agroecologia.

A Região Sul do Brasil é a única que possui os cursos presentes em todos os estados (Quadro 1). O curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia ofertado pela Universidade do Contestado – UNC data de 2005 de início de suas atividades, das instituições com cursos credenciados no MEC, somente esta tem caráter privada. No estado do Paraná o curso de Agroecologia está oficialmente cadastrado no IFPR, que possui a associação com a Escola Latinoamericana de Agroecologia (ELAA), criada em 2005, e contam com a parceria entre a Via Campesina, governo do Paraná e o governo da Venezuela (GUHUR e SILVA, 2010). Na cooperação o IFPR contribui com parte do corpo docente e na diplomação dos profissionais egressos. Os recursos são oriundos do PRONERA, e o curso funciona no assentamento Contestado, área rural do município de Lapa (região metropolitana de Curitiba).

Quadro 2. Ato regulatório de reconhecimento conforme os números de registros dos Cursos de Tecnologia e Bacharelado Agroecologia no Brasil

BSc e Tecg em Agroecologia	Ato Regulatório de Reconhecimento	Número
IFAM, UFRR, IFPA, IF Sudeste de Minas, UFPR, URCAMP, IFPB, UFPB, IFPE, UFRB, IFB.	Análise concluída	11
IFAC, IFRN, UFCG, IFPE, IFS, IF Sudeste de Minas, UFSCAR, IFPR/ELAA, IFMG.	Em análise	09
IFAC, UEA ² , UEMS, UEPB, UFAL, IFBA, FURG, UNC, IFAC.	Sem registro	09
Total		29

Fonte: Construído a partir de dados da SERES - MEC (2014)

² A Universidade Estadual do Amazonas – UEA possui dois cursos credenciados, mas que não possuem registro de reconhecimento de curso.

3.2 Os cursos de ‘Licenciatura em Educação no Campo (LICENA)’ e ‘Pedagogia da Terra’ no Brasil.

A Licenciatura em Educação do Campo contabiliza 59 cursos no Brasil, distribuídos em 35 Universidades Federais, 13 Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia (IFECET), dez Universidades Estaduais e uma Universidade Municipal. Os cursos de Pedagogia da Terra são em número de seis, distribuídos em seis Universidades Federais. Estes cursos constituem antecessores das licenciaturas em Educação no Campo, com as quais compartilham seus princípios norteadores (CALDART, 2008).

Quadro 3. Cursos de Licenciatura em Educação do Campo e Pedagogia da Terra no Brasil, por estado, Instituição de Ensino Superior (IES), data de fundação da IES e do Curso, e número de cursos credenciados

Curso	IES	Fundação da IES	Fundação de Curso	Número
LICENA	UFRR	1989	2010	02
	IFPA	2008	2010	11
	UNIFESSPA	2013	2009	01
	UFPA	1957	2009	01
	UNIFAP	1987	2009	01
	UFPI	1968	2009	04
	URCA	1986	2008	02
	UFERSA	2005	2013	01
	UFMA	1966	2009	01
	UFCG	1952	2009	01
	UNEAL	1995	2009	01
	UFS	1963	2008	01
	UNEB	1983	2013	01
	UFBA	1946	2008	01
	UFRB	2006	2012	01
	UFMG	1927	2005	01
	UNIMONTES	1962	2008	01
	UFVJM	2005	2010	03
	UFV	1922	2014	01
	UFRRJ	1910	2010	01
	UFES	1954	2013	02
	UNITAU	1956	2012	01
	UTFPR	1909	2013	02
	UNIOESTE	1988	2009	02
	UEM	1969	2013	01
	UNICENTRO	1990	2011	01
	UFSC	1962	2009	01
	UFFS	2009	2010	03
	UNIPAMPA	2006	2013	01
	IFFARROUPILHA ³	2008	2013	01

³O IFFARROUPILHA é originário da fusão do Centro Federal Tecnológico de São Vicente do Sul, Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos e Unidade

	UFPEL	1969	2009	01
	UFRGS	1934	2014	01
	FURG	1969	2013	01
	UFMS	1979	2013	01
	UFGD	1962	2014	01
	UFG	1960	2007	01
	UNB	1962	2007	01
Pedagogia da Terra	IFMA ³	2008	2009	01
	UFMA	1966	2009	03
	UFPB	1955	2008	01
	UFSCAR	1968	2007	01
Total	41	-	-	65

Legenda: UFRR - Universidade Federal de Roraima; IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; UFPA - Universidade Federal do Pará; UFPA - Universidade Federal do Pará; UNIFAP - Universidade Federal do Amapá; UFPI - Universidade Federal do Piauí; URCA - Universidade Regional do Cariri; UFERSA - Universidade Federal do Semiárido; UFMA - Universidade Federal do Maranhão; UFCG - Universidade Federal de Campina Grande; UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas; UFS - Universidade Federal de Sergipe; UNEB - Universidade Estadual da Bahia; UFBA - Universidade Federal da Bahia; UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano; UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais; UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros; UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; UFV - Universidade Federal de Viçosa; UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; UFES - Universidade Federal do Espírito Santo; UNITAU - Universidade de Taubaté; UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná; UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná; UEM - Universidade Estadual de Maringá; UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro – Oeste; UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina; UFFS - Universidade Federal da Fronteira do Sul; UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa; IFARROUPILHA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Farroupilha; UFPEL - Universidade Federal de Pelotas; UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; FURG - Universidade Federal do Rio Grande; UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados; UFG - Universidade Federal de Goiás; UNB - Universidade Federal de Brasília; UFMA - Universidade Federal do Maranhão; IFMA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão; UFPB - Universidade Federal da Paraíba; UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos.

Os estados de Amazonas, Rondônia, Acre, Tocantins não possuem cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’. Na Região Nordeste, apenas Pernambuco não oferece cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’. A Região Sudeste oferece os cursos em todas as suas Unidades Federativas; Minas Gerais possui cinco registros. Todas as Unidades Federativas da Região Sul oferecem cursos de ‘Educação no Campo’. Uma mesma instituição pode ter mais de um registro, como são os casos da UFFS com três registros em três diferentes habilitações, das UTFPR e a UNIOESTE duas habilitações cada. Por outro lado, a UFRGS possui apenas um curso registrado, mas distribuído em 22 campi. Na Região Centro-Oeste apenas o Mato Grosso não oferece os cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’.

Descentralizada de Santo Augusto, enquanto que o IFMA teve seu início na Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão de 1909, em 1937 recebeu a denominação de Liceu Industrial de São Luís e em 1989 de Centro de Ensino Tecnológico do Maranhão.

Nos cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ na Região Norte, estados do Amazonas, Rondônia, Acre e Tocantins não possuem cursos (Quadro 3). Roraima e Pará possuem mais de um curso por IES, distribuídos em diferentes campi, com número de registros distintos.

Todos os estados da Região Nordeste oferecem os cursos com exceção do Pernambuco que apesar de não constar neste levantamento, no e-MEC consta a Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, no Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco – CEVASF, autarquia de caráter municipal. Este curso apesar de constar em relatório gerado pelo MEC, não foi encontrado o seu número de registro.

A Região Sudeste oferece os cursos em todos os seus estados. Minas Gerais possui cinco registros, a Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM apresenta nos relatórios o curso de LICENA, mas os detalhes de curso não foram encontrados.

Todos os estados da Região Sul oferecem os cursos de Educação no Campo. A UFFS possui três registros devido a oferecê-lo em três habilitações diferentes. O mesmo se aplica a UTFPR, e a UNIOESTE cada uma com duas habilitações. A UFRGS possui apenas um curso registrado, mas distribuído em 22 campi, distribuído em municípios no interior do Rio Grande do Sul. A estratégia desta IES em interiorizar a LICENA é amparada por lei, que segundo o Decreto nº 3.860, de 09 de Julho de 2001 que dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, diz em seu capítulo III parágrafo 10:

“As universidades, mediante prévia autorização do Poder Executivo, poderão criar cursos superiores em municípios diversos de sua sede definida nos atos legais de seu credenciamento, desde que situados na mesma unidade da federação.”

A Região Centro-Oeste oferecem os cursos de LICENA em Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal com exceção do Mato Grosso.

O reconhecimento e a renovação nos cursos superiores dependem dos resultados obtidos nas avaliações do MEC, especialmente, no exame nacional de cursos de acordo com Decreto nº 3.860, de 09 de Julho de 2001. O reconhecimento nas IES ocorre de dois a três anos depois da autorização, e concedido por tempo limitado. A renovação do reconhecimento é solicitada após cinco anos do início de seu funcionamento, vinculada aos resultados dos processos de avaliação (SOARES e NEVES, 2003; NORDER 2010). Ressalta-se que o fato do curso não possuir registro não inviabiliza o seu funcionamento. O credenciamento deste junto ao MEC o torna apto a matricular e

ofertar aulas aos discentes aprovados no processo seletivo, e a formação da turma inaugural no curso corresponde à parte do processo de reconhecimento.

Quadro 4. Ato regulatório de reconhecimento conforme os números de registros dos Cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ no Brasil

Cursos LICENA e Pedagogia da Terra	Status de reconhecimento	Número
IFPA, UFPB, UFS, UFRB, UFVJM, UNITAU, UFSCAR	Análise concluída	07
UFRR, IFPA ¹ , UFPA, UNIFAP, UNB, UFMA, IFMA, UFCG, UFVJM, UTFPR, UFPEL, UFFS, UNB, UFSC	Em análise	23
UFRR, IFPA, UNIFESSPA, UFMS, UFGD, UFG, UFMA ² , UNEAL, UNEB, UFBA, UFMG, UNIMONTES, UFPI ³ , UFVJM, UNICENTRO, UFV, URCA ⁴ , UFES, UFFS, UNIOESTE ⁵ , UFRRJ, UTFPR, UEM, FURG, UNIPAMPA, IFARROUPILHA, UFRGS	Sem registro	35
Total		65

¹No IFPA são nove cursos com registros em processo de análise; ²Na UFMA dois cursos de Pedagogia da Terra sem registro; ³UFPI quatro cursos que não possuem registro; ⁴URCA dois cursos que correspondem a duas habilitações que não possuem registro; ⁵UFES, UNIOESTE e UFFS possuem dois cadastros ambos sem registro.

Fonte: Construído a partir de dados da SERES - MEC (2014).

Os status ‘sem registro’ na plataforma E-mec significa que no ato regulatório de reconhecimento do curso ‘nenhum registro foi encontrado’, isto é, que o curso ainda não fora reconhecido por fatores como, curso recém criado, isto é, com tempo de funcionamento inferior a formação da primeira turma, estruturação de corpo docente, infraestrutura pendente (bibliotecas, laboratórios, etc.), no entanto os status ‘sem registro e em análise’ não inviabilizam o funcionamento destes nem a validade do diploma do profissional egresso.

Os cursos de ‘Tecg em Agroecologia’ estão distribuídos majoritariamente nos Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia (IFs) e minoritariamente nas Universidades. Enquanto que em LICENA e Pedagogia da Terra a distribuição dos cursos é mais frequente nas Universidades do que nos IFs. A distribuição dos cursos em Campi é maior em ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ do que em ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ (Tabela 01).

Para a distribuição dos cursos de Agroecologia nos IFs estes ficam com 61,5% e nas Universidades com 38,5%. Nos cursos de Educação do Campo as Universidades

representam 70,5% do total de cursos, enquanto que os IFs acomodam 29,5% do total de cursos (Tabela 02).

Os cursos de Bacharelado em Agroecologia e Licenciatura em Educação do Campo estão distribuídos (Figura 1) em mais de 90% dos casos nas Universidades, o Bacharelado em Agroecologia também é majoritário nas universidades, com mais de 70% enquanto que os cursos de Tecnologia em Agroecologia em 50% dos registros estão nos IFs.

Tabela 01. Número de cursos por campi em ‘Tecg e BSc em Agroecologia’ e em ‘LICENA e Pedagogia da Terra’, nos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia (IFs) e Universidades

Distribuição entre Campi (n)		n IFs			Universidade			IFs + Universidade		
Número de Campus/Campi		1	>1	Subtotal	1	>1	Subtotal	1	>1	Total
Agroecologia	Tecnólogo	08	02	10	07	01	08	15	03	18
	Bacharel	02	00	02	05	00	05	07	00	07
Tecnólogo + Bacharel		10	02	12	12	01	13	22	03	25
LICENA & Pedagogia da Terra		02	01	03	29	12	41	31	13	44
Agroecologia + LICENA e Pedagogia da Terra		12	03	15	41	13	54	53	16	69

Tabela 02. Percentual de cursos por campi em ‘Tecg e BSc em Agroecologia’ e em ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ nos Institutos Federais de Educação Ciências e Tecnologia (IFs) e Universidades, a partir de dados da plataforma e-MEC

Distribuição entre Campi (% dentro do Curso de Agroecologia)		n IFs			Universidade			IFs + Universidade		
Número de Campus/Campi		1	>1	Subtotal	1	>1	Subtotal	1	>1	Total
Agroecologia	Tecnólogo	66,7	16,7	83,3	53,8	7,7	61,5	60,0	12,0	72,0
	Bacharel	16,7	00	16,7	38,5	0,0	38,5	28,0	00	28,0
Tecnólogo + Bacharel		83,3	16,7	100,0	92,3	7,7	100,0	88,0	12,0	100,0
Distribuição entre Campi (% dentro dos Cursos LICENA e Pedagogia da Terra)										
LICENA & Pedagogia da Terra		66,7	33,3	100,0	70,70	29,30	100,0	70,50	29,50	100,0
Agroecologia + Licena e Pedagogia da Terra		80,0	20,0	100,0	75,9	24,1	100,0	76,8	23,2	100,0

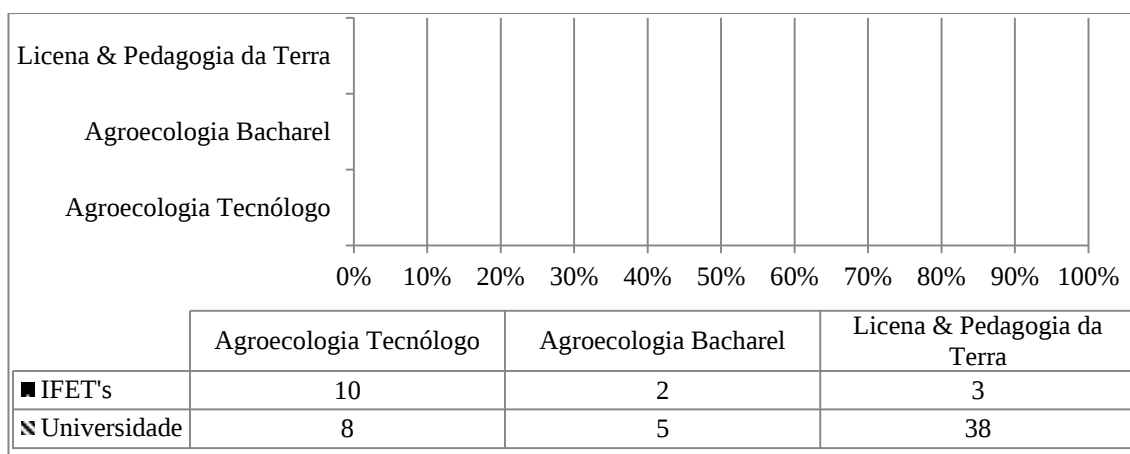


Figura 1. Distribuição dos Cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ e ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ entre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Universidades no Brasil

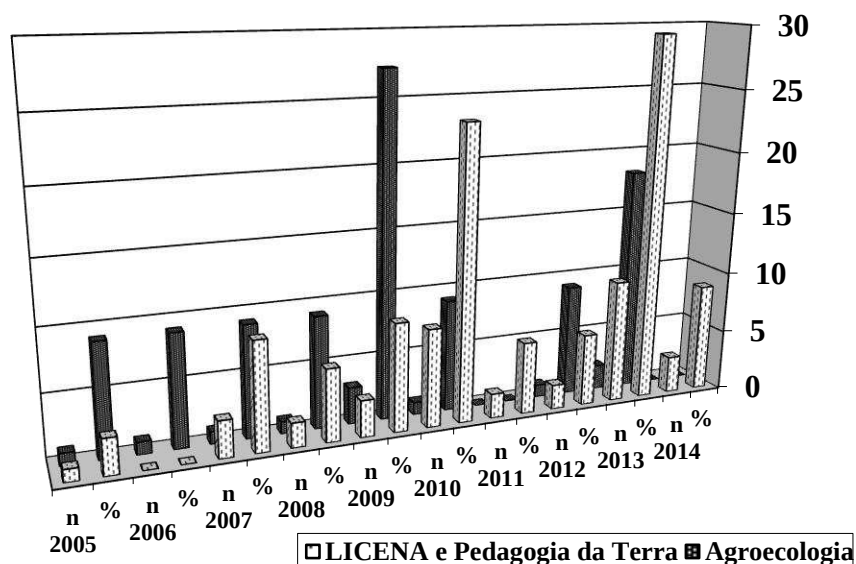


Figura 02. Cronologia dos cursos superiores de Agroecologia, Educação no Campo e Pedagogia da Terra no Brasil, a partir de dados e-MEC (2014)

A maior expressividade dos cursos de Agroecologia terem surgidos de 2008 a 2013 (Figura 2) deve-se a estes serem oferecidos, majoritariamente nos IFs (Tabela 1 e Figura 1), criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, transformando os Centros Educacionais, Escolas Técnicas e Agrotécnicas tanto Estaduais como Federais nos atuais institutos. Os cursos de Licenciatura em Educação no Campo possuem maior distribuição cronológica nos mesmos anos (Figura 2) devido ao auxílio com base nos recursos do PRONERA criado em 1998, como política inclusiva para as populações do campo com vistas ao acesso a educação em todos os níveis. Foi reconhecido pelo

Estado brasileiro na publicação do Decreto presidencial nº 7.352 de 04 de novembro de 2010, ao instituí-lo como integrante da Política Nacional de Educação do Campo.

Os cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ e ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ foram criados a partir de 2005 (Figura 2), o que pode justificar o número de processos ainda com status ‘em análise’ ou ‘sem registro’.

Outra política de grande importância e associada diretamente ao apoio por meio da disponibilização de recursos as Licenciaturas em Educação no Campo é o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO (2012), que tem por objetivo principal:

“Apoiar técnico e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de educação do campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da **oferta da educação básica e superior**, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, **a formação inicial e continuada de professores**, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino.”

O programa funciona por meio de edital de chamada pública de ampla concorrência oferecida as IES, com vistas à implantação dos cursos superiores em Educação no Campo.

Outra observação relevante trata-se da relação cronológica de origem dos cursos com a data de fundação das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que os sediam (Quadro 1 e 3). As políticas públicas que regulam a criação dos cursos aqui analisados constituem o pleito da sociedade civil organizada com o posterior atendimento das IPES na oferta dos cursos. Conforme cita o documento do Plano de Desenvolvimento da Educação (2009) do Ministério da Educação - MEC:

“A construção de uma Política Pública Nacional de Educação do Campo, no contexto deste governo e deste Ministério, **teve início a partir das demandas apresentadas pelos movimentos sociais organizados do campo**, representados pela **Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST** no primeiro semestre de 2003, quando se instituiu o GPT – Grupo Permanente de Trabalho em Educação do Campo.”

Os cursos de Tecnologia em Agroecologia fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, presente no catálogo nacional de cursos de Tecnologia (2010), reforçando a origem recente na formação dos profissionais de curso.

“O tecnólogo em Agroecologia planeja, analisa, executa e monitora sistemas de produção agropecuária, considerando os aspectos de sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural

de modo integrado, atuando em propriedades rurais, cooperativas, associações, órgãos governamental e não governamentais. ”

Assim como propõe os cursos de Agroecologia no discurso do Catálogo Nacional de Cursos, estes assumem como importante a inserção de sua grande maioria, no interior dos estados, em hipótese, relacionada a atenderem de fato as populações do campo que possuem demandas diferenciadas do ponto vista tecnológico, principalmente adaptado à realidade dos agricultores familiares.

3.3 Características gerais dos cursos

Com base no registro e-MEC (2014) depreende-se que a carga horária média e desvio-padrão os 21 cursos de Tecg em Agroecologia e nos sete cursos de BSc em Agroecologia são de $2.096 \pm 527,50$, e nos 65 cursos de LICENA e Pedagogia da Terra são de $3.563,14 \pm 504,60$. No e-MEC, para os cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ e ‘LICENA/Pedagogia da Terra’ a carga horária média e desvio padrão são de $2.982 \pm 548,07$ e 3.583 ± 431 , respectivamente.

A maior carga horária na formação complementar presente nos cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ se deve a metodologia da pedagogia da alternância, originalmente adotada nas Escolas Famílias Agrícolas (EFA’s). Constitui como instrumento pedagógico que intercala um período de convivência na sala de aula com outro no campo, geralmente em comunidades rurais. No primeiro, o aluno estuda e permanece na universidade e, no segundo, aplica os conhecimentos apreendidos dentro do seu contexto. Tem como objetivo diminuir a evasão escolar em áreas rurais, atender o calendário agrícola e contribuir para o desenvolvimento local com base na interação entre conhecimento acadêmico e popular (ARROYO e FERNANDEZ, 2006).

Ressalta-se que a pedagogia da alternância é adotada nos cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ ofertados pela UFSCAR, UFRR, UFRB. Nestas três IES são também ofertados os cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ isso mostra que a interação destes com os cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ ocorrem em práticas pedagógicas comuns.

O tempo de duração (anos) nos cursos de Agroecologia’ e ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ são de $3,5 \pm 0,7$ e $4,1 \pm 0,2$, respectivamente. As vagas ofertadas são de $53,1 \pm 17,2$ e $70,9 \pm 30,9$ em ‘BSc e Tecg’, respectivamente. Para ‘BSc e Tecg em Agroecologia’, 25 cursos (89,3%) são oferecidos em municípios no interior, e três (10,7%) em capitais. Para ‘LICENA e Pedagogia da Terra’, 53 cursos (81,5%) são

oferecidos em municípios no interior e 12 (18,5%) nas capitais. A alta relação entre população urbana e rural nas capitais pode gerar dificuldades operacionais nas atividades correspondentes a prática de alternância, extensão rural, comum nestes cursos. A relação da população urbana:rural nas capitais que funcionam os cursos é de $422,13 \pm 1.078,40$ enquanto nos municípios do interior dos estados que os sediam, é de $14,08 \pm 38,26$ ambas as situações apresentam desvios altos, superior à média.

Conforme consta na plataforma e-MEC a periodicidade no processo seletivo é semestral para todos os cursos. Para o conjunto dos cursos, os acessos em ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ se dão na forma de vestibulares semestrais com entrada de 52 estudantes, em média, por semestre e por curso. O acesso ao ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ se dá na forma de vestibular em regime especial e voltado, principalmente, para educadores no campo, assentados de reforma agrária, trabalhadores do campo e povos de comunidades tradicionais; com entrada de 73 estudantes, em média, por semestre e por curso.

Os Projetos Políticos Pedagógicos de Curso (PPPCs) foram obtidos de 15 deles (53,6%) em ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ e de 26 deles (40%) em ‘LICENA e Pedagogia da Terra’. Segundo os PPPCs, a relação entre aulas-hora presenciais e formação complementar são de 3.093 ± 548 e 372 ± 171 nos cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’, respectivamente; e de 2.525 ± 319 e 1000 ± 414 em ‘LICENA e Pedagogia da Terra’. A maior carga horária dos ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ se deve a prática da pedagogia da alternância; presente em 100% dos PPP avaliados; enquanto nos cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ a prática da alternância é mencionada em 26,6% dos PPP, e ocorrem na UFSCAR, UFRR, UFRB e na UEMS.

Em 80% dos cursos ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ a formação complementar ocorre em atividades que adotam como instrumentos de trabalho pedagógico o estágio de conclusão de curso e as atividades de extensão obrigatórias, como pré-requisito para obter o título profissional.

3.4 Distribuição dos Cursos no Brasil

Os cursos de ‘Tecg e BSc em Agroecologia’ estão distribuídos, em ordem decrescente, nas Regiões Nordeste, Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste (Figura 03).

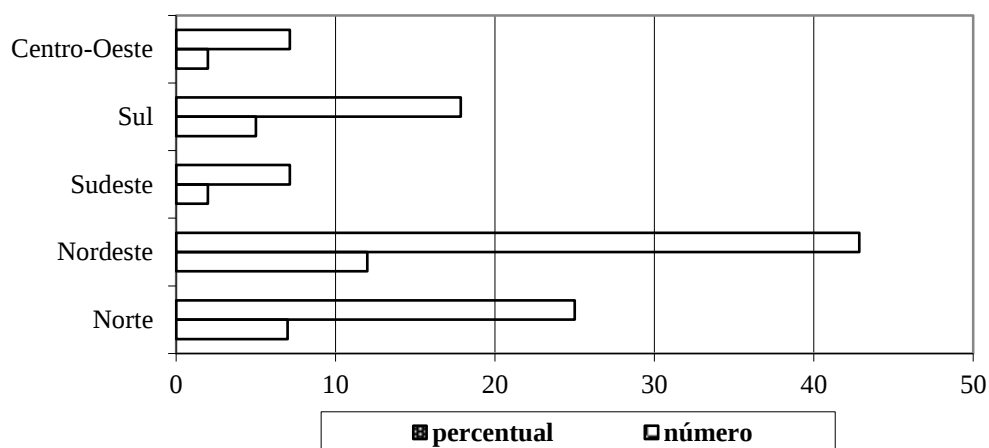


Figura 3. Distribuição dos cursos de Tecg e BSc em Agroecologia no Brasil, a partir dos dados e-MEC (2014).

Os cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ estão distribuídos, em ordem decrescente, na nas Regiões Nordeste, Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste (Figura 4).

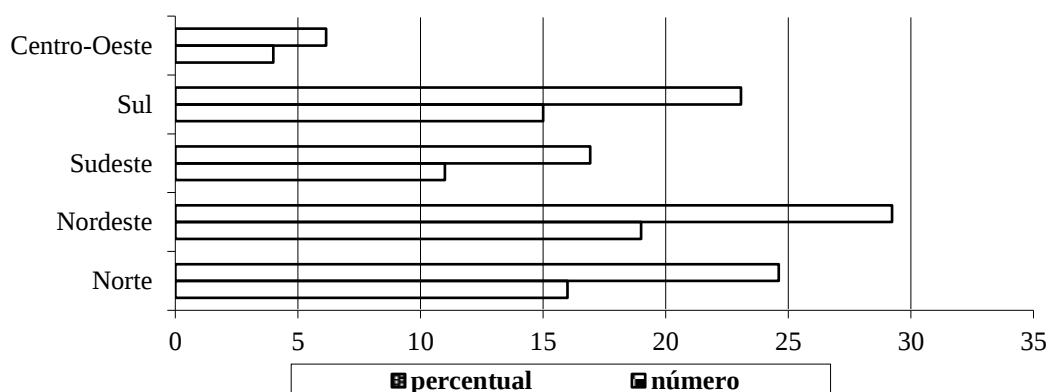


Figura 4. Distribuição dos cursos de LICENA e Pedagogia da Terra no Brasil, a partir dos dados e-MEC (2014).

Os cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ e ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ concentram-se nas Regiões Nordeste, Norte, Sul, Sudeste e Centro – Oeste, respectivamente (Figura 3 e 4). Como forma de explicar esta relação na distribuição dos cursos nas grandes regiões Brasileiras, os indicadores sociais podem elucidar esta descrição. Januzzi (2002) comenta que o uso de indicadores auxilia na justificativa do repasse de verbas para a implantação de programas sociais e políticas públicas, seja para atender à necessidade de serviços sociais para públicos específicos, ou por pressão política da sociedade civil organizada. No caso desta pesquisa os cursos são interpretados como políticas sociais para atender as populações do campo em formação superior e na ação dos profissionais egressos.

Tabela 4. População urbana e rural, índice de Gini (concentração fundiária) e propriedades familiares nas grandes Regiões do Brasil

Região	População (%)		Urbana	Índice de Gini	Propriedade Familiar (n)
	Urbana	Rural	: Rural		
Norte	75,64	23,07	2,78	0,770	413.101
Nordeste	72,94	27,06	2,72	0,843	2.187.295
Sudeste	90,57	9,43	13,12	0,782	699.978
Sul	84,8	15,2	5,64	0,741	849.997
Centro Oeste	88,61	11,39	7,95	0,831	217.531
DP	7,85	7,58	4,32	0,043	774.432

Construído a partir de dados MDA (2009) e Censo IBGE (2010).

A relação entre população urbana e rural nas regiões Nordeste e Norte, se destaca como cenário favorável à implantação dos cursos relacionados (Tabela 4), pois apresentam valores menores comparado com as demais regiões, justificando em partes o maior número de cursos. A expressiva quantidade de cursos nas Regiões Norte e Nordeste pode estar associada a prática dos movimentos sociais do campo. No caso de propriedades familiares este indicador, justifica para as regiões Nordeste e Sul. As regiões Nordeste e Centro–Oeste possuem os maiores números de concentração fundiária, de acordo com Índice de Gini. Este índice justifica a história pelo acesso a terra dos trabalhadores rurais na Região Nordeste. De acordo com Cleps Junior (2011), em 2010 foram realizadas 180 ocupações de terras, envolvendo 16.858 famílias. Na maioria das UF's foram registradas ocupações (21 estados); a região Nordeste liderou o número de ocupações naquele ano, perfazendo 46,6% dos registros e mais da metade do número de famílias (54,6%).

As regiões Nordeste, Norte e Centro – Oeste são as que possuem maior número PA's e de famílias assentadas, e que receberam maior volume de recursos do PRONERA. O Pará recebeu 11,3 milhões, e parte deste foi para cursos de LICENA, o que pode justificar em partes o grande número de cursos neste estado. Ressalta-se que no Portal da Transparência (2014) os recursos aplicados pelo PRONERA no estado do Mato Grosso entre 2002 e 2006, parte deste, foi direcionado 1.739.190,00 para a implantação de cursos de Agronomia na formação de 120 jovens assentados. Não foram detectados recursos aplicados para cursos de graduação em Educação no Campo e Agroecologia neste estado (Tabela 5).

Tabela 5. Projetos de Assentamentos (PA), Número de Famílias Assentadas, Recursos do PRONERA, total e por assentamento nas grandes Regiões do Brasil.

Região	PA	Famílias Assentadas	Recursos PRONERA	PRONERA :Assentamento
Norte	1.340	262.801	18.758.558,45	13.998,92
Nordeste	3.775	296.131	25.192.754,70	6.673,58
Sudeste	734	40.880	6.280.675,07	8.556,78
Sul	647	23.188	15.317.016,31	23.673,90
Centro-Oeste	1.560	166.501	18.225.945,82	11.683,30
DP	1.271	124.526	6.876.644	6.641

Construído a partir de dados SIPRA/INCRA (2013) e Portal da Transparência - CGU (2014).

As grandes regiões do Nordeste e Norte são as que alocaram a maior quantidade de recursos pelo PRONERA e que possuem o maior número de Projetos de Assentamento, o que justifica também em partes a maior quantidade de cursos que ocorrem no Brasil, com exceção da região Centro – Oeste que aponta para um cenário contraditório, pois ocupa a terceira posição no número de Projetos de Assentamento, Famílias Assentadas e no volume de recursos alocados, mas possuem poucos cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ e ‘LICENA e Pedagogia da Terra’, quando comparado as outras regiões do Brasil.

O Decreto nº 7.352, que institui o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo PROCAMPO (2010) apoia a instalação de cursos regulares nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados principalmente à formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais.

As escolas apresentadas na Tabela 6 se encontram na zona rural, incluindo os assentamentos de reforma agrária, comunidades rurais e tradicionais com exceção de aldeias indígenas cujo curso habilitado para lecionar nestas áreas, constitui a Licenciatura Intercultural Indígena (Portal MEC, 2014). As regiões Nordeste e Norte são as que apresentam maiores números de escolas no campo informação em acordo com Moura e Santos (2012). Na região Centro – Oeste o estado que possui o maior número de escolas é o Mato Grosso (197); no Sul o Paraná (273), no Sudeste é Minas Gerais (269), no Nordeste o Maranhão (1.617) e no Norte o Pará (1.417).

Tabela 6. Escolas no campo, Recursos alocados no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM e no Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO, nas grandes Regiões do Brasil

Região	Escolas no Campo	PROJOVEM⁴	Recursos PROCAMPO⁵
Norte	1.940	38.621.815,13	-
Nordeste	3.488	134.461.389,29	2.055.960
Sudeste	472	104.613.980,87	719.610
Sul	449	27.560.470,06	923.990,01
Centro-Oeste	360	32.771.717,29	-
DP	1.368	48.724.707	845.757

Construído a partir de dados INEP (2014) e Portal da Transparência – CGU (2014)

Estudos mostram o contrário do que fora fornecido pelo INEP, sobre escolas rurais fechadas. Com as reformas promovidas no ensino fundamental, notadamente com a edição da Lei nº 9.394 que Estabelecem Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996) os Municípios, com o objetivo de reduzir os gastos com a municipalização do ensino básico e sob a alegação de que o número de alunos não era suficiente para a manutenção das turmas e classes escolares, optaram pelo fechamento de diversas escolas multisseriadas, através da nucleação, que reúne os estudantes das unidades desativadas em centros urbanos maiores (VEDRAMINI, 2007; PERIPOLLI e ZOIA, 2011).

O MST (2011), ao lançar a Campanha Nacional Contra o Fechamento de Escolas, destacou que mais de 24 mil escolas no campo brasileiro foram fechadas no meio rural desde 2002 e que dados do Censo Escolar do mesmo ano identificaram 107.432. Porém, em 2009, esse número reduziu para 83.036, indicando o fechamento de 24.396 escolas, das quais 22.179 eram municipais. Esta informação demonstra a contradição do estado Brasileiro em oferecer cursos para formação de professores em escolas no campo, mas que terão dificuldades futuras em exercer a sua profissão. Neste contexto os movimentos sociais do campo abrem ‘escolas do campo’ enquanto que o estado faz o fechamento ‘escolas rurais’.

Sobre os recursos para o ProJovem (Tabela 6) na Região Norte o estado que recebeu maior aporte foi o Pará com 14 milhões de reais; Centro-Oeste e Distrito Federal 12,3; no Nordeste os estados do Pernambuco com 30,4; Ceará com 26,6; Bahia com 15,3. Sudeste o Rio de Janeiro com 71,4; São Paulo 57,5; e Minas Gerais com 26,8. Na região Sul o Rio Grande do Sul com 15,6.

⁴ Os recursos provenientes do PROJOVEM compreendem o período de 1998 a 2014.

⁵ PROCAMPO correspondem de 2010 a 2014.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra constitui uma política para a atuação dos profissionais nos cursos avaliados nesta pesquisa. Este atende fundamentalmente na modalidade de EJA, integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores/as Familiares. O educando, ao concluir o programa, terá certificação de conclusão do “Ensino Fundamental com Qualificação Profissional em Produção Rural Familiar” (HIDALGO, 2012).

Atualmente no Brasil os jovens são levados a terem como opção de emprego e renda as oportunidades oferecidas nos centros urbanos (DELFINI e OLIVEIRA, 2009), o que se caracteriza como um empecilho ao desenvolvimento no campo, pelo esvaziamento na zona rural da mão de obra qualificada e ativa para o trabalho na agricultura.

Conforme apontado por Silvestro et al. (2001) a redução da presença de jovens no campo pode se tornar um sério problema, como no Estado de Santa Catarina, em que de 10% das famílias dedicadas à agricultura familiar não têm sucessores para as atividades rurais agrícolas.

No portal da transparência não foi identificado recursos provenientes do PROCAMPO para as regiões Centro-Oeste e Norte, apesar de esta última apresentar o maior número de cursos de LICENA no Brasil.

A relação dos cursos apoiados pelo PROCAMPO discerne dos registros de cursos no MEC. Possuem cursos apoiados pelo PROCAMPO em LICENA, mas que não apresentam registro no MEC, as seguintes IES - Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC), Universidade do Estado do Ceará (UECE), Autarquia Educacional de Salgueiro (AEDE), Autarquia Educacional de Ensino Superior de Arco Verde (AESA), Autarquia Educacional Serra Talhada (AESET), Autarquia Educacional do Araripe (AEDA), Universidade de Pernambuco (UPE), Universidade Federal de Roraima (UNIR).

As regiões Norte e Nordeste são as que apresentam maior número de vagas, matrículas e turmas apoiadas (Quadro 5).

Quadro 5. Cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ apoiada com recursos do PROCAMPO no Brasil

REGIÃO	UF	Sigla	Vagas Ofertadas	Matriculados	Turma Apoiadas
CENTRO-OESTE	DF	UNB	180	180	03
Subtotal Centro-Oeste			180	180	03
SUL	PR	UTFPR	60	...	01
		UNIOESTE	60	60	01
		UNICENTRO	60	60	01

	SC	UFSC	100	100	02
Subtotal Sul			280	220	05
SUDESTE	SP	UNITAU	60	...	...
	RJ	FAETEC	60	...	01
	ES	UFES	60	...	01
	MG	UFMG	108	108	02
		UFVJM	60	60	01
		UNIMONTES	120	...	01
Subtotal Sudeste			468	168	06
NORDESTE	AL	UNEAL	60	...	01
	BA	UFBA	60	60	01
		UNEB	110	...	...
	CE	URCA	60	60	01
		UECE	60	...	01
	MA	IFMA	60	60	01
		UFMA	120	120	02
	PB	UFCG	50	50	01
	PE	AEDE	60	...	01
		AESA	60	...	01
		AESET	60	...	01
		CEVASF	60	60	01
		AEDA	60	...	01
		UPE	60	...	01
	PI	UFPI	120	120	01
SE	UFS	60	50	01	
Subtotal Nordeste			1.120	580	16
NORTE	AP	UNIFAP	110	110	02
	PA	UFPA	60	...	01
		IFPA	60	360	16
	RO	UNIR	60	...	02
	RR	UFRR	60	...	01
Subtotal Norte			1.250	470	22
Total Brasil			3.298	1.618	52

Fonte: PROCAMPO – MEC (2013); ...= Dados não disponíveis

De acordo com o Quadro 12 as regiões Norte e Nordeste são as que apresentam maior número de vagas, matrículas e turmas apoiadas, de acordo com consulta feita a Secretaria de Diversidade, Alfabetização e Inclusão – SECADI do Ministério da Educação – MEC, os cursos são atendidos de acordo com o número de vagas previamente descritas e apresentadas no projeto de curso encaminhado pela a IES em consonância com o Edital de fomento do PROCAMPO.

No Portal da Transparência, as regiões Norte e Centro Oeste não possuem registros de recursos aplicados do PROCAMPO destinados aos cursos de LICENA. Tal informação denota a contradição existente entre os órgãos do estado na divulgação de informações.

Para os cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ não foram encontradas referências de programas que apoiem estes cursos com recursos financeiros, com exceção da

UFRB, IFPR e UFRR que contam com apoio de recursos do PRONERA segundo mencionado nos seus PPPC's.

Os cursos de 'LICENA e Pedagogia da Terra' admitem candidatos por meio de vestibular especial quando a própria IES elabora edital específico de admissão de candidatos ou pelo o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM que prioriza os futuros ingressos nas seguintes categorias; professores de escolas no campo, egressos e monitores de Escolas Família Agrícola – EFA's, Indígenas, Quilombolas, militantes de movimentos sociais, trabalhadores rurais e egressos de escolas rurais. Nos cursos de 'BSc e Tecg em Agroecologia' não foi identificado este modelo de seleção, com exceção de abertura de vagas em alguns cursos para cotistas Lei 12.711 de 29 de Agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

De acordo com o INEP, nos recenseamentos do Ensino Superior, de 2008 a 2012, o perfil dos discentes nos cursos de 'BSc e Tecg em Agroecologia' por Região e Estado por ser resumido da seguinte maneira, inscritos no processo seletivo, matriculados e concluintes por gênero e faixa etária. A relação entre inscritos e matriculados que denota a concorrência nestes cursos nas regiões Nordeste e Centro – Oeste são as que possuem maior demanda pelos cursos de graduação sinalizando baixa oferta e alta procura (Tabela 7 e Figura 5).

Tabela 7. Número de candidatos inscritos, matriculados e concluintes nos cursos de BSc e Tecg em Agroecologia no Brasil, entre 2008 e 2012

Região	Inscritos	Matriculados	Concluintes	Inscritos: Matriculados	Matriculados: Concluintes
Norte	4.298	430	37	10,00	11,03
Nordeste	25.071	1.957	26	12,81	72,48
Sudeste	2.339	689	83	3,39	10,13
Sul	1.386	2.862	540	0,48	5,26
Centro Oeste	12.582	533	33	23,61	16,15
Total	45.676	6.471	719	7,06	9,00
Média	9.135	1.294	144	7,06	9,00
DP	9.943	1.071	222		

Fonte: Construído a partir de dados do Censo Superior INEP.

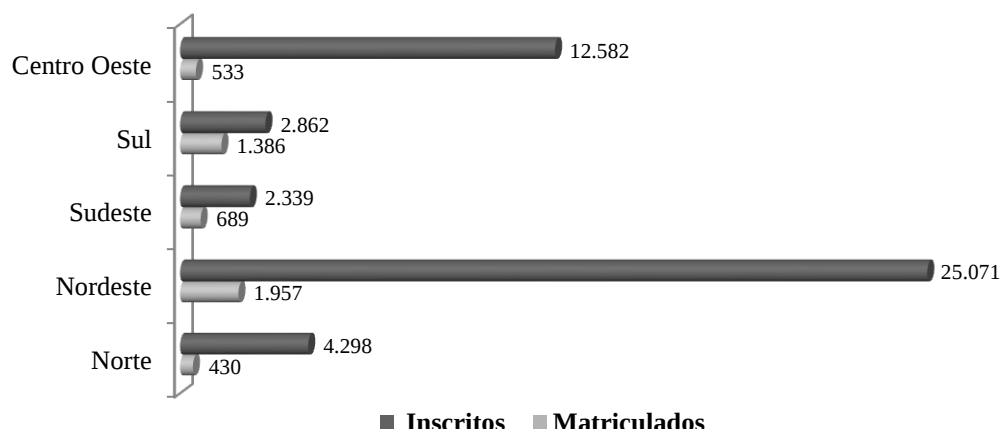


Figura 5. Relação entre inscritos e matriculados nos cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia no Brasil de 2008 a 2012

A Região Sul apresentou o maior número de estudantes concluintes para os cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’. A Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS foram as que registraram maior número de estudantes egressos de acordo com o INEP. Porém não foram encontrados registros destes cursos no MEC, o mesmo vale para a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. As referidas IES se encontram todas elas no estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com o Censo Superior do INEP de 2008 a 2012 no Nordeste e Centro - Oeste houve maior demanda pelos pleiteantes nestes cursos em detrimento as outras regiões. A concorrência (inscritos:matriculados) nas Regiões Centro - Oeste (23,6), Nordeste (12,8) e Norte (10) denota como os Cursos de Agroecologia são requisitados. Apesar do investimento em políticas públicas e com base nos indicadores sociais apresentados, a região Nordeste foi a que menos apresentou estudantes concluintes (Tabela 8).

De acordo com informações obtidas no INEP referente ao recenseamento de 2008 a 2012 no Brasil existem 719 egressos nos cursos de Agroecologia. A Região Sul do Brasil foi a que obteve o maior número de egressos nos cursos de Agroecologia no Brasil (Tabela 8).

Tabela 8. Concluintes por gênero nos cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’, entre 2008 a 2012, por região, Unidade Federativa, Instituição de Ensino Superior, no Brasil

Região	UF	IES	Gênero		Concluintes	1 F:M
			F	M		
Norte	AM	UEA	14	23	37	1,64
Nordeste	PB	IFPB	5	7	12	1,40
		UEPB	7	7	14	1,00
Sudeste	MG	IFMG	37	46	83	1,24
Sul	PR	UFPR	6	6	12	1,00
		IFPR	23	49	72	2,13
	SC	UNC	4	33	37	8,25
		UNIVILLE	15	11	26	0,73
	RS	UFRGS	101	141	242	1,40
		UFSM	44	107	151	2,43
Centro - Oeste	MS	UEMS	16	17	33	1,06
Total			272	447	719	1,64
Média			24,73	40,64	65,36	1,64
DP			28,48	44,55	71,71	

Fonte: Censo Superior – INEP (2012); = dados não disponíveis

Legenda: UEA - Universidade do Estado do Amazonas; IFPB- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba; UEPB - Universidade Estadual da Paraíba; IFMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas; UFPR - Universidade Federal do Paraná; IFPR - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Paraná; UNC - Universidade do Contestado; UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville; UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria; UEMS - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

Entre concluintes, nas diferentes instituições (à exceção da UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul por não haver informações) a relação F:M varia de 0,7 a 8,3. É baixo o número de observações por instituição, à exceção da UFRGS e UFSM. Nestas, a relação F:M é de, respectivamente 1,4 e 2,4 (Tabela 9), o que denota maior abandono nos cursos pelo gênero feminino.

Tabela 9. Número de matriculados e concluintes de 2008 a 2012 nos cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ no Brasil, segundo o gênero

Ano	Matriculados		Relação	Concluintes		Relação
	F ¹	M ²	1F:M ³	F	M	1F:M
2008	78	156	2,00	1	18	18,00
2009	144	227	1,58	16	26	1,63
2010	755	955	1,26	40	63	1,58
2011	1016	1156	1,14	161	252	1,57
2012	994	1007	1,01	54	88	1,63
Total	2987	3501	1,17	272	447	1,64
Média	597,4	700,2	1,17	54,4	89,4	1,64
DP	456,3	470,9		63,0	95,2	

¹Feminino; ²Masculino; ³Relação quantos Masculino para 1 Feminino

Fonte: Censo Superior - INEP (2014)

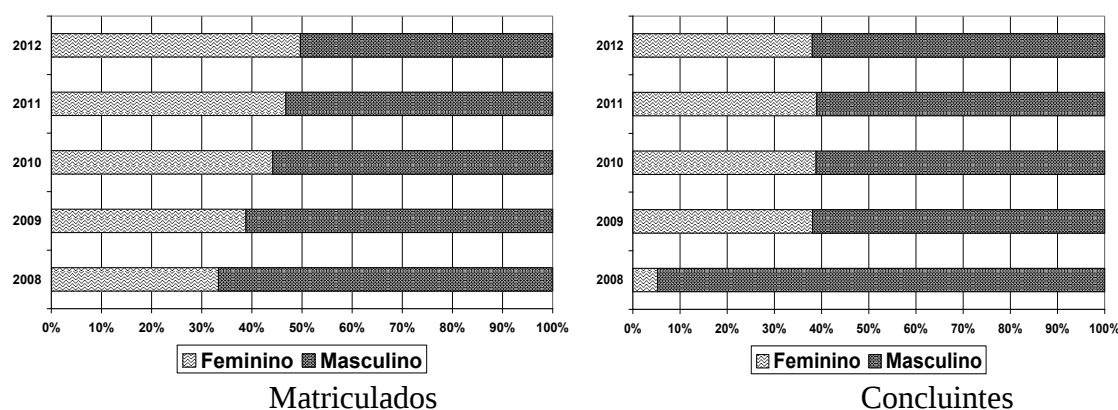


Figura 6. Matriculados e concluintes nos cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’, no Brasil, por gênero, entre 2008 e 2012

Comparando-se anos consecutivos, excluindo o de 2008 pela sua baixa amostragem, a variação na relação entre gêneros (F:M) entre matriculados é decrescente em -0,3 entre 2009 e 2010 e da ordem de -0,1 entre 2010-2011 e 2011-2012, mostrando uma tendência de participação do feminino. Entre concluintes, a diferença em anos consecutivos para a relação F:M varia de $\pm 0,1$, com pouca variação na relação F:M no período (Figura 7).

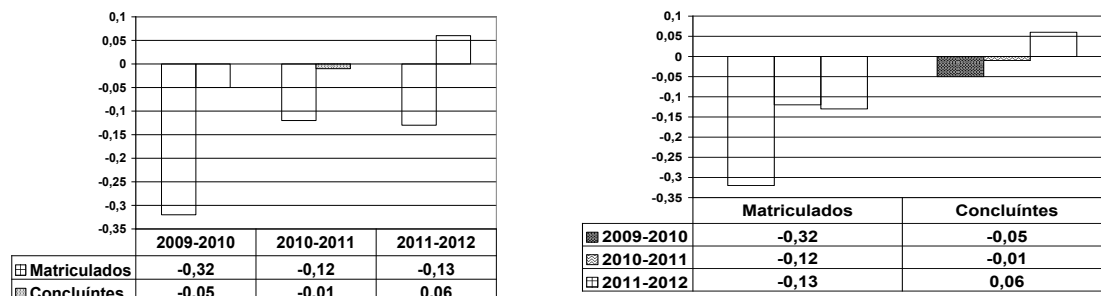


Figura 7. Tendência entre anos consecutivos para modificações na relação entre gêneros (F:M) para matriculados e concluintes em ‘BSc e Tecg em Agroecologia’, entre 2009 e 2012, no Brasil

Para BSc e Tecg em Agroecologia’, observou-se, entre 2008 e 2012, que o gênero masculino é ligeiramente mais numeroso que o feminino entre matriculados e entre concluintes. Entre 2009 e 2012, mais representativos, a relação ficou de 1,6 do gênero masculino para cada feminino em todo o país (Tabela 9 e Figuras 6 e 7).

Nos cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’, as regiões Norte e Sul não possuem estudantes concluintes no período avaliado de 2008 a 2012. O maior número de estudantes matriculados ocorre nas regiões Nordeste e Centro – Oeste. Cabe ressaltar que apesar dos poucos cursos oferecidos na Região Centro - Oeste esta apresentou os

maiores números em relação à demanda por este tipo de formação e a segunda maior quantidade de estudantes matriculados (Tabela 10).

Tabela 10: Número de candidatos inscritos, matriculados e concluintes nos cursos de LICENA e Pedagogia da Terra no Brasil entre 2008 e 2012

Região	Inscritos	Matriculados	Concluintes	Inscritos: Matriculados	Matriculados: Concluintes
Norte	1.187	895	...	1,33	...
Nordeste	1.238	1.556	44	0,80	28,1
Sudeste	813	778	184	1,04	4,42
Sul	417	264	...	1,58	...
Centro Oeste	1.897	1.123	111	1,69	17,1
Total	5552	4616	339	6,44	49,6
Média	1110,4	923,2	67,8	1,29	9,93
DP	550,03	473,49	79,26		

Fonte: Construído a partir de dados do Censo Superior do INEP; ...= Dados não disponíveis

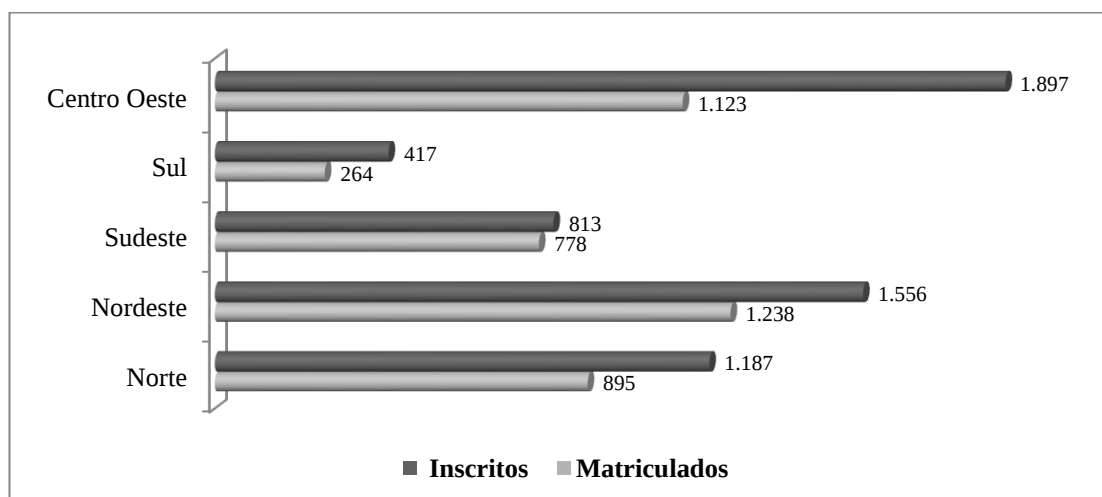


Figura 8. Relação entre inscritos e matriculados nos cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ no Brasil entre 2008 a 2012

É importante mencionar que o Centro – Oeste foi a que se destacou na alta procura e concorrência pelos cursos superiores de Educação do Campo e Agroecologia, denotando que esta por ser a segunda grande região do Brasil com o maior índice de concentração fundiária (0,831) e a quinta colocada no número de propriedades familiares (217.531), denota que a política agrícola estatal adotada causa divisões no campo entre agronegócio e agricultura familiar. A região Centro - Oeste consolidou a produção de commodities, a partir dos anos 1980 e a adoção de políticas neoliberais junto ao paradigma produtivo dominante conduziu a novas formas de relações entre os

agentes da produção, dirigido para o agronegócio (CASTILLO, 2007) o que causou a intensa migração na região para as áreas mais promissoras (DA CUNHA, 2013).

Tabela 11. Número de egressos por sexo e ano nos Cursos de LICENA e Pedagogia da Terra, entre 2008 e 2012, no Brasil

Ano	Região	IES	Feminino	Masculino	Concluintes
2010	Sudeste	UFMG	09	37	46
Sub total			09	37	46
2011	Sudeste	UFSCAR	72	10	82
		UFMG	05	51	56
	Nordeste	UEPB	30	14	44
		UNB	21	08	29
	Centro - Oeste	UNB	11	11	22
		UFG	48	12	60
Sub total			187	106	293
Total Geral					339
Média			46,75	26,5	84,75

Fonte: Construído a partir de dados do Censo Superior INEP.

A região Sudeste apresenta maior número de estudantes egressos, as universidades que formaram nesta região são representadas pela UFMG em Minas Gerais, com o curso de LICENA fundado em 2005 e na UFSCAR em São Paulo com o curso de Pedagogia da Terra fundado em 2007.

Nos cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ não há dados disponíveis no INEP quanto a gênero para os anos de 2008 e 2009. Entre 2009 e 2012, a relação entre gêneros em dados disponíveis pelo INEP, a variação na relação F:M entre matriculados é crescente em 0,2 entre 2010 e 2011 e da ordem de -0,2 entre 2011-2012 denotando evasão do gênero feminino nos cursos. Entre concluintes, a diferença em anos consecutivos para a relação F:M varia de $\pm 0,7$. Os anos avaliados são insuficientes para conclusões acerca dos motivos da evasão do gênero feminino nos cursos (Tabela 12). Faz-se necessária a análise complementares a esta base de dados.

Entre 2008 e 2012, nos cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ a relação entre inscritos e matriculados denota que a concorrência em ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ é descrente entre Grandes Regiões na seguinte ordem: Centro–Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. As regiões Norte e Sul não tiveram concluintes. As regiões Nordeste e Centro Oeste são as que concentram o maior número de estudantes matriculados. As Regiões Sudeste e Centro-Oeste obtiveram o maior número de estudantes concluintes. Esta informação denota um maior número de evasão dos estudantes nos cursos oferecidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste (Tabela

10 e Figura 08). Apesar de haver a mais alta demanda e a segunda maior quantidade de estudantes matriculados, a Região Centro-Oeste oferece poucos cursos (Tabela 11).

A região Norte não possui profissionais formados em ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ (Tabela 10) o que remete evasão nestes cursos, e de acordo com a Figura 4, é a segunda região do Brasil que possui maior quantidade de cursos (24,6%).

Sobre as informações apresentadas é necessário atentar que os cursos aqui analisados são relativamente novos ambos com origem no ano de 2005, o que pode justificar o baixo número de profissionais egressos.

Apesar da abertura política para a criação destes cursos, é necessário atentar para as políticas de auxílio à permanência dos alunos matriculados. Silva Filho et al. (2007) dizem que as instituições, públicas e privadas, dão como principal razão da evasão; a falta de recursos financeiros para o aluno prosseguir nos estudos, a integração destes com a instituição e as expectativas do aluno em relação à sua formação, são fatores que o desestimulam a priorizar o investimento de tempo ou financeiro, para a conclusão do curso. A relação entre evasão e desempenho acadêmico do aluno durante o curso consiste como motivo para abandono (CUNHA et al, 2001). As medidas sugeridas, para diminuir a evasão; inclui revisão curricular, alteração na metodologia de ensino e aplicação de um sistema eficaz de orientação acadêmica ao aluno (CUNHA et al., 2001; CORDEIRO 2010).

No caso do ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ estes estão de posse do desafio de registro profissional em conselho próprio, são poucos os estudos que traçam e discutem a situação destes profissionais. No portal oficial do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) consta o registro para os cursos de ‘Tecg em Agroecologia’, mas atualmente os profissionais desta categoria têm dificuldades para obter a carteira profissional com a denominação de ‘Tecg em Agroecologia’. A modalidade de Bacharelado é equitativa a formação de Agronomia em virtude de a carga horária ser similar e com disciplinas incluídas no currículo na área de conhecimento de Engenharias, o que pode configurar-se como estratégia por parte das instituições em garantir o reconhecimento dos profissionais em agroecologia perante o CONFEA.

A relação entre matriculados e concluintes em ambos os cursos é baixa (Tabela 10 e 12). Mesmo com vagas destinadas por meio de políticas afirmativas a um público específico, os cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ formaram menor número de estudantes quando comparados aos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’.

Sobre o acesso e a permanência de negros e índios (cotistas) em cursos superiores, estes têm como história escolar a origem no ensino público até por exigência legal para concorrer pelas cotas. Este fato pode justificar as dificuldades no aprendizado e compreensão dos conhecimentos científicos oferecidos e cobrados no ensino superior, já que muitos apontam a formação geral recebida no ensino médio como fraca (CORDEIRO, 2010). Isto denota a necessidade do trabalho pedagógico valorizando os conhecimentos e experiência de vida dos estudantes ingressos nestes cursos, com base no construtivismo.

Na relação entre concluintes do gênero feminino e masculino na perspectiva histórica, percebe-se que a mulher vem ocupando cada vez mais espaços que tradicionalmente eram reservados aos homens (FIÚZA et al. 2009) fator este observado nesta pesquisa, em referência a matriculados de 2008 a 2012 na relação entre F:M.

Barletto (2007), diz que a ocupação da mão-de-obra feminina possui peculiaridades e concentra-se geralmente em alguns setores específicos da economia como serviços pessoais, administração pública, serviços de saúde, no ensino privado em geral e de serviços comunitários.

Cramer et al. (2002), dizem que na Universidade Federal de Lavras – UFLA, até 2002, esta contava com 372 docentes, dos quais 109 eram mulheres e 263 homens. Esta diferença seria respaldada pelo histórico da instituição, já que a mesma só contava com cursos que eram “profissões masculinas”.

Em ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ foi identificada a relação média de estudantes concluintes de 2008 a 2012 de 24,73 egressos do gênero feminino e 40,64 do gênero masculino por ano (Tabela 9). Houve a tendência de aumento no número de egressos do gênero feminino (Figura 6 e 7). Em ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ comparando-se anos consecutivos, excluindo entre 2008 e 2009 por não haver a relação entre gêneros em dados disponíveis pelo INEP, a variação na relação F:M entre matriculados é crescente entre 2010 e 2011 e da ordem de -0,2 entre 2011-2012 denotando evasão do gênero feminino nos cursos. Entre concluintes, a diferença em anos consecutivos para a relação F:M varia de $\pm 0,7$ (Tabelas 11 e 12).

Os anos avaliados para ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ são insuficientes para conclusões a cerca dos motivos da evasão do gênero feminino nos cursos, é necessária a análise minuciosa nos anos posteriores.

No âmbito de atuação dos profissionais em ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ é notório a participação de mulheres rurais, de acordo com Ferreira (2009), estas fundamentais na construção de associações de produtores, cooperativas e experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, da pesca e artesanais, ajudando a construir as redes de economia solidária e de produção agroecológica hoje existentes no país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ambas as modalidades consideradas neste estudo estão distribuídas principalmente nas regiões Norte e Nordeste. O número de cursos oferecidos, e os investimentos nas regiões dos cursos são de suma importância para a formulação de políticas públicas.

Os cursos de Tecg em Agroecologia são mais numerosos do que os de BSc, enquanto que os cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ são mais numerosos quanto à distribuição nos “campi”. Dentro da Agroecologia, a modalidade Tecg é mais numerosa que a de BSc, que são oferecidos principalmente pelos Institutos Federais de Ciência Educação e Tecnologia. Entre as duas modalidades de cursos, a carga horária média é maior em ‘LICENA e Pedagogia da Terra’, devido à prática pedagógica de alternância em comunidades rurais.

Os números sobre os cursos em processo de reconhecimento são relativamente altos para ambos, do total de 29 cursos de Agroecologia, nove não possuem registro e oito estão em análise. Em Educação do Campo do total de 65 cursos cadastrados 33 não são reconhecidos e 21 estão com os processos em análise.

De 2008 a 2012, houve maior demanda (alta concorrência) e menor evasão nos Cursos de ‘Agroecologia’ que naqueles em ‘LICENA e Pedagogia da Terra’. A pesquisa denotou que a região Centro – Oeste possui alto número de pleiteantes a vagas nos cursos de Agroecologia e Educação do Campo, mostrando que se faz necessário à abertura de mais cursos nesta região.

O número de concluintes do gênero masculino foi maior nos cursos de Agroecologia do que nos cursos de Educação do Campo, enquanto que a participação das mulheres nos cursos de Agroecologia vem gradativamente tornando-se equitativa a presença masculina, antes predominante.

O presente trabalho revelou que entre os órgãos públicos e Instituições de Ensino é notória a contradição entre as informações disponibilizadas, principalmente entre a

relação de Instituições apoiadas pelo PROCAMPO e de egressos em cursos que não possuem registro no MEC. Tudo indica que há que se cuidar melhor dos registros oficiais.

A pesquisa exploratória utilizada para realizar o estudo, familiarizando-se inicialmente com o fenômeno investigado de criação dos cursos, pode oferecer subsídios para pesquisas subsequentes e que possam ser concebida com uma maior compreensão e precisão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002, 592p.

ARROYO, M.G., FERNANDES, B.M, Por uma educação básica do campo. **In: Educação do Campo**, Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Brasília: p29–35. 46p. 2006.

BALLA, J. V. Q.; MASSUKADO, L. M.; PIMENTEL, V. C. Panorama dos cursos de agroecologia no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta: v.9, n.2, p.4-14, 2014.

BARLETTO, M. Relações de educação e gênero na região agrícola — o rural e o urbano na formação para mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia: v.18, n.2, p.173-204, 2007.

BORGES, J. L., **A transição do MST para a agroecologia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 2007. 183 f. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília: 4 de novembro de 2012. Seção1, p.1.

BRASIL. Lei nº 12.188 de 11 de Janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília: 11 de janeiro de 2010. Seção1. p.1.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília: 20 de abril de 1996. Seção1, p. 27833.

CORDEIRO, M. J. de J. A. Ações afirmativas: políticas de acesso e permanência nas instituições de ensino superior. **REVISTA POLÍTICA & TRABALHO**, Goiânia: v.33, p.97–115, 2010.

CAPDEVILLE, G. **O ensino superior agrícola no Brasil**. Viçosa: UFV, 1991. 125p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre: v.3, n.3, p.70-85, 2002.

CASTILLO, R.. Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**, Presidente Prudente: v.3, p.33-43, 2007.

CRAMER, L.; A. NETO de P.; SILVA, Á. L. A inserção do Feminino no Universo Masculino: Representações da Educação Superior. **Organização & Sociedade**. Salvador: v.9 n.24, 2002.

CUNHA, A. M.; TUNES, E.; SILVA, R. R. Evasão do curso de química da Universidade de Brasília: a interpretação do aluno evadido. **Química Nova**, São Paulo: v.24, n.1, p.262-280, 2001.

DA CUNHA, J. M. P.. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro - Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro: v.23, n.1, p.87-107, 2013.

FERREIRA, A. P. L. A Importância da Perspectiva Agroecológica no Empoderamento das Mulheres Camponesas: Processo Mulheres e Agroecologia como Estudo de Caso. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Cruz Alta: vol.4, n.2, p.2114-2117, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1970. 107p.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1979. 112p.

GADOTTI, M. Ecopedagogia, pedagogia da terra, pedagogia da sustentabilidade, Educação Ambiental para a cidadania Planetária. In: **Creative Commons by-nc-nd 2.5**. p.09. 2009. 9p. Disponível em: <<http://www.paulofreire.org/crpf/crpfAcervo000137>>. Acesso em 09/04/2014.

GADOTTI, M. Pedagogia da terra e cultura de sustentabilidade. **Revista Lusófona de Educação**. Lisboa, Portugal: n. 6, p. 15-29, 2005.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Universidade, 2000. 653p.

GUHUR, D. M. P. Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do Projeto Popular. 2010. 267 f. Dissertação (**Mestrado em Educação**), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

GUZMÁN, E. S. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre: v.3, n.1, p.18-28. 2002.

HIDALGO, A. M.. Projetos educativos para as populações do campo nos anos de 1950 e ProJovem Campo – Saberes da Terra: desenvolvimentismo e proposições dos organismos internacionais **Revista Brasileira de História e Educação**, Campinas: v.12, n.2, p.239-266. 2012.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação do Campo**. Documento da Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Belém, 2009. 166p.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Farroupilha. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação no Campo**. Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Jaguarí, 2012. 243p.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas. **Plano Pedagógico do Curso: Bacharelado em Agroecologia**. Coordenação do Curso de Bacharelado em Agroecologia. Rio Pomba, 2013. 29p.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Secretaria de Ensino e Graduação. Cruzeiro do Sul, 2013. 58p.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Coordenação do Curso de Tecnologia em Agroecologia. São Cristóvão, 2012. 75p.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Coordenação do Curso de Tecnologia em Agroecologia. Natal, 2012. 118p.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Coordenação do Curso de Tecnologia em Agroecologia. Barreiros, 2011. 94p.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2011. 133p.

JANNUZZI, P. de M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: v.36, n.1, p.51-72, 2002.

JUNIOR, J. C.. Territorialização do capital no campo: a atualidade das lutas sociais e os impasses da reforma agrária no Brasil. **Revista Faz Ciência**. Francisco Beltrão: v.12, n.15, p.55-72, 2010.

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999. 120p.

MENDES, P. H. C.; BARBOSA, D. R.; de SOUZA M. W. P.; FILHO, S. Q.; JÚNIOR, H. M.; Perfil dos Pesquisadores Bolsistas de Produtividade Científica em Medicina no CNPq, Brasil. [online]. **Revista Brasileira de Educação Médica**. Rio de Janeiro: v.34, n.4, p.535-541. 2010.

MOYA, T. S.; SILVÉRIO, V. R.; Ação afirmativa e raça no Brasil contemporâneo: um debate sobre a redefinição simbólica da nação. **Revista Sociedade e Cultura**. Goiânia: v.12, n.2, p.235-250, 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Educadores lançam manifesto contra o fechamento de escolas no meio rural**. Notícia publicada em 14/10/2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/12562>> Acesso em: 12 de julho de 2014.

NETO, C. C.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil?. In: **Ecologia Política: Natureza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: p.203–215. 2003. 316p.

NEY, M. G.; HOFFMANN, R. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: v.47, n.1, p.147-181, 2009.

NORDER, L. A. C. A Agroecologia e a diversidade na educação. **Agriculturas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, v.7, n.4, p.29-33. 2010.

O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, da Universidade Federal da Paraíba, aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Agroecologia, modalidade Bacharelado, do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, Campus III, desta Universidade. **Resolução nº 74/2010** (Processo nº. 23074.035817/09-05).

ON ENDE, M.; WAKULICZ, G. J.; ZANINI, RUVIARO, R. Estudo sobre as variáveis determinantes da distribuição de renda no Brasil. In: VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 7. Itatiaia, 2010. Artigo em **Anais...** Itatiaia: AEDB, 2010. 10p.

PERIPOLLI, O. J.; ZOIA, A. O Fechamento das Escolas do Campo: O anúncio do fim das comunidades rurais/camponesas. **Educação, Cultura e Sociedade**. Sinop: v.1, n.2, 2011. 15p.

PINTO, D. S.; ALMEIDA, S. L.; RAMOS, L. M. P. C.; OLIVEIRA, L. M. T. Levantamento e características dos cursos de agroecologia e a sua relação com a educação formal no Brasil. **Cadernos de Agroecologia**. Cruz Alta: vol. 7, nº 2. 5 p. 2012.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – PRONACAMPO / Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI**, Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais/DPECIRER, Coordenação Geral de

Políticas de Educação do Campo/CGPEC. 1º ed: Ministério da Educação, Brasília – DF: p.17, 2013.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília: 11 de janeiro de 2010. Seção1. p.1

ROSAS, C. A. da F. A. (Des) Construção da Dicotomia Rural-Urbano no extremo Noroeste Paulista. **Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. ACAAP**. Lisboa: 32 p. 2009. Disponível em: <http://www.rcaap.pt/detail.jsp?locale=pt&id=urn:repox.ibict.brall:oai:ufu.br:1849> Acesso em: 13 de ago. 2014.

SILVA FILHO, R. L. L., MOTEJUMAS, P. R., HIPÓLITO, O., LOBO, M. B. C. M. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: v.37, n.132, p.641-659, 2007.

SOARES, M. S. A. ; NEVES, C. E. B. . A avaliação do ensino superior no Brasil. **In: Evaluación y Acreditación de la Educación Superior en América Latina**, 2003, Buenos Aires. Resumo expandido em **Anais...** Buenos Aires. 2003. 16p.

SOUZA, M. A. de; MARCOCCIA, P. C. P. Educação do campo, escolas, ruralidades e o projeto do PNE. **Revista da FAEEBA**. Salvador: v.20, n.36, p.191-204. 2013.

SOUZA M. A de. Educação do Campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.33, n.120, p.745-763, jul. - set. 2012.

SOUZA, M. A. de,. Educação do Campo: Políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.29, n.105, p.1089-1111, 2008.

Universidade Federal do Pará. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo**. Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Abaetetuba, 2009. 139p.

Universidade Federal de Roraima. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Boa Vista, 2011. 109p.

Universidade Federal de Campina Grande. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Sumé, 2012. 207p.

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Glória dos Dourados, 2009. 65p.

Universidade Federal do Recôncavo Baiano. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Secretaria de Ensino e Graduação. Cruz das Almas, 2013. 68p.

Universidade Federal de Roraima. **Projeto do Curso de Tecnologia em Agroecologia**. Coordenação do Curso de Agroecologia. Boa Vista, 2012. 70p.

Universidade do Estado do Amazonas. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Pró-Reitoria de Graduação. Manaus, 2010. 22p.

Universidade Federal de São Carlos. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Agroecologia**. Coordenação do Curso de Agroecologia. São Carlos, 2009. 39p.

Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Projeto de Abertura do Curso de Licenciatura em Educação no Campo**. Diretoria de Graduação e Educação Profissional. Dois Vizinhos, 2010. 92p.

Universidade Regional do Cariri. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação no Campo – Multidisciplinar**. Pró-Reitoria de Graduação. Crato. 2008. 123p.

Universidade Estadual de Alagoas. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação no Campo**. Pró-Reitoria de Graduação. Arapiraca. 2009. 129p.

Universidade Federal Rural do Semiárido. Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação Plena em Educação no Campo, Licenciatura. **Pró-Reitoria de Ensino de Graduação**. Mossoró. 2008. 46p.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitações em Ciências da Natureza e Matemática**. Pró-Reitoria de Graduação. Feira de Santana. 2013. 142p.

Universidade Federal da Paraíba. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia, Licenciatura em Educação no Campo**. Pró-Reitoria de Graduação. João Pessoa, 2009. 12p.

Universidade Federal da Grande Dourados. **Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo Habilitação em Ciências da Natureza**. Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Dourados, 2013. 86p.

Universidade Federal do Paraná. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Câmara do curso de Agroecologia. Matinhos, 2009. 143p.

Universidade Federal do Amapá. **Projeto Pedagógico do Curso e Licenciatura em Educação no Campo Física e Biologia**. Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Macapá, 2009. 56p.

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. **Projeto Político Pedagógico de Licenciatura em Educação no Campo**. Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Diamantina, 2010. 132p.

Universidade Federal de Viçosa. Projeto Político Pedagógico de Licenciatura em Educação no Campo. **Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Viçosa, 2013. 52p.

Universidade Federal de São Carlos. Projeto Político Pedagógico de Licenciatura Plena em Pedagogia 'Pedagogia da Terra'. **Pró-Reitoria de Ensino e Graduação**. São Carlos, 2007. 44p.

Universidade Federal do Pampa. **Projeto Político Pedagógico de Licenciatura em Educação no Campo**. Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Dom Pedrito, 2013. 101p.

Universidade Estadual do Centro – Oeste. **Projeto Político Pedagógico de Licenciatura em Educação no Campo**. Documento da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação. Guarapuava, 2009. 39p.

Universidade Federal da Fronteira do Sul. **Projeto Político Pedagógico do Curso em Interdisciplinar em Educação no Campo – Licenciatura**. Pró-Reitoria de Ensino e Graduação. UFFS. Chapecó, 2010. 316p.

Universidade Federal de Santa Catarina. **Projeto Político Pedagógico do Curso em Interdisciplinar em Educação no Campo – Licenciatura**. Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Florianópolis, 2009. 97p.

VADULLI, R. B. Estimación del coeficiente de concentración de Gini a partir de la curva estimada de Lorenz. **Revista Chilena de Economía y Sociedad**. Santiago: v.5, n.1-2, p.27-31, 2012.

VENDRAMINI, C. R.. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Caderno Cedes**, Campinas: v.27, n.72, p.121-135. 2007.

CAPÍTULO 2 - Áreas de conhecimento e atuação dos cursos superiores em Agroecologia e Educação do Campo no Brasil

RESUMO

A atuação na educação formal e não formal dos profissionais de Agroecologia e Educação do Campo está diretamente associada a disciplinas das Ciências Naturais e Agrárias ministradas, nas escolas de ensino fundamental e médio e ao trabalho na extensão rural orientado por metodologias participativas direcionadas a grupos de agricultores familiares. Foram obtidos Projetos Políticos Pedagógicos de Curso (PPPCs) para Bacharelado (BSc) em Agroecologia (n=5), Tecnologia (Tecg) em Agroecologia(n=1), Licenciatura em Educação do Campo (n=21) e Pedagogia da Terra (n=1), no Brasil. Estes PPPCs foram submetidos à análise das seguintes categorias: justificativas de criação de curso, expectativas de áreas de atuação, perfil do ingresso e formas de admissão. Os objetivos de curso foram submetidos à análise de frequência de palavras utilizando os softwares NVIVO®, Manyeyes®, e do grupo linguística.insite®. A matriz curricular foi sistematizada de acordo com a tabela das áreas de conhecimento segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As justificativas dos cursos em Agroecologia e Educação do Campo direcionam a ação do profissional para a atuação local e regional, prioritariamente. A admissão em BSc e Tecg em Agroecologia se dá pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e por exame vestibular em processos de ampla concorrência, à exceção das Instituições de Ensino Superior (IES) que destinam parte de suas vagas ao sistema de cotas. Nos cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ a admissão dos candidatos se dá por edital específico elaborado pela própria IES e por exame vestibular especial. Ainda em ‘LICENA e Pedagogia da Terra’, os perfis dos candidatos admitidos são professores de escolas públicas rurais, egressos de escolas rurais e família agrícola, militantes de movimentos sociais, monitores de escolas de famílias agrícolas, indígenas, trabalhadores rurais, quilombolas, funcionários de escolas do campo e assentados de reforma agrária. A análise de palavras dos PPPCs nos objetivos constantes para os cursos em Agroecologia formaram as seguintes expressões: “formar profissionais” e “agricultura familiar” e em ‘Educação do campo’ formaram: “educação do campo” e “escolas do campo”. As palavras-chave ao serem interpretadas pela análise de discurso do sujeito coletivo direcionam as áreas de atuação dos profissionais. Com base na carga-horária, em Agroecologia foram

encontradas oito das nove Grandes Áreas de conhecimento da CAPES, à exceção de ‘Ciências da Saúde’. Os cursos que possuem a Agroecologia como uma de suas vertentes de formação possuem como áreas do conhecimento na sua constituição as Ciências Agrárias, Humanas e Multidisciplinar. Em Agroecologia as duas Áreas de Conhecimento com maior distribuição de carga horária são ‘Ciências Agrárias’ e ‘Multidisciplinar’. A carga horária em Educação do Campo está associada a sete Grandes Áreas de conhecimento da Capes, com exceção de Ciências da Saúde e Engenharias. As Grandes Áreas da Capes ‘Ciências Humanas’ e ‘Multidisciplinar’ possuem a maior representatividade na composição da matriz curricular do conjunto dos cursos. Os cursos analisados que possuem a Agroecologia como uma de suas vertentes de formação predominam na constituição da matriz curricular as Grandes Áreas do conhecimento ‘Ciências Agrárias’, ‘Ciências Humanas’ e ‘Multidisciplinar’. A matriz curricular dos cursos permitiu traçar o perfil de origem destes, com base na epistemologia, que aponta para o surgimento das formações em Agroecologia nas Ciências Agrárias e de Educação do Campo nas Ciências Humanas. Na análise da matriz curricular foi encontrada a dificuldade de ajustar parte das disciplinas à tabela atual de classificação da CAPES o que denota a necessidade de revisão desta, de forma a melhor atender os cursos aqui analisados.

Palavras chave: Agricultura familiar, Ciências Agrárias, Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Naturais, Escolas no Campo

1. INTRODUÇÃO

Os Ambientes de atuação dos profissionais de Agroecologia e Educação do Campo se situam na educação formal e não formal. Estes profissionais se relacionam na prática de ensino sobre Ciências Naturais e Agrárias, em escolas de ensino fundamental, médio e técnicas, e na extensão rural com trabalhos marcados por metodologias participativas junto a grupos de agricultores familiares. A Agroecologia tem papel fundamental na educação por possuir em sua essência a integração e o diálogo com outras áreas de conhecimento. Nos espaços formais de educação, por exemplo, esta pode ser executada utilizando como meio a disciplina de Educação Ambiental.

Para Ovigli e Bertucci (2009), a necessidade do ensino de ciências na escola é traduzida pelo direito que os estudantes têm de aprender e se apoderarem do conhecimento científico para utilizá-lo na explicação e transformação do mundo que os cerca.

A Pedagogia da Terra tem por objetivo reorientar os currículos para que incorporem princípios de formação humana associados às questões ambientais na concepção dos conteúdos e a formulação de livros didáticos. Os currículos devem, contudo, contemplar o que é significativo para o aluno/educando (GADOTTI, 2005).

A Educação Ambiental possui caráter pragmático e significativo para o ensino de ciências da natureza, ciências sociais e humanas na educação formal e não formal. Sobre esse tema, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA, 2005), afirma em seus objetivos:

“(...) fomentar processos de formação continuada em educação ambiental, formal e não-formal, dando condições para a atuação nos diversos setores da sociedade. Estimular e apoiar pesquisas nas diversas áreas científicas que apoiem o desenvolvimento de processos produtivos e soluções tecnológicas apropriadas e brandas, fomentando a integração entre educação ambiental, ciência e tecnologia.” (Grifo nosso)

O PRONEA tem como público os professores de todos os níveis e modalidades de ensino, os técnicos extensionistas; os agentes de desenvolvimento rural; produtores rurais, incluindo os assentados e os povos tradicionais. O PRONEA surge, então, como possibilidade real para a atuação dos de profissões relacionadas em particular aos cursos aqui analisados.

A Política Nacional de Educação Ambiental – PNAE (1999), o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PRONATER (2005), o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO (2010) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO (2012) revelam a necessidade do sinergismo entre áreas de conhecimento distintas, mas passíveis de interação. Permitem, ainda, verificar se os cursos aqui considerados possibilitam a compreensão de modelos científicos e tecnológicos distintos dos existentes até hoje no contexto histórico e social. A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade entre cursos podem vir a ser observadas mediante o reconhecimento de disciplinas da matriz curricular que possuem temas comuns ou que recebam abordagens similares.

É necessário que os profissionais em Agroecologia e Educação do Campo desenvolvam as habilidades e competências para intervir sobre o modelo de ensino e ao encontrar limitações, possam reelaborá-las e reorientar na sua prática pedagógica.

Além do conhecimento acerca do conteúdo específico e dos aspectos pedagógicos que o educador deve portar para apresentar um bom desempenho no ensino é necessário o conhecimento da interação entre estes conteúdos, sua interdisciplinaridade e a transversalidade de assuntos (SHULMAN, 1986). A construção do conhecimento agroecológico, como abordagem interdisciplinar, se faz pela articulação conjunta entre diferentes saberes e recoloca a inovação local como dispositivo metodológico necessário para a criação de ambientes de interação entre acadêmicos e agricultores (ALTIERI, 2002).

Os cursos de ciências agrárias convencionais e instituídos formam profissionais para a pesquisa, extensão e educação, além disso, criar a expectativa de atuação em comunidades rurais com saberes e cultura diversificadas. O que desafia a Educação em Ciências Agrárias é preparar um profissional diferenciado, envolvido com um projeto sustentável e democrático de desenvolvimento rural (PETERSEN et al. 2009), e que reflita em mudanças sustentáveis no mundo do trabalho na agricultura. Isso requer mudanças profundas nas práticas e teorias que norteiam o ensino agrícola convencional.

Se se entende a educação enquanto estratégia política para a concepção de projeto de desenvolvimento rural sustentável para o país, na conjuntura atual, torna relevante defender a ideia que o sistema educacional brasileiro ofereça formação profissional em ciências agrárias, mas que não fique restrita ao atendimento do mercado de trabalho

determinado pelos segmentos empresariais e comerciais. Os cursos superiores em ‘Agroecologia’ e ‘Educação no Campo’ assumem a formação de profissionais com perfis diferenciados segundo o discurso presente nos Projetos Políticos Pedagógicos de Curso (PPPCs), estes configuram registros de discurso de sujeitos coletivos, ou seja, pela a análise do discurso que veicula a representação de vários indivíduos (LEFREVE e LEFREVE, 2006).

Objetivou-se neste capítulo analisar os aspectos conjunturais de abrangência nacional, regional ou local baseado nas justificativas; similaridade na atuação dos profissionais com base nos objetivos gerais e específicos; classificação dos cursos quanto à forma de acesso do discente; comparação com base na carga horária das ‘Grandes Áreas’ de conhecimento entre os cursos de acordo com a tabela atual da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Foram solicitados os Projetos Políticos Pedagógicos de Curso (PPPCs) dos cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ e ‘Licenciatura em Educação do Campo’ (LICENA) e ‘Pedagogia da Terra’. O acesso aos documentos foi obtido, quando disponível, no portal oficial da Instituição de Ensino Superior (IES), senão o foi por telefonema às Pró-Reitorias de Ensino e Graduação ou às coordenações de curso, por envio de mensagem por correio eletrônico ou fax e, em última instância, por solicitação mediante ofício.

Os itens presente nos ‘Sumário’ dos PPPCs foram justificativa, objetivos, disciplinas das matrizes curriculares e carga-horária. A justificativa de criação de curso, perfil dos ingressos, formas de acesso e áreas de atuação se deram por análise de conteúdo temático - categorial segundo Bardin (2011). A avaliação do material consistiu em quatro etapas: pré - análise, exploração do material, sistematização dos dados e tratamento dos resultados (Quadro 1).

Quadro 1. Critérios de categorização de informações nos Planos Políticos Pedagógicos de Curso (PPPCs) dos cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ e de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’

Critério de busca	Descrição do critério
Unidade de Registro	Local do texto em que a palavra está presente e sua associação com o restante do texto ou do parágrafo
Conceitos norteadores	Conceito interpretativo do texto ou do parágrafo
Palavras-chave	Refere-se às palavras que remetem ao significado do discurso do texto ou do parágrafo
Eixo Teórico	Área de conhecimento

Fonte: Adaptado de Bardin (2011)

Os Objetivos foram analisados por formação de palavras-chave e interpretados pela análise do discurso do sujeito coletivo segundo Lefreve e Lefevre (2006) veicula a representação de vários indivíduos, e revela qualitativa e quantitativamente, uma opinião coletiva. Qualitativa porque se trata de um discurso com conteúdo ampliado e diversificado, e quantitativo na dimensão em que sujeitos contribuíram para a construção do discurso. Foi utilizado como ferramenta para sistematização dos objetivos os softwares livres ManyeyesIBM©, linguística.insite© e NVivo©.

As disciplinas presente na matriz curricular dos cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ e ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ foram sistematizadas seguindo como referencial para categorização as nove ‘Grandes Áreas de Conhecimento’ da Tabela da CAPES (2012), conforme os Colégios de ‘Humanidades’, ‘Ciências da Vida’, ‘Ciências Exatas e da Terra’, ‘Tecnológica’ e ‘Multidisciplinar’. O ementário e a literatura preconizada para cada disciplina dos PPPC foi agrupada de acordo com as suas áreas de conhecimento.

A carga horária de capacitação segundo as nove Grandes Áreas da CAPES foi avaliada entre cursos, por Grande Região brasileira, e com a posterior identificação das disciplinas comuns entre os cursos. Os dados foram sistematizados utilizando o Excel©, e as informações foram analisadas por estatística descritiva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Dos Projetos Políticos Pedagógicos de Curso (PPPC)

Os PPPCs obtidos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’, foram no total de 16 de um total de 28 cursos existentes atualmente no Brasil (MEC, 2014), o que corresponde a

amostragem de 57,1%, com representação nas cinco grandes regiões do Brasil (Quadro 2).

Quadro 2. Número de Projetos Políticos Pedagógico de Curso por Grande Região, Unidade Federativa (UF), Instituição de Ensino Superior (IES), Titulação e Ano de publicação, no Brasil

Região	UF	IES	Titulação (n PPPCs)		Ano
			BSc	Tecg	
Norte	RR	UFRR		01	2012
	AM	UEA		01	2010
	AC	IFAC		01	2011
Nordeste	AL	UFAL	01		2013
	SE	IFS		01	2012
	BA	UFRB		01	2013
	RN	IFRN		01	2012
	PE	IFPE		01	2011
	PB	UFCG		01	2012
		UFPB	01		2010
Sudeste	SP	UFSCAR	01		2009
	MG	IFMG	01		2013
Sul	PR	UFPR		01	2009
	RS	FURG	01		2013
Centro-Oeste	MS	UEMS		01	2009
	DF	IFB		01	2011
Sub Total PPPCs			05	11	-
Total de PPPC: 16 (57,1%)					

Legenda: IFAC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre; UEA - Universidade do Estado do Amazonas; UFRR - Universidade Federal de Roraima; UFPB - Universidade Federal da Paraíba; UFAL - Universidade Federal de Alagoas; UFCG - Universidade Federal de Campina Grande; IF SUDESTE MG - RP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas; UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos; UFPR - Universidade Federal do Paraná; FURG - Fundação Universidade Federal do Rio Grande; UEMS - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul; IFB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

Dos cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ foram obtidos 22 PPPCs do total de 41 cursos, o que corresponde a 53,6% de amostragem, com representações nas cinco Grandes Regiões Brasileiras. Apesar do número total de cursos registrados corresponder a 65 cursos, 24 deles estão distribuídos em diferentes Campus de uma mesma instituição, ou possuem mais de uma habilitação nas seguintes IES; IFPA, UFPI, UFVJM, UFRR, URCA, UFES, UTFPR, UNIOESTE, UFMA com exceção da UFFS que possui três habilitações distintas e para cada uma delas um PPPC próprio e número de registro diferente (Quadro 3).

Quadro 3. Número de Projetos Políticos Pedagógico dos Cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ por Grande Região brasileira, Unidade Federativa (UF), habilitação, Instituição de Ensino Superior (IES), Habilitação e Ano

Região	UF	IES	Cursos (n PPCs)		Habilitação	Ano
			Pedagogia da Terra	LICENA		
Norte	PA	IFPA ⁶		01	CNM	2010
		UFPA		01	CNM/LC	2009
	RR	UFRR		01	CNM/CHS	2011
	AP	UNIFAP		01	FB	2011
Nordeste	CE	URCA		01	CN/LC	2008
	AL	UNEAL		01	CN/M/LAL	2009
	RN	UFERSA		01	CNM/CA	2008
	BA	UFRB		01	CNM	2013
	PB	UFPB		01	INT	2009
Sudeste	MG	UFVJM		01	CN/LC	2012
		UFV		01	CNA	2013
	SP	UFSCAR	01			2007
Sul	RS	UNIPAMPA		01	CN	2013
		UNICENTRO		01	CNM/LC	2009
	SC	UFFS ⁷		03	CNM/CA/CHS	2010
		UFSC		01	CNM/CA	2009
		IF FARROUPILHA		01	CN/CA/CHS/M/LC	2012
	PR	UTFPR		01	CNM/CA	2010
Centro-Oeste	MS	UFGD		01	CN	2013
	DF	UNB		01	INT	2009
Total		22	01	27		
Total de PPCs: 22 (53,7%)						

Legenda: Ciências da Natureza e Matemática (CNM); Matemática (M); Ciências da Natureza e Agroecologia (CNA) Ciências Humanas e Sociais (CHS); Linguagem e Códigos (LC); Física e Biologia (FB); Línguas Artes e Literatura (LAL); Ciências Agrárias (CA); Interdisciplinar (INT).

UFRR - Universidade Federal de Roraima; IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; UFPA - Universidade Federal do Pará; UFPA - Universidade Federal do Pará; UNIFAP - Universidade Federal do Amapá; URCA - Universidade Regional do Cariri; UFERSA - Universidade Federal do Semiárido; UFCG - Universidade Federal de Campina Grande; UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas; UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano; UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; UFV - Universidade Federal de Viçosa; UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná; UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro – Oeste; UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina; UFFS - Universidade Federal da Fronteira do Sul; UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa; IFARROUPILHA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Farroupilha; UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados; UNB - Universidade Federal de Brasília; UFPB - Universidade Federal da Paraíba; UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos.

Algumas instituições, ao serem contatadas, não disponibilizaram os seus respectivos PPCs em virtude dos mesmos passarem por reformulação. Para Agroecologia foram obtidos cinco PPCs da modalidade Bacharelado e 13 de

⁶No IFPA há um curso com a distribuição em 10 campi.

⁷Na UFFS há três cursos com diferentes números de registro, habilitações e Projetos Políticos Pedagógicos de Curso distintos.

Tecnólogo os anos de publicação destes varia entre 2009 a 2013. Para Educação no Campo foram obtidos um de Pedagogia da Terra e 21 de LICENA. Tais PPPCs foram publicados entre 2007 e 2013.

3.2 Das Justificativas e campos de atuação profissional

As justificativas, item de sumário nos PPPCs foram sistematizadas por análise de conteúdo segundo Bardin (2012) com auxílio do software NVIVO© (Apêndice).

A ‘Justificativa’ no PPPCs é a forma de cumprimento do estado em prover os cursos aqui analisados, pois exalta a importância e sua execução. Quanto às justificativas nos PPPCs de ‘Tecg e BSc em Agroecologia’ foi identificado que a Participação da Sociedade Civil Organizada (12,5%) ocorreu por meio de Organizações Não-Governamentais (Pessoas de Natureza Jurídica), Grupos de Trabalho, Movimentos Sociais e segmentos da Agricultura (Cooperativas, Associações e Confederações de agricultores) que se organizaram em eventos anteriores na formação dos cursos (Quadro 3), denotando a participação ativa da sociedade nos processos, a exemplo do encontrado no PPPC do curso da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS que discorre que *“A proposta de implantação de um curso tecnológico voltado à agropecuária, na região de Glória de Dourados, pautado em princípios agroecológicos, vem sendo discutida desde 2008 por um grupo de educadores e pesquisadores da UEMS, juntamente com pesquisadores da área da Agroecologia da Embrapa Agropecuária Oeste e representantes da Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul.”*

Enquanto que os cursos que surgiram pela a Iniciativa da Instituição de Ensino Superior (IES) diante do contexto local, principalmente com a expansão dos IFs foram de 75% denotando a sensibilidade do poder público em atender a sociedade com cursos de formação diferenciada em Ciências Agrárias, conforme coloca a Universidade Federal de Roraima – UFRR, que diz que, *“(...) o enfoque agroecológico na valorização dos jovens e mulheres atuantes no campo, bem como, a proposição de políticas públicas e de estratégias de mercado mais adequadas à realidade da agricultura familiar. Neste contexto, cria-se o Curso de Bacharelado em Agroecologia.”*

Enquanto que a abrangência de para a atuação dos profissionais egressos em Agroecologia (Quadro 4) a subcategoria regional (43,75%) fora a mais citada nos PPPC’s, o que afirma o papel do curso em desenvolver o contexto regional, mas sem

perder de vista o nacional, provavelmente no intuito de atender as políticas públicas atuais para o campo, conforme coloca o PPPC do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN; “*Capacitar os futuros profissionais ao planejamento, pesquisa e utilização de processos e técnicas adequadas à solução de problemas relacionados ao desenvolvimento qualitativo e quantitativo dos produtos agropecuários **tanto no contexto regional quanto nacional.***” A Agroecologia, no papel desempenhado por seus profissionais, corresponde a um campo de estudos com a estratégia sistêmica, que busca reconduzir o curso alterado na evolução social e ecológica, por meio do controle das forças produtivas, do manejo ecológico dos recursos naturais, aliada à ação social coletiva de caráter participativo e local (GUZMÁN e MOLINA, 1996).

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) não cita no PPPC disponibilizado como foi constituído o curso em suas justificativas (6,6%), provavelmente por o documento disponibilizado conter cinco páginas no total.

Quadro 3. Análise de conteúdo por categorização, unidade de significância da Justificativa nos cursos de Agroecologia no Brasil.

PPPC	Categorias		Página no PPP	Descrição
	1.1 Participação da Sociedade Civil Organizada	1.2 Iniciativa da IES no contexto		
UFRR		X	09	“ (...) a agricultura de base ecológica vem se firmando como opção econômica para pequenos agricultores. (...) Com base nesta realidade pretende-se que Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia da UFRR. ”
UEA	...	...	...	...
IFAC		X	11	“A agricultura familiar é justificada diante de debates sobre desenvolvimento sustentável e a multifuncionalidade do espaço rural (...). Nesse contexto , o Campus Cruzeiro do Sul do IFAC oferta à comunidade cruzeirense e do Vale do Juruá o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia.
UFAL		X		“ (...) Dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na região Nordeste já são 13% de produtores que aderiram a agropecuária orgânica (...), justificando a instalação de curso tecnológico nessa área. Nessa realidade, estudos apontam positivamente para a criação do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia na UFAL. ”
IFS		X	08 e 11	“A estrutura fundiária do Estado é caracterizada pela predominância da agricultura familiar, (...) Neste contexto o IFS/Campus São Cristóvão vem ofertar o Curso de Tecnologia em Agroecologia. ”
UFRB		X	05	“A Bahia é o Estado que possui o maior número de agricultores familiares, 15% do total nacional. As unidades familiares representam 89,1% dos estabelecimentos agrícolas do Estado, ocupando 37,9% da área e contribuindo com 39,8% do valor bruto da produção agropecuária estadual (...). Com base nesta realidade pretende-se que Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia da UFRB.”
IFRN		X	07	“(...) Nesse sentido , a implantação do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia atende, no âmbito do estado do Rio Grande do Norte, às demandas geradas pelo contexto social e político.”
IFPE		X	11	“(...) As mudanças no cenário econômico da região, à criação de assentamentos rurais, agricultura familiar, e a nova visão em relação ao binômio agropecuária e recursos naturais (...). Com base nesta realidade pretende-se que Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFPE contribua na formação de profissionais cidadãos empreendedores. ”
UFCG		X	09	“ (...) é necessário que seja construído um novo modelo de desenvolvimento para o semiárido, baseado, por um lado, em políticas públicas eficientes e permanentes voltados para a “convivência” com a seca (...). É para colaborar na efetivação desse intento que o CDSA/UFCG propõe a criação do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia. ”
UFPB	...	...	...	...
UFSCAR		X	04	“(...) O Centro de Ciências Agrárias da UFSCar já conta com cursos de agronomia e biotecnologia, propõe-se agora a ampliar as opções de formação profissional no âmbito das ciências agrárias (...). Constata-se no presente expressivo demanda por profissionais com o perfil para atuar nas organizações da agricultura familiar, Organizações Não Governamentais – ONGs, instituições de assistência técnica e extensão rural. ”
IFMG		X	14	“A reformulação institucional realizada recentemente também tem posto em discussão a adequação do ensino agrícola às atuais demandas da juventude rural (...). Neste contexto, o IF Sudeste MG - Campus Rio Pomba encontra-se na vanguarda da discussão da formação acadêmica em Agroecologia. ”
UFPR		X	17 e 21	“(...) a atividade agrícola no litoral do Paraná é marcada por duas características importantes, a predominância de pequenos produtores,

				próximos à lógica de subsistência e, em grande parte, com práticas de manejo convencional e tradicional (...). Face ao exposto, o curso de Graduação em Agroecologia a ser implantado no Setor Litoral , se apresenta como alternativa de qualificação profissional. ”
FURG		X	04	“(…) O enfoque agroecológico na valorização dos jovens e mulheres atuantes no campo, bem como, a proposição de políticas públicas e de estratégias de mercado mais adequadas à realidade da agricultura familiar. Neste contexto , cria-se o Curso de Bacharelado em Agroecologia. ”
UEMS	X		15	“A proposta de implantação de um curso tecnológico voltado à agropecuária, na região de Glória de Dourados, pautado em princípios agroecológicos, vem sendo discutida desde 2008 por um grupo de educadores e pesquisadores da UEMS, juntamente com pesquisadores da área da Agroecologia da Embrapa Agropecuária Oeste e representantes da Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul. ”
IFB	X		05	“O PPC do Curso é a apresentação material das discussões iniciadas nos seminários e workshops desenvolvidos sobre o tema de educação do campo que culminou no Workshop Rumos da Unidade Agrária de Planaltina (UAP) no ano de 2008 e nos demais eventos realizados pelo campus Planaltina com representações de ONGs, Cooperativas e órgãos públicos de grande representatividade no Brasil (EMATER e EMBRAPA). No decorrer destes eventos se estabeleceu as prioridades e objetivos do curso de Agroecologia. ”
TOTAL: Item 1.1 = 2 (12,5%); Item 1.2 = 12 (75%); Dados não disponíveis = 2 (12,5%)				

Fonte: Elaborado pelo autor;...= Dados não disponíveis

Quadro 4. Análise de conteúdo temático-categorial da Justificativa em relação à abrangência de atuação profissional nos cursos de Agroecologia no Brasil

PPPC	2. ABRAGÊNCIA			Págin a no PPP	Descrição
	2.1 Local	2.2 Regional	2.3 Nacional		
UFRR		X		13	“Desenvolver o paradigma da produção agroecológica para o Estado de Roraima. ”
UEA		X		03	“O Tecnólogo em Agroecologia estará apto a atuar em propriedades rurais (...) dos agricultores familiares da Amazônia. ”
IFAC		X		12	“Fomentar a extensão rural em rede, a partir dos princípios agroecológicos (...) com foco na agricultura familiar e tradicional da Amazônia. ”
UFAL		X		07	“O curso de Agroecologia é uma área de atuação com foco em pequenas propriedades rurais, geralmente de base familiar (...). O Estado de Alagoas possui grande quantidade de propriedades rurais de pequeno porte, algumas formadas por assentamentos de reforma agrária. ”
IFS	X		X	14	“(…) potencializando o desenvolvimento da agroecologia local, brasileira e seus agricultores. ”
UFRB		X	X	09	“Capacitar os futuros profissionais ao planejamento, pesquisa e utilização de processos e técnicas adequadas à solução de problemas (...) tanto no contexto regional quanto nacional. ”
IFRN		X	X	08	“Capacitar os futuros profissionais ao planejamento, pesquisa e utilização de processos e técnicas adequadas à solução de problemas relacionados ao desenvolvimento qualitativo e quantitativo dos produtos agropecuários tanto no contexto regional quanto nacional. ”
IFPE		X		11	“(…) formação de profissionais cidadãos empreendedores, aptos a valorizar as referências das culturas locais e a contribuir para o desenvolvimento regional e ambiental.”
UFCG		X		15	“Qualificar profissionais na área do conhecimento agroecológico, com capacidade crítica de identificar e criar soluções para os

					problemas que dificultam a busca da relação harmoniosa do homem com a natureza e o desenvolvimento rural sustentável, especialmente no semiárido brasileiro . ”
UFPB	X			04	“Desenvolver a capacidade de análises sistêmicas em diferentes escalas locais e globais. ”
UFSCAR	...	...	...	...	...
IFMG	X			07	“Formar Bacharéis em Agroecologia (...) comprometidos com as propostas da agricultura familiar, do desenvolvimento local (...) na perspectiva de desenvolver sustentavelmente a região de atuação . ”
UFPR	X	X		04	“Proporcionar aos estudantes conhecimentos da Ciência Agroecológica, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento local e regional . ”
FURG	X	X		13	“(...) contribuição efetiva e substancial para a consolidação da Agroecologia como ciência e para a consolidação da agricultura familiar no município (...). Do ponto de vista regional , buscará promover a reorientação da matriz produtiva primária regional, de modo a torná-la mais sustentável. ”
UEMS		X	X	19	“Contribuir para o desenvolvimento da região, do Estado de Mato Grosso do Sul e do País . ”
IFB		X		08	“Formar profissionais que utilizem conceitos e princípios ecológicos no planejamento e manejo (...), tendo como foco a atuação na agricultura familiar e ênfase no bioma Cerrado . ”
TOTAL: Abrangência Local = 02 (12,5%); Regional = 07 (43,75%); Regional e Nacional = 03 (18,75%); Dados Não Disponíveis = 01 (6,25%)					

Fonte: Elaborado pelo autor;...= Dados não disponíveis.

Quanto às justificativas de criação dos cursos de Educação do Campo (Quadro 5) foram encontrados os valores de 50% com a participação da Sociedade civil, a exemplo da Universidade Federal de Viçosa - UFV que coloca em seu PPPC; “*A construção da Educação do Campo na UFV remonta ao final dos anos 1990, envolvendo **participação** institucional nos **Conselhos Estaduais e Nacionais do PRONERA**, da **Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – AMEFA**. É com esse compromisso que a UFV apresenta o Projeto Político-Pedagógico do Curso Educação do Campo – Licenciatura, aprovado pelo CEPE em sua 498ª reunião, Ata de nº 498 de 8/10/2013*”. Enquanto que 40% se deram por Iniciativa IES diante do contexto local, conforme coloca o PPPC da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, que diz; “*(...) **Propomos um Curso de Licenciatura em Educação do Campo que contemple o universo do campo** (...) em consonância com o **Edital de Chamada Pública Nº 02 (PRONACAMPO)**, de 31 de agosto de 2012.*” No caso desta IES citada os recursos provenientes do PRONACAMPO foram essenciais para a implantação dos cursos nas IES. No entanto 10% dos PPPC’s avaliados não citam como se deram os processos.

Na atuação dos egressos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ a abrangência local e regional esteve presente em todas as categorias afirmando o comprometimento destes cursos em formar seus profissionais para a atuação em nível de território (Quadro 6). Na Educação do Campo a atuação local e regional é enfática por adotar a pedagogia da alternância como forma dos acadêmicos atuarem nas comunidades de sua origem em projetos acadêmicos de pesquisa e extensão, conforme coloca a Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, que prioriza que; “*O curso se destina, prioritariamente, à população sertaneja **na região do Semiárido.***”

Quadro 5. Análise de conteúdo por categorização da Justificativa nos cursos de LICENA e Pedagogia da Terra no Brasil

PPP	Categorias		Página no PPP	Descrição
	1.1 Participação da Sociedade Civil Organizada	1.2 Iniciativa da IES no contexto		
IFPA	X		13	“A criação da Licenciatura Plena em Educação do Campo (LPEC) no Estado do Pará é resultado da luta dos movimentos sociais do campo pela qualidade de ensino nas escolas do campo. ”
UFPA	X		09 e 10	“A perspectiva de criação do curso de Licenciatura em Educação do Campo, surge a partir de um conjunto de reflexões realizadas no Fórum Regional de Educação do Campo da Região Tocantins – FORECAT espaço democrático composto por Movimentos Sociais do Campo, Sindicato dos Trabalhadores em Educação – SINTEPP, Instituições de Ensino e Pesquisa, órgãos de Governo Estadual, as SEMED’s (Secretarias Municipais de Educação) e as Secretarias de Agricultura dos municípios envolvidos. ”
UFRR	X		05	“Este Projeto Político Pedagógico (PPP) é o resultado de um processo de construção coletiva , contou com a participação de um grupo de professores de diferentes unidades acadêmicas da Universidade Federal de Roraima, colaboradores advindos dos Movimentos Sociais e acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.”
UNIFAP	X		07 e 12	“A Universidade Federal do Amapá e seus parceiros Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Amapá, FETAGRAP, Central Única dos Trabalhadores-CUT, Governo do Estado do Amapá-GEA, oferece o curso de LICENA”
URCA		X	03	“O Grupo de Trabalho da Educação do Campo constituído pelo Centro de Educação e os Departamentos de Educação e Artes, Pró-Reitorias da URCA, e às entidades e movimentos coparticipantes, apresentam o Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo. ”
UNEAL	...	...	...	...
UFERSA	X		08	(...) representantes da Gerência Municipal de Educação de Mossoró, do Comitê Gestor da Educação do Campo, da 12ª. Diretoria Regional de Educação - DIREDE e da Escola Federal Agrícola de Jundiá, propõem e apresentaram a primeira versão do que seria a estrutura curricular do curso (...). Este documento consistiu posteriormente no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação Plena em Educação do Campo. ”
UFRB	X		06 e 08	“A partir da defesa da implantação de uma Política Nacional de Educação do Campo, que integram ações do Ministério da Educação, dos Movimentos Sociais do Campo, de Entidades e Universidades, apresenta-se a proposta do Projeto Pedagógico do Curso em Licenciatura em Educação do Campo. ”
UFPB	...	...	...	...
UFVJM		X		“A presente proposta de institucionalização da Licenciatura em Educação do Campo na UFVJM (LEC-UFVJM) com a abertura de novas turmas do PROCAMPO atende à demanda formulada pelo Ministério da Educação, por meio do Edital nº 2, de 31 de agosto de 2012. ”
UFV	X		09, 10 e 15	“A construção da Educação do Campo na UFV remonta ao final dos anos 1990, envolvendo participação institucional nos Conselhos Estaduais e Nacionais do PRONERA, da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – AMEFA. É com esse compromisso que a UFV apresenta o Projeto Político-Pedagógico do Curso Educação do Campo – Licenciatura, aprovado pelo CEPE em sua 498ª reunião,

				Ata de nº 498 de 8/10/2013. ”
UFSCAR	X		06 e 13	“Em 2006, uma comissão formada por representantes do INCRA/SP e do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra procurou a Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD/UFSCar para reivindicar e propor , cursos de graduação aos assentados de reforma agrária no estado de São Paulo através do PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (...) com base nesta argumentação foi proposta a realização do Curso de Graduação em Pedagogia da Terra na UFSCar. ”
UNIPAMPA		X	08	“A participação do edital SECADI/MEC/SESU, em dezembro de 2012, pleiteando a aprovação do curso de Licenciatura em Educação do Campo, originou-se na compreensão de contribuir com a formação/qualificação/atualização dos profissionais que atuam ou visam atuar na Educação do Campo. ”
UNICENTRO	X		07	“Para a consolidação da proposta foi feita uma parceria entre a Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, Prefeituras Municipais, MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra); Ceagro (Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia), MPA (Movimento de Pequenos Agricultores) e MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), Núcleos Regionais de Educação de Laranjeiras e de Guarapuava e Articulação Centro Oeste de Educação de Campanha. ”
UFFS		X	22	“A implantação de um Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação no Campo – Licenciatura oferecida pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, se faz necessário ao atendimento dos anseios das organizações e dos Movimentos Sociais e populares, bem como das populações camponesas que vivem nos municípios pertencentes ao território Cantuquiriguacu. ”
UFSC	X		03	“O curso foi constituído dentro do Centro de Ciências da Educação que integra as atividades do Instituto de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Sustentável (Instituto EDUCAMPO), estudantes e movimentos, criado e regulamentado oficialmente em maio de 2008. ”
IFARROUPILHA		X	15	“(…) Propomos um Curso de Licenciatura em Educação do Campo que contemple o universo do campo (...) em consonância com o Edital de Chamada Pública Nº 02 (PRONACAMPO), de 31 de agosto de 2012. ”
UTFPR	X		14	“A demanda por educação no campo na região sudoeste foi debatida por movimentos sociais, universidades e população do campo. Desta forma, para caracterizar a demanda e justificar a proposição do curso, faz-se necessário apresentar a região o curso em educação do campo. ”
UFGD		X	12	“(…) foi criado em 2008, fomentado pelo PRONERA/MDA, em parceria com o INCRA/MS e os movimentos sociais de Mato Grosso do Sul. ”
UNB		X	05	“A Universidade de Brasília participa desde o início da criação do PRONERA, até os dias atuais, de sua Comissão Pedagógica Nacional (...) esta propõe o Curso de Graduação - Licenciatura em Educação do Campo atende à demanda formulada pelo Ministério da Educação, por meio do Edital nº 9, de 23 de abril de 2009. ”
TOTAL: Item 1.1 = 11 (50%); Item 1.2 = 07 (31,81%); Dados Não Disponíveis = 02 (09,09%)				

Quadro 5. Análise de conteúdo por categorização da Justificativa, presente nos Planos Políticos Pedagógicos nos cursos de Educação no Campo no Brasil

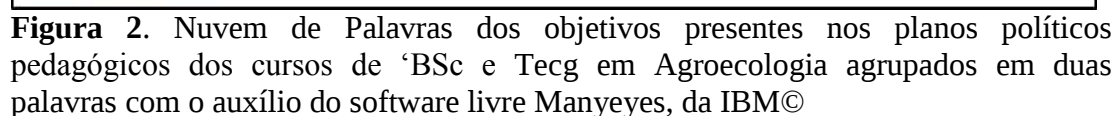
PPP	Categorias			Página no PPP	Descrição
	2.1 Local	2.2 Regional	2.3 Nacional		
IFPA	X	X		29	“Propiciar uma formação interdisciplinar sólida e abrangente de profissionais da educação, para atuarem em escolas do campo do Estado do Pará , na perspectiva de prepará-los para uma atuação profissional específica junto às populações que trabalham e vivem no e do campo. ”
UFPA	X	X		20	“Integrar os conhecimentos e habilidades relativas às atividades técnicas do trabalho de produção regional e Sistema de Arranjos Produtivos Locais . ”
UFRR	...	...	...	...	...
UNIFAP		X		13	“Proporcionar formação acadêmica a partir da afirmação da identidade e a realidade da Amazônia . ”
URCA		X	X	41	“Formar educadores para atuação na Educação Básica em escolas do campo, aptos a fazer a gestão de processos educativos (...) vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável de campo e de país. ”
UNEAL	X	X	X	28	“Reconhecer a especificidade regional e seus problemas específicos, sem descurar dos estaduais, nacionais e globais . ”
UFERSA	X	X	X	15	“Inserção no debate sobre as questões nacionais, regionais e locais , quer políticas, econômicas, sociais, culturais ou ambientais. ”
UFRB		X		08 e 21	“O curso se destina, prioritariamente, à população sertaneja da região do semiárido . ”
UFPB	X	X		06	“Interpretar a prática educativa a partir dos conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira, regional e local . ”
UFVJM		X	X	04	“O presente curso visa atender prioritariamente à forte demanda social das regiões dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, do Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais , entretanto, sem excluir as demandas de outras regiões do país . ”
UFV		X	X	18 e 19	“Formar professores (...) capazes de produzir soluções para questões inerentes a sua realidade, vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável do campo e do país . ”
UFSCAR		X	X	13	“Instrumentalizar os educandos para que possam intervir nos processos educativos nas áreas de Reforma Agrária . ”
UNIPAMPA		X		15	“Contribuir para a formação de educadores do campo (...), com vistas ao desenvolvimento da Região da Campanha . ”
UNICENTRO		X		19	“Contribuir para o desenvolvimento do território da cidadania da Cantuquiriguacu : desenvolvimento humano, sustentável e ambiental. ”
UFFS		X		35	“Formar um profissional da educação comprometido com o desenvolvimento educacional, cultural, social e econômico dos povos do campo e da região de abrangência da UFFS (Norte do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná). ”
UFSC		X		09	“A relação entre o ensino das ciências da natureza e da matemática e o contexto (físico, geográfico, cultural e econômico) do campo brasileiro, especificamente suas configurações na região Sul do país. ”
IFARROUPILHA	X	X			“(…) formar professores para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na modalidade de Licenciatura em Educação do Campo, dialogando com a realidade sócio-econômica-ambiental e cultural específica da região de abrangência do IFFARROUPILHA – RS. ”
UTFPR	X	X		18	“Formar educadores para atuação na Educação Básica em escolas do campo, aptos (...) a construção de um projeto de desenvolvimento

					sustentável de campo e de país. ”
UFGD	X	X		15	“Incentivar os/as acadêmicos/as a atuarem nas realidades sociais, políticas, econômicas e culturais que compõem os espaços sociais rurais de Mato Grosso do Sul. ”
UNB	X	X		16	“Formar educadores para atuação na Educação Básica (...) vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável de campo e de país. ”
TOTAL: Local e Regional = 07 (31,81%) ; Regional = 06 (27,06%) ; Regional e Nacional = 04 (18,18%) ; Local, Regional e Nacional = 02 (09,09%) ; Dados Não Disponíveis = 01 (4,54%)					

Fonte: Elaborado pelo autor;...= Dados não disponíveis.

Os ‘objetivos’ de ambos os cursos foi submetido à análise por meio do software livre Manyeyes. IBM© e NVIVO© para montagem de gráficos com as palavras mais frequentes no discurso (texto) e agrupamento destas em ‘nuvem de palavras (tags)’. Como auxílio para a contagem do número de ocorrências das palavras foi utilizado o software livre do grupo Linguística. insite©, a enumeração das palavras-chave mais frequentes se prestou a posterior interpretação dos discursos. Foram eliminadas dos discursos, as palavras funcionais de alta frequência, mas pouco significativas (artigos ‘um’, ‘o’, preposições ‘em’, ‘de’ etc.) e as palavras de frequência muito baixa, conforme recomendado por Bardin (2011: p.177).

69



Posição	Palavra	Ocorrências	%	Posição	Palavra	Ocorrências	%
01	Desenvolvimento	51	2,65	11	Rural	17	0,88
02	Formação	40	2,01	12	Conhecimento	16	0,83
03	Profissional	40	2,01	13	Capacidade	15	0,78
04	Social	33	1,71	14	Capaz	15	0,78
05	Processo	31	1,61	15	Meio	13	0,68
06	Agroecologia	25	1,21	16	Problemas	13	0,68
07	Familiar	22	1,14	17	Promover	13	0,68
08	Agricultura	21	1,01	18	Agroecossistema	12	0,62
09	Produção	21	1,01	19	Visão	12	0,62
10	Sustentável	18	0,1	20	Cultura	11	0,58

Os ‘objetivos’ nos PPPCs de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ na análise de discurso do sujeito coletivo (LEFREVE e LEFREVE, 2006) é possível reelaborar com base no conjunto das palavras chave mais frequentes no texto (Figuras 1 e 2), a seguinte frase: **‘Formar profissionais em agroecologia para o desenvolvimento da agricultura familiar, capazes de promover o desenvolvimento rural sustentável’**. Deste modo, interpreta-se que os objetivos dos cursos de Agroecologia contribuem na ‘formação’ de ‘profissionais’ em agroecossistemas de produção de alimentos ‘sustentáveis’ (GLIESSMAN, 2000: p.71), e delimitam como espaço social de ação a ‘agricultura familiar’ no desenvolvimento rural. A semântica das palavras assume significado autêntico quando são analisadas dentro do contexto na situação de fala ou de um discurso (PPPCs).

[illegible]

71

Tabela 2. Palavras mais frequentes nos ‘objetivos’ dos PPPCs de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ ordenada por frequência e número de ocorrências

Posição	Palavra	Ocorrências	%	Posição	Palavra	Ocorrências	%
01	Campo	131	5,16	11	Docência	28	1,10
02	Educação	117	4,61	12	Professores	27	1,06
03	Formar	89	3,50	13	Profissional	26	1,02
04	Social	53	2,01	14	Prática	25	0,98
05	Escola	45	1,77	15	Realidade	25	0,98
06	Desenvolvimento	38	1,41	16	Processo	24	0,94
07	Conhecimento	37	1,41	17	Trabalho	23	0,90
08	Atuação	34	1,34	18	Área	23	0,90
09	Pedagogia	32	1,26	19	Ciências	21	0,82
10	Ensino	30	1,18	20	Capacidade	19	0,74

Fonte: Elaborado com o auxílio do software livre Linguística.insite©

Em ‘Educação do Campo’ (Figuras 3 e 4 e Tabela 2), ao reescrever os seus objetivos tem-se: **‘Formar professores para o ensino em escolas sobre a Educação do Campo’**. Vale ressaltar aqui que a proposta de ‘Educação do Campo’ delimita seus espaços de atuação em ‘escolas’, palavra unissêmica (escola = espaço físico), em ‘educação do campo’, palavra composta de cunho polissêmica, que assume mais de um significado no contexto do discurso (PPPCs), neste sentido a educação do campo tem o caráter formal e não formal. A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados, a não formal, são os espaços educativos localizados nos territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais, porém o propósito constitui elemento importante de diferenciação e participação dos sujeitos (GOHN, 2006). Diante do exposto percebe-se a estreita relação entre Agroecologia e Educação do Campo como estratégia de desenvolvimento local sustentável⁸. Deste modo os cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ e ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ possuem a orientação pedagógica na formação de seus profissionais para a atuação a nível local e regional, mas sem perder de vista o plano de atuação nacional.

3.4 Formas de acesso e perfil de candidatos inscritos

As formas de acesso aos cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ no Brasil, corresponde a 18,3% pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); a 36,2% por

⁸ O termo “desenvolvimento sustentável” abre espaço para discussões devido a muitas controvérsias e mudanças históricas. Neste capítulo utiliza-se a definição próxima à sugerida pelo World Conservation Strategy (1980): a modificação da biosfera e a aplicação de recursos humanos, financeiros, bióticos e abióticos para satisfazer as necessidades e melhorar a qualidade de vida humana. Para tanto, leva-se em conta fatores ecológicos, econômicos e sociais, bem como as vantagens e desvantagens de ações alternativas, garantindo a manutenção da base dos recursos para as gerações futuras. Assim, os passivos ambientais devem permanecer próximos à zero, dentro da capacidade de suporte de cada sistema, momento em que devem ser ajustados ao contexto sociocultural de cada localidade.

vestibular, quando elaborado pela própria IES; a 17,2% por meio de cotas a candidatos auto declarados negros, indígenas e/ou trabalhadores rurais beneficiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); de 8% pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU); por transferência identificou-se 12,3%; por admissão de graduado 8%; e que não consta as formas de seleção em 12,1%. O perfil dos candidatos admitidos se dá por ampla concorrência, a exceção das IES que destinam parte de suas vagas ao sistema de cotas.

Nos cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ a admissão dos candidatos nos cursos, é feito por edital de admissão específico elaborado pela própria IES. Por vestibular especial tem-se 80,3%; pelo ENEM 4,4%; e os PPPCs que não citam correspondem a 15,3%. Os perfis dos candidatos admitidos são professores de escolas públicas rurais, egressos de escolas rurais e família agrícola, militantes de movimentos sociais, monitores de Escolas Famílias Agrícolas (EFA’s); indígenas, trabalhadores rurais, quilombolas, funcionários de escolas do campo e assentados de reforma agrária.

O item de sumário ‘Formas de Acesso’ dos cursos foi mensurado no sentido de verificar como estes admitem o público interessado (rural e urbano). Em ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ a forma de acesso apresentou maiores valores pelo ENEM e Vestibular quando elaborado pela própria instituição, o perfil dos candidatos admitidos não são enunciados nos PPPCs de Agroecologia, o que denota ser realizado por ampla concorrência, com exceção de cinco IES que adotam a forma de admissão por meio da política de cotas (Lei nº 12.711/2012) a candidatos auto declarados negros, indígenas. O IFMG reserva parte das vagas para filhos de trabalhadores rurais beneficiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Somente neste PPPC dentre o conjunto analisado foi identificada tal forma de admissão.

Nos cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ a admissão dos candidatos nos cursos, apresentou maiores valores na modalidade ‘vestibular especial’ elaborada pela IES, conforme cita os PPPCs da UFRR, URCA e UTFPR ‘(...) processo seletivo elaborado de forma diferenciada por professores convocados pela Comissão Permanente de Vestibular’. Os perfis dos candidatos admitidos são destinados prioritariamente às populações da zona rural, ressalta-se que o restante das vagas não preenchidas é ocupado por candidatos classificáveis, podendo ser ou não oriundos do meio urbano.

A admissão de candidatos por processo seletivo especial e cotas corresponde à política de ação afirmativa instituída no Brasil recentemente com base em registros do

biênio de 2002–2003 (MOYA e SILVÉRIO, 2009). A princípio, a ação afirmativa é consubstanciada pelo Artigo 205º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que garante que: ‘A educação, direito de todos e dever do Estado (...)’; em seguida o Artigo 206º, item I estabelece a ‘Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.’

Argumentações contrárias afirmam, entretanto, que o sistema de cotas desrespeita o mérito individual e, portanto, infringe o princípio constitucional da isonomia, pois o mérito é o único instrumento que garante igualdade entre as pessoas nos processos seletivos, pois trata os indivíduos sem distinção, avaliando exclusivamente a competência de cada um (MOYA e SILVÉRIO, 2009).

A ação afirmativa corresponde à superação da problemática histórica no quadro das desigualdades; sobre o acesso ao ensino superior por afrodescendentes e indígenas e populações do campo (CORDEIRO, 2010), demonstrando que não se trata de política de discriminação e de favorecimento, mas de atendimento do direito constitucional⁹. No entanto, são necessárias as políticas de ação afirmativa no ensino superior, porém concomitante ao investimento no ensino básico, como forma de acesso a cidadania.

3.5 Áreas de Atuação

Nas áreas de Atuação Pretendida aos Profissionais em Agroecologia referente aos PPPCs consultados (n=16) (Quadro 4) os valores ocorreram para a ação na Educação não Formal e Assistência Técnica (n=6) e Extensão Rural e Assistência Técnica – ATER (n=16) enquanto que os cursos de LICENA descritos em seus PPPCs (n=21) preconizam para a atuação na Educação Formal (n=21) Educação Formal (Escolas do Campo) e Não Formal (Comunidades) (n=13), conforme descreve o Quadro 5.

⁹ **Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Quadro 4. Item de sumário ‘Áreas de atuação’ dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos (PPPC’s) de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ nos PPPCs em Educação Formal e Não Formal, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em suas respectivas descrições e a página nos PPPCs

PPPC	Educação Formal	Educação não formal	ATER	Página	
UFPR	Não consta ¹⁰	Educação do Campo	Projetos Agroecológicos	20	
FURG	Escolas Técnicas	Comunicação Rural	Sistemas de Produção	13 e 14	
UFSCAR	Ensino		Extensão Rural	17 e 18	
IF SUDESTE MG - RP	Não consta	Metodologias Participativas	Manejo conservacionista de sistemas de produção	16	
UEMS		Não consta	Sistemas Agroecológicos de Produção		20
UEA					03
IFAC					14
UFAL					07
IFS					12
UFRB					11
IFPE		Educação Ambiental			15
IFRN		Metodologias Participativas			10
UFCG		Não consta	Projetos de Transição Agroecológica		51
UFPB					04
UFRR			Extensão Rural		14
IFB			Projetos de Transição Agroecológica		17
N= 16 PPPC's					
Áreas de Atuação em Educação não formal e ATER (n=6); Educação Formal/Não Formal, ATER (n=2); ATER (n=16)					

¹⁰Os espaços que recebem a nomenclatura de ‘Não Consta’ significa que não foram encontradas as menções nos PPPC’s analisados referente à categoria escolhida.

Quadro 5. Item de sumário ‘Áreas de atuação’ dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos (PPPC’s) dos cursos de ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ com Educação Formal, Não Formal e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nas suas respectivas descrições e as páginas nos PPPCs

Educação do Campo	Educação Formal	Educação não formal	ATER	Pagina								
UNIPAMPA	Escolas do Campo	Projetos de Geração de Renda	Não consta	17								
UNICENTRO		Projetos de Desenvolvimento Comunitário		Não consta	19							
UFFS ¹¹					Não consta	37						
UFSC						Não consta	10					
UFJM							Não consta	13,14 e 15				
UFSCAR								Não consta	17			
UFV									Não consta	18,19		
UFRR		Ações em comunidades rurais	Práticas agrícolas alternativas	19								
UFPA		Não consta	Não consta	17								
UNIFAP				Não consta	Não consta	17						
URCA						Não consta	Não consta			42		
UNEAL								Não consta		Não consta	29	
UFERSA									Não consta		Não consta	14
UFRB												Não consta
UFPB		Não consta	Tecnologias sociais de convivência no Semiárido									
UFGD				Não consta	Tecnologias sociais de convivência no Semiárido							
UNB						Não consta	Tecnologias sociais de convivência no Semiárido					
IFPA	Não consta							Tecnologias sociais de convivência no Semiárido		31		
Escolas do Campo e EJA									Ações em comunidades rurais	Não consta	Tecnologias sociais de convivência no Semiárido	
</												

¹¹ Na UFFS contabilizam-se três PPPC’s.

Os espaços de atuação dos profissionais foram categorizados em ‘Educação Formal’ e ‘Não Formal’ (GOHN, 2006). A educação não formal assume papel importante, quando prepara o educando para a cidadania, trabalho, organização comunitária e na aprendizagem de conteúdos escolares em ambientes diferenciados (GADOTTI, 2005). Ambas são relevantes nos processos de aprendizado e devem ocorrer conjuntamente.

Em ‘Agroecologia’ a atuação de seus profissionais é majoritariamente direcionada para a Educação não formal e ao serviço de ATER (Quadro 4), de acordo com os PPPCs. O serviço de ATER na prática constitui, entretanto, um modelo de educação não formal, pois o papel do extensionista é de educador quando este age como comunicador rural. Segundo Freire (1983), o termo ‘Extensão’ quando analisado semanticamente significa ‘estender algo a alguém’. Esta concepção de Extensão Rural é equivocada quando pretende substituir uma forma de conhecimento por outra, desconsiderando a troca mútua entre conhecimento científico e popular.

Em ‘Educação do Campo’, as categorias ‘educação formal’ e ‘educação não formal’ foram as mais significativas (Quadro 5), revelando que os profissionais têm como espaço de atuação as organizações comunitárias; conforme é citado na categoria ATER descrita sucintamente como ‘Projetos de Desenvolvimento Comunitário’. Exemplos dos PPPCs da UFRSA são “Formar educadores para atuação em escolas que visem à formação de sujeitos autônomos vinculados à construção e execução de projetos sustentáveis que estimulem a fixação do homem no campo”. E da UFVJM: “Construção de processos educativos nas comunidades, o egresso deve estar apto para o trabalho formativo e organizativo com as famílias e ou grupos sociais de origem dos estudantes, para liderança de equipes e para a aplicação de iniciativas e/ou projetos de desenvolvimento comunitário sustentável que incluam a participação da escola”.

Agroecólogos e Educadores do Campo podem atuar conjuntamente desenvolvendo atividades que incluam a participação da comunidade escolar. Por exemplo, em escolas agrícolas cabe o papel de formar seus alunos de maneira integral de modo a prepará-los para o mundo do trabalho na agricultura. Além do currículo, devem ser considerados os aspectos éticos, conceituais e comportamentais, na formação integral. O enfoque agroecológico, por seu caráter integrador, é adequado, uma vez que requer uma visão contextualizada considerando os aspectos: biológico, físico, químico, ecológico, social, econômico, político e cultural (SARADON e FLORES, 2010).

Os programas e as políticas públicas no Brasil que amparam a atuação conjunta, clara e objetiva dos cursos, conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/1999) que cita em suas disposições gerais a educação formal (Artigo 9º) e não formal (Artigo 13º), e para além do discurso, no aspecto prático o programa recém-criado ‘Escolas Sustentáveis’(Resolução CD/FNDE nº18, de 21 de maio de 2013) que destina recursos financeiros, nos moldes operacional do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, a escolas públicas municipais, estaduais e distritais na melhoria da qualidade de ensino e na promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares. Considera o currículo (disciplinas), a gestão (comunidade escolar, conselho de pais e filhos, parceiros) e o espaço físico (custeio e investimento em tecnologias socioambientais), de forma a torná-las espaços educadores sustentáveis (TRAJBER e SATO, 2010).

Para evitar a dicotomia concebida, entre rural e urbano, a abordagem da realidade com enfoque no ‘Território’ rediscute suas respectivas funções (GEHLEN e RIELLA, 2004) as interações locais e regionais fortalecem o conhecimento coletivo, por meio das experiências das aglomerações produtivas, científicas, tecnológicas, como distritos industriais, arranjos produtivos locais, etc. são considerados ambientes propícios a interações, à troca de conhecimentos entre organizações de agricultores e ao mercado local; redes formais e informais; e a existência de base social e cultural comum que dá o significado de identidade e ‘pertencimento’ (ALBAGLI e MACIEL, 2004). No entanto são necessárias condições institucionais e socioculturais que viabilize o debate objetivo dos processos. A pragmática para a atuação dos profissionais dos cursos correlatos tem como ambiente de ação, por exemplo, O Programa de Territórios da Cidadania (BRASIL, Decreto de 23 de Março de 2009) que tem por objetivo:

*“(...) promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de **desenvolvimento territorial sustentável**. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. ”*

A discussão atual no Brasil, sobre o futuro das populações rurais tem causado mudanças nas políticas públicas destinadas à agricultura familiar, dando significado à incorporação da noção de Território Rural. O cenário rural no Brasil passa pela primeira vez por diagnósticos e estudos de vocações municipais compartilhadas, daí a noção de território como unidade não dicotômica entre rural e urbano conforme citado por Gehlen

e Riella (2004). A identificação das potencialidades e entraves dos agricultores familiares e, sobretudo, a formulação de planos destinados a este segmento constitui política pública permanente sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (SAYAGO, 2007).

3.6 Matrizes Curriculares de cursos por Áreas de Conhecimento da CAPES, de acordo com a carga-horária por Grande Região do Brasil

Todas as disciplinas foram sistematizadas de acordo com a Tabela da CAPES (2012) as áreas de conhecimento são no total de nove e estão organizadas em três Colégios, a saber; Colégio de Humanidades (Grandes Áreas de Humanas, de Sociais Aplicadas e de Letras e Linguística e Artes), Colégio de Ciências da Vida (Grandes Áreas de Ciências da Saúde, de Ciências Biológicas e de Ciências Agrárias) e Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar (Grandes Áreas de Ciência Exatas e da Terra, de Engenharias e Multidisciplinar).

A metodologia empregada na categorização da matriz curricular dos cursos utilizando como referencial as áreas de conhecimento (CAPES, 2012), auxilia no reconhecimento do perfil de profissional pretendido de conclusão de curso. As diferentes áreas de conhecimento integradas em caráter de multidisciplinaridade norteiam a ação do Educador do Campo e do Agroecólogo em sua abordagem (comunicação rural), clientela atendida e ou espaços de atuação (agricultores familiares e escolas do campo), intencionalidades conforme aponta os PPPCs. Saradon e Flores (2010) dizem que o enfoque agroecológico, por seu caráter integrador, disponibiliza a visão contextualizada que considera as questões: biológicas, físicas, químicas, ecológicas, social, econômicas, políticas e culturais.

Os cursos de LICENA da Região Norte possuem maior distribuição de carga-horária em ‘Ciências Humanas’ e ‘Linguística, Letras e Artes’ devido às disciplinas da Área de Educação serem comuns nas licenciaturas. Em Agroecologia, as Grandes Áreas de ‘Ciências Agrárias’, ‘Multidisciplinar’ e ‘Ciências Humanas’ são as mais expressivas (Figura 5).

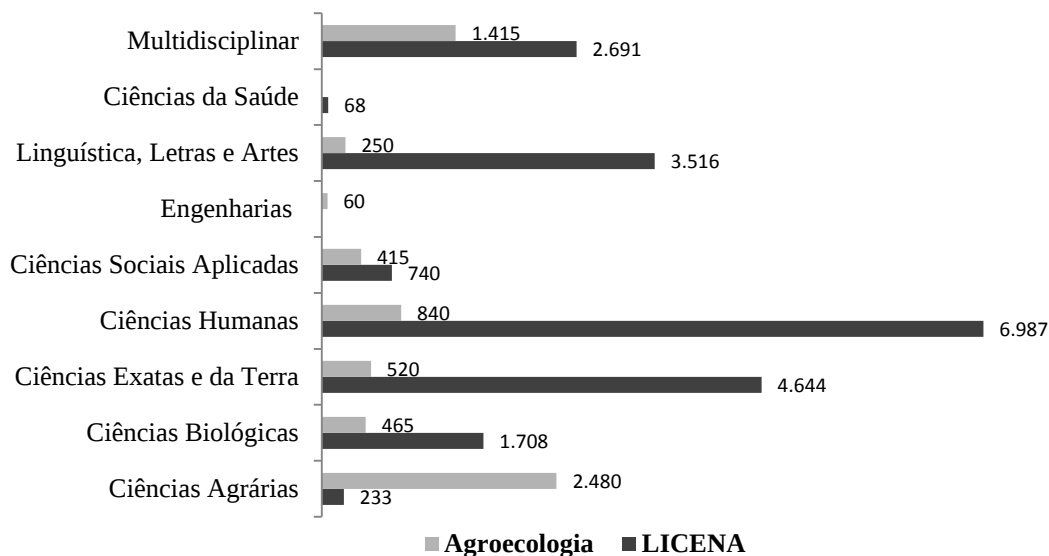


Figura 5. Distribuição da carga horária nas ‘Grandes Áreas de Conhecimento’ da tabela CAPES nos cursos de ‘Tecnologia em Agroecologia’ (IFAC, UEA, UFRR) e ‘LICENA’ (UEA, IFPA, UFRR, UNIFAP) na Região Norte, a partir das matrizes curriculares de cursos

Na Região Norte a maior distribuição de carga horária em ‘Ciências Humanas’ em LICENA se dá devido às disciplinas da Área de Educação que constitui a área de conhecimento estruturante em cursos de Licenciatura. A expressiva carga horária em ‘Ciências Exatas e da Terra’ devem-se as habilitações em ‘Ciências da Natureza e Matemática’. Em Agroecologia constitui a área de ‘Ciências Agrárias’, ‘Multidisciplinar’ e ‘Ciências Humanas’ como as mais expressivas, ressalta-se que há interações entre as áreas de conhecimento de ambos os cursos com exceção de ‘Engenharias’ e ‘Ciências da Saúde’, esta última representada pela disciplina de ‘Física na saúde humana - métodos físicos de auxílio à diagnose’ que corresponde à área específica de Medicina Preventiva (Figura 5).

A ‘Área Específica’ (disciplina) em Ciências Agrárias que faz parte do currículo de LICENA, corresponde a ‘Manejo Florestal’ (Área, Recursos Florestais e Engenharia Florestal). O conhecimento nesta área de conhecimento é fundamental devido ao contexto das populações da região Amazônica ter no agroextrativismo uma das principais fontes de renda aos povos do campo e constituir como estratégia dos movimentos sociais na valorização das potencialidades locais (ALMEIDA, 2012).

Em Agroecologia a disciplina de ‘Sociologia Rural’ (Área, Sociologia), possui maior expressividade. Isto ocorre porque a Agroecologia possui a "perspectiva sociológica" uma vez que se apoia na ação social coletiva de determinados setores da sociedade civil

vinculado ao manejo dos recursos naturais, motivo pela qual é sociológica (GUZMAN, 2002).

Na Região Nordeste, os cursos de ‘Agroecologia’ possuem maior carga horária em Ciências Agrárias, Multidisciplinar, Exatas e da Terra, Biológicas, Humanas e Sociais Aplicadas. Os cursos possuem considerável distribuição de hora em oito das nove grandes áreas de conhecimento, com exceção de Ciências da Saúde. Em ‘LICENA’ as grandes áreas com maior carga horária são ‘Humanas’, ‘Multidisciplinar’ e ‘Linguística, Letras e Artes’ (Figura 6) similar ao que ocorre na Região Nordeste, conforme apresentado anteriormente.

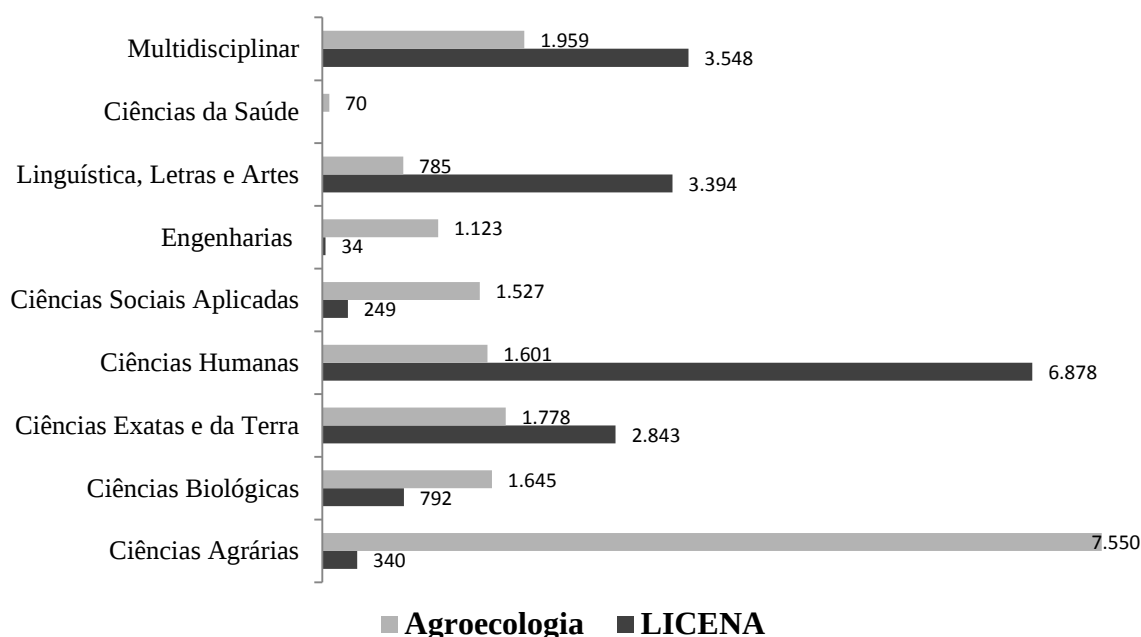


Figura 6. Distribuição da carga horária nas ‘Áreas de Conhecimento’ na tabela da CAPES nos cursos de ‘Tecnologia e Bacharelado em Agroecologia’ (UFAL, IFS, UFRB, UFPB, IFRN, IFPE, UFCG) e ‘LICENA’ (URCA, UNEAL, UFERSA, UFRB, UFPB) na Região Nordeste, a partir das matrizes curriculares de cursos

Na Região Nordeste conforme foram mencionados os cursos possuem considerável distribuição de horas-aula em oito das nove grandes áreas de conhecimento (Figura 6), com exceção de Ciências da Saúde que mesmo com a pequena carga horária disponibilizada na matriz curricular de formação as disciplinas de; ‘Qualidade de Vida no Trabalho’ Área específica em Saúde Coletiva do IFRN e ‘Segurança Alimentar e Nutricional’ da UFPB ambas da Área de Nutrição. Estas são necessárias porque a primeira discute sobre o trabalho rural e as intoxicações por agrotóxicos (FARIA et al., 2004), evidenciada como objeto de discussão e de movimento pela ‘Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida’ iniciada em 2011 com ampla

participação da sociedade civil organizada e do poder público; e a segunda sobre ‘Segurança Alimentar e Nutricional’ (Nutrição Social) que corresponde a Lei 11.346/2006 do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, com desdobramentos para os programas governamentais de compra de alimentos da agricultura familiar como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (Decreto 7.775/2012) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE (Lei nº 11.947/2009) que tem como público envolvido nas deliberações do programa o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) formado pela sociedade civil organizada e o poder público.

As disciplinas da grande Área de Ciências da Saúde em relação à carga horária são incipientes nos cursos aqui estudados. O acervo de políticas públicas que evidenciam o conhecimento sobre ‘saúde pública’ e ‘nutrição’ é discutido particularmente na disciplina de ‘Segurança Alimentar e Nutricional’ e ‘Nutrição Social’, que não constam como área específica na tabela da CAPES.

As disciplinas de ‘Sociologia Rural’ em Ciências Humanas constituem a maior carga horária presente nos cursos de Agroecologia. A UFPB é a única que tem disciplinas relacionadas à Educação do Campo. Na tabela da CAPES a ‘Educação do campo’ assume a área específica com a denominação de ‘Educação Rural’, dentro da Grande Área de Educação.

Em LICENA, na Grande Área ‘Multidisciplinar’, por exemplo, as disciplinas de ‘Agroecologia’ e ‘Agricultura Familiar’ estão presentes na URCA, UNEAL e UFRB e correspondem à área específica de ‘Meio Ambiente e Agrária’ da Área ‘Interdisciplinar’. Segundo Souza (2004), a área específica de ‘Agroecologia’ passou a integrar a categoria de ‘Outras’ posterior ao ano de 2002 na área Multidisciplinar. Na tabela da CAPES (2012) a área de ‘Multidisciplinar’ foi elevada a categoria de Grande Área, mas as Áreas de conhecimento ‘Agroecologia’ e ‘Agricultura Familiar’ não possuem denominações próprias dentro da Área de conhecimento, e são categorizadas em ‘Meio Ambiente e Agrárias’.

Na Região Sudeste, em ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ (UFSCAR) a maior carga horária é em Ciências Humanas, Multidisciplinar e Linguística, Letras e Artes, também similar ao encontrado nas Regiões anteriores. Em ‘Agroecologia’ as horas-aula concentram-se em Ciências Agrárias, Biológicas e Exatas e da Terra. Ressalta-se que os cursos de ‘BSc em Agroecologia’ no Sudeste possuem a segunda maior carga horária em ‘Engenharias’ pela consequente modalidade de Bacharelado.

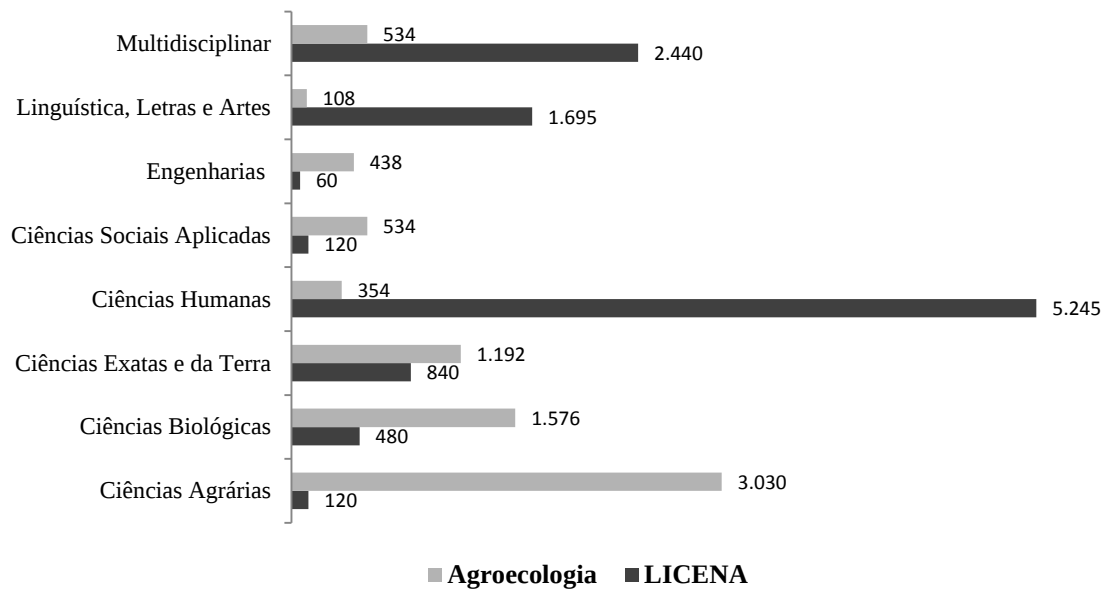


Figura 7. Distribuição da carga horária nas ‘Áreas de Conhecimento’ na tabela da CAPES nos cursos de ‘Bacharelado em Agroecologia’ (IFMG, UFSCAR) e ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ (UFV, UFVJM, UFSCAR) na Região Sudeste, a partir das matrizes curriculares de cursos

Na Região Sudeste, em ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ (UFSCAR) a maior carga horária é em ‘Ciências Humanas’, ‘Multidisciplinar’ e ‘Linguística, Letras e Artes’ (Figura 7). As disciplinas estão mais concentradas na área de Educação, representada pela Área Específica de ‘Tópicos Específicos de Educação’ e ‘Métodos e Técnicas de Ensino’. Por serem cursos que preparam futuros Educadores, trata-se de disciplinas fundamentais para o ensino, didáticas e comunicação rural. A Grande Área ‘Multidisciplinar’ corresponde à área específica de ‘Ensino de Ciências e Matemática’ como é o caso da disciplina de ‘Ensino de Ciências e suas Tecnologias para a Educação do Campo’ do curso de LICENA - Habilitação em Ciências da Natureza e Agroecologia da UFV, que relaciona as ciências naturais no contexto do espaço escola e comunidade. A esta segue as disciplinas da área específica ‘Meio Ambiente e Agrárias’, as quais abordam a Agroecologia.

A Grande Área ‘Multidisciplinar’ possui Áreas de conhecimento ditas ‘distintas’ quando se relacionam formando disciplinas ‘híbridas’ ou de ‘fronteira’, conforme apresentado por Toledo (2012): “(...) aquelas que funcionam como reações particulares para todo o processo de especialização e parcelamento excessivo e como expressões de uma espécie de “ciência de resgate”, que visa fornecer informações para deter e abranger a crise social e ambiental.” O exemplo de interdisciplinaridade entre

diferentes campos de conhecimento que permitem a análise do conjunto e a necessidade integrarem outros campos de conhecimento é visto na Ecologia (Ciências Biológicas) e suas associações no campo da Economia (Economia Ecológica, grande área Ciências Sociais Aplicadas), Geografia (Ecologia de Paisagem de Geociências), Etnoecologia (Antropologia de Ciências Humanas). Para o ensino de Ciências na ‘Educação Formal’ e na ‘Educação Não formal’, é necessário à leitura dos componentes que estruturam um sistema que funciona como uma totalidade, organizado, mas que só é analisável a partir da abordagem inter e transdisciplinar (LACEY, 2003; LACEY; 2006).

Os cursos de ‘BSc em Agroecologia’ da Região Sudeste possuem a segunda maior carga horária em ‘Engenharias’ (Figura 7), por se tratarem de Bacharelado, uma vez que, para o registro profissional dos Agroecólogos junto ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CREA, é necessário a inserção de disciplinas da Grande Área ‘Engenharias’ aqui representadas pela ‘Engenharia Civil e Sanitária’, nas Áreas Específicas de ‘Hidráulica’ e de ‘Topografia’ (Engenharia Civil) e de ‘Planejamento Integrado de Recursos Hídricos’ (Engenharia Sanitária).

Apenas o curso de ‘BSc em Agroecologia’ do IFMG possui a disciplina de ‘Métodos de Ensino’ da área específica de ‘Métodos e Técnicas de Ensino’ (Grade área ‘Educação’), de forma ‘optativa’. As disciplinas de ‘Ensino’ ou ‘Didática’ da Área de Educação nos cursos de Agroecologia possuem carga-horária inexpressiva.

Na Região Sul os cursos de LICENA são os que possuem maior hora aula na formação em Ciências Agrárias e pequena representatividade em Engenharias (36 h/a). Nos cursos avaliados de Agroecologia estes possuem maior carga horária em Ciências Agrárias, Multidisciplinar e Ciências Biológicas. Do contrário ao observado em outras regiões não foram encontradas registro de disciplinas na Grande Área de Engenharias (Figura 8).

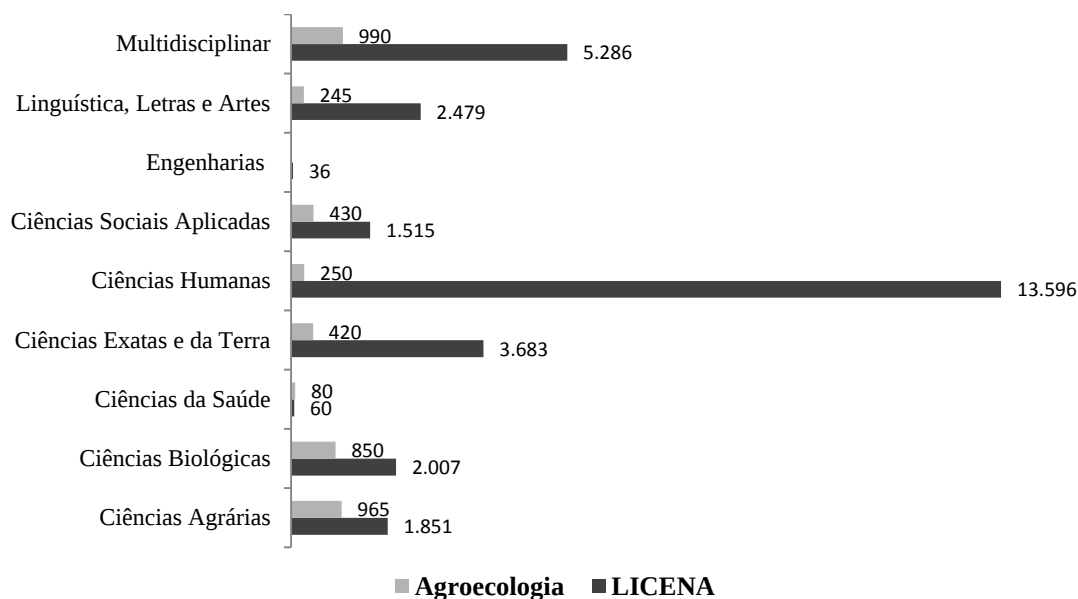


Figura 8. Distribuição da carga horária nas ‘Áreas de Conhecimento’ na tabela da CAPES nos cursos de ‘Tecnologia em Agroecologia’ (FURG, UFPR) e ‘LICENA’ (UNIPAMPA, UFFS, UNICENTRO, UFSC, IFFARROUPILHA, UTFPR) na Região Sul, a partir das matrizes curriculares de cursos

Na Região Sul, os cursos de ‘LICENA’ têm a maior carga-horária em Ciências Agrárias de disciplinas nas Áreas de ‘Agronomia’, ‘Recursos Florestais e Engenharia Florestal’, ‘Ciência e Tecnologia de Alimentos’ e ‘Zootecnia’, devido as Habilitações em ‘Ciências da Natureza’ e ‘Ciências Agrárias’ (Figura 8). Isto denota o papel destes cursos em formar professores para a atuação no espaço de trabalho que se fundamenta nas Ciências Agrárias, com o currículo correspondendo a quase metade do que é exigido em cursos de Técnico em Agropecuária (1.200 h/a das disciplinas específicas). A LICENA e a Ciências Agrárias do IFFARROUPILHA e da UTFPR somam juntas 996 horas-aula somente em ‘Ciências Agrárias’. Ainda na Região Sul, em ‘LICENA’, a Área ‘Educação’ possui sua maior carga-horária na Área Específica de ‘Métodos e Técnicas de Ensino’ (Didática) e ‘Política Educacional’. Nos cursos de ‘Agroecologia’, diferentemente do que ocorre nas demais Grandes Regiões, a ‘Grande Área’ que possui maior carga-horária é ‘Multidisciplinar’, devido às disciplinas da Área Específica ‘Meio Ambiente e Agrárias’.

Na Região Sul foram formatadas muitas das atuais políticas públicas no campo, a partir da experiência de organização social na produção agrícola de base familiar, a exemplo da Rede Ecovida. Ali o desenvolvimento da agricultura familiar é pautada na organização coletiva cooperativas de produção e arranjos produtivos locais, inovações

tecnológicas e a certificação participativa de produtos agroecológicos e orgânicos¹² na promoção de canais de comercialização alternativos (BYÉ, 2002; ROVER, 2011), fechando um ciclo entre a produção, distribuição e consumo. A formação de agentes de desenvolvimento local para atender a dinâmica particular da agricultura familiar é fundamental. A Região Sul foi pioneira no surgimento dos cursos aqui analisados (BORGES, 2007), com vistas a atender estas dinâmicas locais e regionais da agricultura familiar.

Na Região Centro-Oeste a grande área predominante em LICENA está representada por Ciências Humanas devido às disciplinas na área de Educação. Em Agroecologia relacionam-se a Ciências Agrárias, com o valor superior as demais áreas de conhecimento (Figura 9).

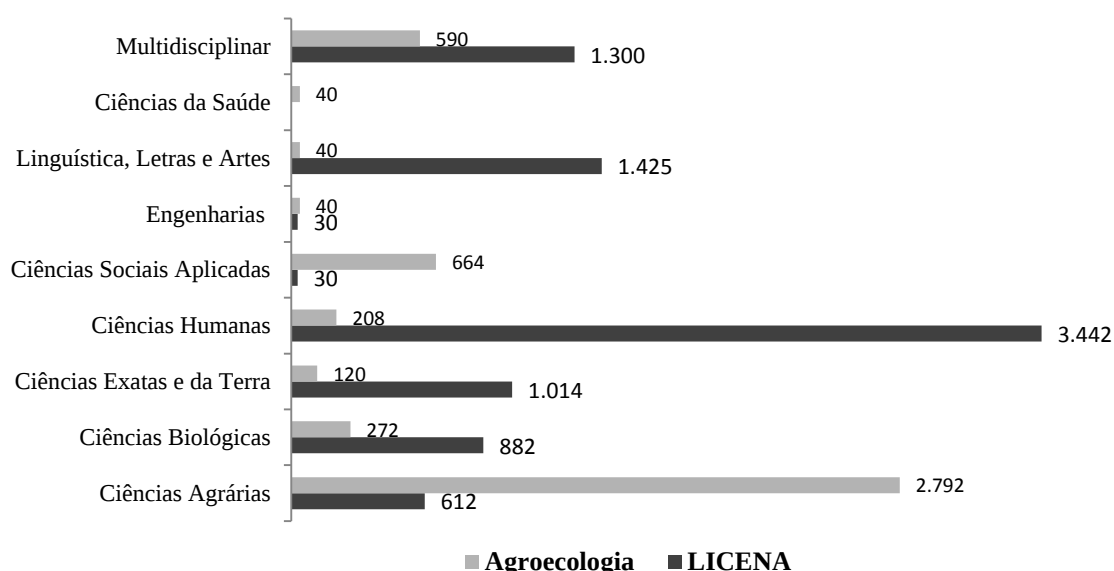


Figura 9. Distribuição da carga horária nas ‘Áreas de Conhecimento’ na tabela da CAPES nos cursos de ‘Tecnologia em Agroecologia’ (IFB, UEMS) e ‘LICENA’ (UFGD, UNB) na Região Centro-Oeste, a partir das matrizes curriculares de cursos

Na Região Centro - Oeste, em ‘LICENA’, a maior carga horária se deve a Grande Área ‘Ciências Humanas’, com disciplinas da Área de Educação (Figura 9). A carga-

¹²A experiência da Rede Ecovida contribuiu para a formatação da política pública de Certificação de Produção Orgânica através do Sistema Participativo de Garantia (SPG) conforme o Decreto nº 6.323/2007 institui o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg. Segundo o decreto é;“(…) formado pela reunião de produtores e outras pessoas interessadas em organizar a sua estrutura básica, que é composta pelos Membros do Sistema e pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC). Os Membros do Sistema são pessoas físicas ou jurídicas que fazem parte de um grupo classificado em duas categorias, distribuidores, comercializadores, transportadores e armazenadores. Os colaboradores são os consumidores e suas organizações, os técnicos, as organizações públicas e privadas, as que representam as mais diferentes classes e os parceiros (colaboradores) que possam ajudá-los a dar garantia a seus produtos. Todos tomam conta de todos e se visitam, para garantir a qualidade orgânica.”

horária das disciplinas em ‘Ciências Agrárias’, também se deve as habilitações em ‘Ciências da Natureza e Agrárias’, concentrando-se principalmente nas Áreas de ‘Agronomia’ e ‘Zootecnia’, fazem parte do currículo destes cursos as disciplinas específicas de ‘Ciência do Solo’, ‘Fitotecnia’, ‘Produção Animal’ e ‘Forragicultura’.

Nos cursos de ‘Tecg em Agroecologia’ a maior carga horária se deve as Grandes Áreas ‘Ciências Agrárias’, ‘Multidisciplinar’ e ‘Ciências Sociais Aplicadas’, nesta última a Área Específica de formação nas matrizes curriculares correspondem as disciplinas de ‘Processos de Comunicação’ (Área Ciências da Informação), ‘Economia Rural’ e ‘Economia Solidária’ (Área de Economia) e ‘Mercadologia’ (Administração).

O conjunto de cursos em ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ e ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ quando comparadas entre si possuem a distribuição da carga horária nas Grandes Áreas de Conhecimento nas proporções percentuais representadas pelo gráfico a seguir (Figura 10).

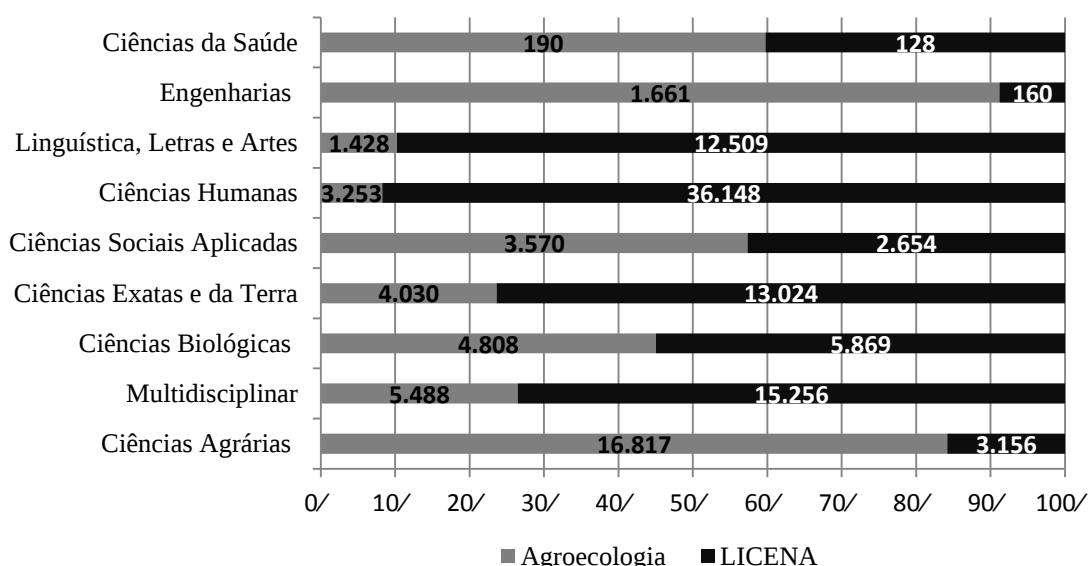


Figura 10. Distribuições da carga horária nas Grandes Áreas de Conhecimento CAPEM de ‘ Tecg e BSc em Agroecologia’ e ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ em cursos no Brasil, a partir das matrizes curriculares de cursos

Em ambos os cursos existe a relação entre as grandes áreas de conhecimento com cargas horárias evidentemente diferentes.

Desde a Grande Área até a Área Específica é possível verificar a similaridade de disciplinas comuns nos cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ e ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ (Quadros 5 e 6).

Quadro 5. Grande Área, Área e Sub – Áreas de Conhecimento de acordo com a CAPES das disciplinas em comum entre ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ e ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ no Brasil, a partir das matrizes curriculares de cursos

Grande Área	Área	Área específica	Carga horária	
			Agroecologia	LICENA
Ciências Agrárias	Agronomia	Fitotecnia	2.810	749
Multidisciplinar	Interdisciplinar	Meio Ambiente e Agrária	3.117	2.543
Ciências Biológicas	Ecologia	Ecologia de Ecossistemas	723	809
Ciências Exatas e da Terra	Probabilidade e Estatística	Estatística	684	246
Ciências Sociais Aplicadas	Administração	Administração de Setores Específicos	590	...
Ciências Humanas	Sociologia	Sociologia Rural	595	733
Engenharias	Engenharia de Produção	Avaliação de Projetos	537	100
Linguística, Letras e Artes	Letras	Língua Portuguesa	476	1.141
Ciências da Saúde ¹³	Nutrição		190	128

Legenda: Dados não disponíveis = ...

Quadro 6. Grande Área, Área e Sub – Áreas de Conhecimento de acordo com a CAPES das disciplinas em comum entre ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ e ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ no Brasil, a partir das matrizes curriculares de cursos

Grande Área	Área	Área específica	Carga horária	
			LICENA	Agroecologia
Ciências Humanas	Educação	Métodos e Técnicas de Ensino	6.826	36
Multidisciplinar	Ensino	Ensino de Ciências e Matemática	3.438	...
Ciências Exatas e da Terra	Matemática	Álgebra	1.955	308
Linguística, Letras e Artes	Letras	Língua Portuguesa	4.043	476
Ciências Biológicas	Ecologia	Ecologia de Ecossistemas	937	623
Ciências Agrárias	Agronomia	Fitotecnia	749	2.990
Ciências Sociais Aplicadas	Administração	Administração da Produção	300	128
Engenharias	Engenharia de Produção	Pesquisa Operacional ¹⁴	696	190
Ciências da Saúde	Nutrição	...	128	190

Legenda: Dados não disponíveis = ...

A sistematização das áreas de conhecimento dos cursos aqui analisados permitiu identificar que do ponto de vista epistemológico, que foi nas Ciências Agrárias a origem

¹³Referente à disciplina de Segurança Alimentar e Nutricional que não possui área específica na tabela CAPES.

¹⁴As disciplinas de ‘Metodologia da Pesquisa Científica’ não possuem área específica na tabela CAPES. A única ‘Grande Área de Conhecimento’ que possui área específica relacionada a pesquisa corresponde a Engenharias.

para as formações em ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ enquanto que ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ nas Ciências Humanas. Se as Ciências Agrárias tem sua origem no Brasil pós-revolução industrial a partir dos Imperiais Institutos de Agricultura (COELHO, 1999) as formações em Agroecologia e a Educação do Campo tem suas origens nos conhecimentos tradicionais da agricultura apropriada e alternativas (BRANDEBURG, 2002), na prática das representações sociais do campo.

São as práticas sociais e vivências dos agricultores e dos movimentos sociais do campo que resultaram nos saberes que deram origem a novas disciplinas identificadas nesta pesquisa, de acordo com Coelho (1999), são estas que modelam o profissional, mediante a inculcação de conhecimentos intencionalmente ordenados para a orientação da futura ação profissional traçando a dimensão cognitiva do trabalho profissional. Porém as disciplinas abordadas nestes cursos têm de ser dotadas de significados e símbolos que remetam a realidade atual do campo, através de um processo de Reinvenção.

Se acontecer uma reinvenção permeada por uma cognição, constitui um novo saber, sem considerar que esse novo saber seja melhor que os anteriores são diferentes. No entanto as disciplinas aqui identificadas são reconstruídas com apoio na sabedoria popular, porém o saber ou sabedoria é uma síntese da cognição, da ética, da estética, da técnica e da política. O saber é uma formulação que implica todas essas dimensões. O conhecimento (cognição) é uma dimensão da sabedoria que segue procedimentos específicos na sua produção (epistemologia). A ciência é apenas um tipo de conhecimento (GOHN, 2006). Um discurso que poderá vir a ser uma tecnologia. Neste caso a sistematização das disciplinas dos cursos aqui analisados transborda a atual classificação de áreas do conhecimento.

No processo de categorização das disciplinas utilizando à tabela das áreas de conhecimento da CAPES, percebeu-se a escassez de estudos que tenham sistematizado matrizes curriculares de cursos de Ciências Agrárias ou Agroecologia. Em outras áreas, identificaram-se estudos com metodologia similar à adotada nesta pesquisa que serviram como referencial para a sua elaboração, como conforme Souza (2004) que sistematizou as áreas de conhecimento de gestores em Ciência e Tecnologia. Fernandes et al., sistematizaram currículos de cursos em ‘Ciências Contábeis’ afim de verificar áreas de atuação comum, e por fim Erfurth e Domingues (2013) que em estudos bibliométricos de periódicos citados em bibliografias de Teses e Dissertações, verificaram quais áreas de conhecimento são correlatas a Área de Ciências da

Informação como forma de verificar a como afirmação da identidade quanto campo de científico de atuação profissional.

Cabe a ‘Ciências da Informação’ agregar enfoques históricos, culturais e sociais do conhecimento às questões tradicionais de investigação nessa área. Contribuições relevantes podem ser obtidas de Áreas afins como ‘Biblioteconomia’, ‘História’ e ‘Filosofia da Ciência’, ‘Epistemologia’, ‘Ciências Cognitivas’ e ‘Educação’ (SOUZA, 2004).

Esta pesquisa buscou contribuir para a legitimação dos campos de atuação de Agroecólogos e Educadores do Campo de acordo com o discurso dos PPPCs na orientação da prática social no serviço especializado a maiorias rurais brasileiras, maioria na sua representatividade no campo e entre a disputa entre o modelo de produção próprio da ‘agricultura familiar’ em detrimento ao ‘agronegócio’.

Os profissionais de ‘LICENA’ e de ‘Agroecologia’ precisam delimitar o seu campo de atuação, e o momento atual é fértil para ocupar os espaços mediante a participação efetiva nas políticas públicas citadas anteriormente, afirmando a identidade e as atribuições destes profissionais.

No momento atual, justifica-se registrar historicamente o surgimento desses cursos. Essas formações estão atreladas ao momento de constituição de políticas públicas voltadas para e no campo, as quais trazem subjacente a compreensão das mudanças e avanços científicos e tecnológicos. São essas mudanças e avanços decorrentes dos valores que conduzirão esta geração, e nos quais ela se reconhecerá que impulsionam tanto as instituições de ensino para cumprir a sua função social, quanto às entidades de classe que abrigam estes profissionais para regulamentar e orientar as diversas dimensões dessa profissão.

Torna-se necessário, também, garantir maior abertura para a Agroecologia e Educação do Campo em instituições de fomento como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento científico) e CAPES (Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) (BORSATTO e CARMO, 2013), garantida por meio de maior qualificação de todos os envolvidos com a construção da Agroecologia e da Educação do Campo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cursos de ‘BSc e Tecg em Agroecologia’ e ‘LICENA e Pedagogia da Terra’ têm no seu processo histórico de criação e constituição de cursos a participação da sociedade civil organizada, o que denota que estas formações possuem a diferença referente ao diálogo com a Sociedade Civil Organizada na formação de agentes aptos a atender as questões do campo. Ambos os cursos têm por base de atuação os espaços locais e regionais de acordo com a área de abrangência das IES.

Os objetivos gerais e específicos nos cursos analisados delimitam os espaços de atuação dos futuros profissionais para as escolas do campo (Educadores do Campo) e na extensão rural (Agroecólogos).

Com base na carga-horária, são oito das nove Grandes Áreas de conhecimento da CAPES que formam os cursos superiores em ‘Agroecologia’, com exceção de ‘Ciências da Saúde’. Em ‘Agroecologia’ as duas Áreas de Conhecimento são ‘Ciências Agrárias’ e ‘Multidisciplinar’. Em ‘Educação do Campo’, há sete Áreas de conhecimento, a exceção de ‘Ciências da Saúde’ e de ‘Engenharias’. Em ambos os cursos predominam as Grandes Áreas ‘Ciências Humanas’ e ‘Multidisciplinar’.

Pode-se afirmar que os cursos que possuem a Agroecologia como uma de suas vertentes de formação predominam na sua constituição as Grandes Áreas do conhecimento ‘Ciências Agrárias’, ‘Ciências Humanas’ e ‘Multidisciplinar’. A matriz curricular dos cursos permitiu traçar o perfil de suas origens, com base na epistemologia, que aponta para o surgimento destas. Tecg e BSc em Agroecologia nas Ciências Agrárias e LICENA e Pedagogia da Terra nas Ciências Humanas.

A sistematização das áreas de conhecimento dos cursos analisados transborda a classificação atual das áreas de conhecimento da CAPES o que denota a necessidade de revisão desta, de forma a melhor atender os cursos aqui analisados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ciência da informação**. Brasília: v.33, n.3, p.9-16, 2004.

ALMEIDA, A. W. B. de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” como fator essencial de transição econômica – ponto resumido para uma discussão. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**. Manaus: v.4, n.1, p.9-28, 2012.

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P.R. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. In: V Simpósio Latino-americano sobre Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários-IESA, e Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção-SBSP, 5. Florianópolis, 2002. Artigo completo em **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2002. 20p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.

BRASIL. Lei nº 11.346 de 16 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, 18 de setembro de 2006, Seção1, p.1.

BRASIL. Decreto nº 7.775 de 04 de Julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, 04 de Julho de 2006. Seção1, p.3.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de Julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília: 16 de Julho de 2009, Seção1, p.2.

BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, 30 de agosto de 2012, Seção1, p.1.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de Agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, 20 de agosto de 2012, Seção1, p.1.

BRASIL. Lei nº 12.188 de 11 de Janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21

de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União – DOU**. Brasília, 11 de janeiro de 2010, Seção1, p.1.

BYÉ, P.; SCHMIDT, VANICE D. B.; SCHMIDT, W. Transferência de dispositivos de reconhecimento da agricultura orgânica e apropriação local: uma análise sobre a Rede Ecovida. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: v. 6, n.2, p. 81-93, 2002.

BORGES, J. L.. **A transição do MST para a agroecologia**. 2007. 183 f. Tese de Doutorado. Dissertação (Ciências Sociais) Universidade Estadual de Londrina: Londrina. 2007.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. do. A Agroecologia como um campo científico. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Cruz Alta: v. 8, n 23, p. 4-13, 2013.

CARNEIRO, F. F.; RIGOTTO, R. M.; PIGNATI, A. W. . Frutas, cereais e carne do Sul: agrotóxicos e conflitos ambientais no agronegócio no Brasil. **E-cadernos CES** (Online). Coimbra, Portugal: v. 17, n.1, p. 10-30, 2013.

COELHO, F. M. G.. **A construção das profissões agrárias**. 1999. 329f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

CORDEIRO, M. J. de J. A. Ações afirmativas: políticas de acesso e permanência nas instituições de ensino superior. **REVISTA POLÍTICA & TRABALHO**. João Pessoa: ed.33, v.20, n.2, p.133-154, 2010.

ERFURTH, A. E.; DOMINGUES, M. J. C. de S.. Currículo Mundial e o Ensino de Contabilidade: Estudo dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis em Instituições de Ensino Superior Brasileiras e Argentinas. **ConTexto**. Porto Alegre: v.13, n.23, p.47-60, 2013.

FARIA, N. M. X.; FACCHINI, L.A.; FASSA, A.G.; TOMASI, E. Trabalho rural e intoxicações por agrotóxicos. **Caderno de Saúde Pública**, João Pessoa: v.20, n.5, p.298-308, 2004.

FERNANDES, W. R.; CENDÓN, B. V.; ARAÚJO, C. A. A. Ciência da informação e áreas correlatas: um estudo de caso na Universidade Federal de Minas Gerais. **Brazilian Journal of Information Science**. Marília: v.5, n.1, p.3-36, 2011.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. 93p.

Fundação Universidade Federal do Rio Grande. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Agroecologia – Campus São Lourenço do Sul**. Pró-Reitoria de Graduação. São Lourenço do Sul, 2013. 59p.

GADOTTI, M. Pedagogia da terra e cultura de sustentabilidade. **Revista Lusófona de Educação**. Lisboa, Portugal: n.6, p.15-29, 2005.

GEHLEN, I.; RIELLA, A. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. **Sociologias**. Porto Alegre: n.11, p.20-26, 2004.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Universidade, 2000. 653p.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação do Campo**. Documento da Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Belém, 2009. 166p.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Farroupilha. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação no Campo**. Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Jaguarí, 2012. 243p.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas. **Plano Pedagógico do Curso: Bacharelado em Agroecologia**. Coordenação do Curso de Bacharelado em Agroecologia. Rio Pomba, 2013. 29p.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Secretaria de Ensino e Graduação. Cruzeiro do Sul, 2013. 58p.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Coordenação do Curso de Tecnologia em Agroecologia. São Cristóvão, 2012. 75p.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Coordenação do Curso de Tecnologia em Agroecologia. Natal, 2012. 118p.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Coordenação do Curso de Tecnologia em Agroecologia. Barreiros, 2011. 94p.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2011. 133p.

GOHN, M. da G.. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Revista Ensaio-Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro: v.14, n.50, p.11-25, 2006.

GOMES, J. C. C.; MEDEIROS, C. A. B. Bases epistemológicas para a ação e pesquisa em agroecologia: da ciência eficiente à ciência relevante. In: SOUSA, I. S. F. de.; CABRAL, J. R. F. (Ed.). **Ciência como instrumento de inclusão social**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, p.249-275, 2009. 386p.

GUZMÁN, E. S. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre: v.3, n.1, p.18-28, 2002.

LACEY, H. Existe uma distinção relevante entre valores cognitivos e sociais? **Scientiae Studia**. São Paulo: vol.1, n.2 , p.121-149, 2003.

LACEY, H. O princípio da precaução e a autonomia da ciência. **Scientiae Studia**. São Paulo: v.4, n.3, p.376-392, 2006.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. O sujeito coletivo: O sujeito coletivo que fala o que fala. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu: v.10, n.20, p.517-24, 2006.

MOYA, T. S.; SILVÉRIO, V. R.; Ação afirmativa e raça no Brasil contemporâneo: um debate sobre a redefinição simbólica da nação. **Revista Sociedade e Cultura**. Goiânia: v.12, n.2, p.235-250, 2009.

NORDER, L. A. C..A Agroecologia e a diversidade na educação. **Agriculturas**. Ed. AS-PTA. Rio de Janeiro: v.7, n.4, p.29-33, 36p. 2010

OVIGLI, D.F.B.; BERTUCCI, M.C.S. O ensino de ciências nas séries iniciais e a formação do professor nas instituições públicas paulistas. **Revista Brasileira de Ensino em Ciências e Tecnologia**, Ponta Grossa: v.2, n.2, p.88-104, 2009.

PETERSEN, P.; KESSLER, F.; CAPORAL, F. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. **Agriculturas**. AS-PTA. Rio de Janeiro: ed. especial, n.2 p.85 -105. 2009.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – PRONACAMPO / Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI**, Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais/DPECIRER, Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo/CGPEC. Ministério da Educação, Brasília: 1ed. 17p. 2013.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PRONEA / Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. **Coordenação Geral de Educação Ambiental**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília: 3ed. 102p. 2005.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – PRONACAMPO / Ministério da Educação, **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI**, Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico Raciais/DPECIRER, Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo/CGPEC. Ministério da Educação, Brasília: 1ed. 17p. 2013.

ROVER, O. J.. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo: v.47, n.1, p.56-63. 2011.

SAYAGO, D. Os Conselhos de Desenvolvimento Territorial: entre a participação e a representação. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté: v.3, n.4, p.09-21, 2008.

SARANDÓN, S. J. Incorporando el enfoque agroecológico en las Instituciones de Educación Agrícola Superior: la formación de profesionales para una agricultura sustentable. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Pombal: v.3, n.2, p.40-48, 2002.

SARANDÓN, S. J.; FLORES, C. C.. Introduzindo a Agroecologia nas escolas agropecuárias de ensino médio de Buenos Aires, Argentina. **Agriculturas**. Rio de Janeiro: ed. AS-PTA, v.7, n.4, p.21-26, 2010.

SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (Ed.). El campo y la ciudad. Madrid, Espanha: MAPA, v.4, n.1, p.153-197, 1996.

SILVEIRA FILHO, J., HAGUETE, A., SALES, F. J. M. de,. A sustentabilidade da agricultura e o projeto formativo no curso de Agronomia da Universidade Federal do Ceará. **Cadernos de Agroecologia**. Cruz Alta: v.6, n.2, 5p. 2011.

SOUZA, R. F. de. Áreas do Conhecimento. **DataGramaZero, - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro: v.5, n.2, 30p. 2004.

TRAJBER, R.; SATO, M.. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental**. Rio Grande: v. especial, n.1, p.70-78. 2013.

Universidade Federal do Pará. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo**. Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Abaetetuba, 2009. 139p.

Universidade Federal de Roraima. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Boa Vista, 2011. 109p.

Universidade Federal de Campina Grande. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Sumé, 2012. 207p.

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Glória dos Dourados, 2009. 65p.

Universidade Federal do Recôncavo Baiano. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Secretaria de Ensino e Graduação. Cruz das Almas, 2013. 68p.

Universidade Federal de Roraima. **Projeto do Curso de Tecnologia em Agroecologia**. Coordenação do Curso de Agroecologia. Boa Vista, 2012. 70p.

Universidade do Estado do Amazonas. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Pró-Reitoria de Graduação. Manaus, 2010. 22p.

Universidade Federal de São Carlos. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Agroecologia**. Coordenação do Curso de Agroecologia. São Carlos, 2009. 39p.

Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Projeto de Abertura do Curso de Licenciatura em Educação no Campo**. Diretoria de Graduação e Educação Profissional. Dois Vizinhos, 2010. 92p.

Universidade Regional do Cariri. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação no Campo – Multidisciplinar**. Pró-Reitoria de Graduação. Crato, 2008. 123p.

Universidade Estadual de Alagoas. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação no Campo**. Pró-Reitoria de Graduação. Arapiraca, 2009. 129p.

Universidade Federal Rural do Semiárido. Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação Plena em Educação no Campo, Licenciatura. **Pró-Reitoria de Ensino de Graduação**. Mossoró, 2008. 46p.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitações em Ciências da Natureza e Matemática**. Pró-Reitoria de Graduação. Feira de Santana, 2013. 142p.

Universidade Federal da Paraíba. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia, Licenciatura em Educação no Campo**. Pró-Reitoria de Graduação. João Pessoa, 2009. 12p.

Universidade Federal da Grande Dourados. **Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo Habilitação em Ciências da Natureza**. Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Dourados, 2013. 86p.

Universidade Federal do Paraná. **Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**. Câmara do curso de Agroecologia. Matinhos, 2009. 143p.

Universidade Federal do Amapá. **Projeto Pedagógico do Curso e Licenciatura em Educação no Campo Física e Biologia**. Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Macapá, 2009. 56p.

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. **Projeto Político Pedagógico de Licenciatura em Educação no Campo**. Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Diamantina, 2010. 132p.

Universidade Federal de Viçosa. Projeto Político Pedagógico de Licenciatura em Educação no Campo. **Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Viçosa, 2013. 52p.

Universidade Federal de São Carlos. Projeto Político Pedagógico de Licenciatura Plena em Pedagogia 'Pedagogia da Terra'. **Pró-Reitoria de Ensino e Graduação**. São Carlos, 2007. 44p.

Universidade Federal do Pampa. **Projeto Político Pedagógico de Licenciatura em Educação no Campo**. Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Dom Pedrito, 2013. 101p.

Universidade Estadual do Centro – Oeste. **Projeto Político Pedagógico de Licenciatura em Educação no Campo**. Documento da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação. Guarapuava, 2009. 39p.

Universidade Federal da Fronteira do Sul. **Projeto Político Pedagógico do Curso em Interdisciplinar em Educação no Campo – Licenciatura**. Pró-Reitoria de Ensino e Graduação. UFFS. Chapecó, 2010. 316p.

Universidade Federal de Santa Catarina. **Projeto Político Pedagógico do Curso em Interdisciplinar em Educação no Campo – Licenciatura**. Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Florianópolis, 2009. 97p.

World Conservation Strategy. World Conservation Union, United Nations Environment Programme, World Wide Fund for Nature, Gland. **Environmental Conservation**, v.7, n.4, p.259 – 268. 1980

CAPÍTULO 3 - Estudo de caso do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

A primeira turma em Licenciatura em Educação do Campo, na Universidade Federal de Viçosa – LICENA/UFV teve sua matrícula no primeiro semestre de 2014. Neste estudo de caso, o acesso a documentos oficiais de criação e constituição do curso se deu por autorização concedida pelo Departamento de Educação da UFV. O corpo docente da LICENA/UFV (n=13) é constituído por profissionais com pós-graduação na Grande Área de Ciências Agrárias (n= 7) e nas Grandes Áreas de Ciências Humanas (n=4) e de Ciências Sociais Aplicadas (n=1) e Multidisciplinar (n=1). Foram oferecidas 120 vagas, destas, 106 (88,35) foram preenchidas por aprovados no vestibular especial e 14 (11,7%) preenchidas por ‘demanda social’ de candidatos com ensino médio completo. A aprovação dos candidatos do gênero feminino (61,3%) foi maior que masculino (38,7%). O número de matriculados nas categorias ‘sujeitos ligados a movimentos sociais do campo (militantes)’ (24,5%), ‘trabalhadores rurais’ (22,6%) e ‘egressos de escolas do campo’ (20,8) foi maior que nas categorias; ‘docentes de escolas do campo’ (12,3%), ‘educadores populares ou monitores de escolas família agrícolas’ (12,3%) e ‘índios e quilombolas’ (7,5%). As aulas referentes ao ‘segundo tempo-universidade’ tiveram o dados das ‘avaliações anônimas’ tabuladas, conforme previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em 40 destas avaliações foram explicitadas as intenções de habilitação em ‘Agricultura e Meio Ambiente’ (n=25) ou ‘Educação e Sociedade’ (n=16). Quando analisadas as ‘situações problemas’ (n=91) trazidas pelos discentes no tempo-universidade, elas foram 65,9% das vezes relacionadas a ‘Agricultura e Meio-Ambiente’ e 34,1% relacionadas a ‘Educação e Sociedade’. Com o consentimento dos docentes responsáveis, houve coleta de dados pelo método ‘observação não - participante’, registrados em caderno de campo. Quando estes dados são confrontados às áreas de habilitação do Curso, conclui-se que as ‘situações-problema’ não se concentrarem em ‘Ciências da Natureza’ nem em ‘Agroecologia’, mas em diversas áreas do conhecimento. A ‘Agroecologia’ é adotada na formação em ‘Ciências da Natureza’, com vistas à atuação dos futuros egressos em suas comunidades; enquanto que ‘Multidisciplinar’ pode ser preconizada como instrumento pedagógico de trabalho dos futuros egressos e suas relações com as disciplinas ‘Física’, ‘Matemática’, ‘Química’ e ‘Biologia’.

Palavras-chave: Áreas de conhecimento, estudo de gênero, situações-problema, tempo-comunidade, tempo-universidade.

1. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Viçosa – UFV reconhecida pela a excelência em pesquisas e tecnologias orientadas para o desenvolvimento do agronegócio tem consolidado em seu interior, um conjunto de ações educacionais, de pesquisa e extensão, propostas para uma agricultura de base agroecológica no fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia.

A construção da Agroecologia na UFV remonta a década de 1980 com a cooperação de professores e estudantes com agricultores familiares na Zona da Mata Mineira em parceria com Organizações sociais, como o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA – ZM), representações políticas dos agricultores, movimentos sociais do campo e Escolas Famílias Agrícolas.

Os trabalhos em Educação do Campo datam o final da década de 1990, com a participação institucional da UFV nos conselhos estadual e nacional do PRONERA, no Programa de Residência Agrária e na parceria com a Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – AMEFA, na formação de monitores de Escolas Famílias Agrícola em Minas Gerais. A partir de 2010, teve início o Programa Observatório da Educação do Campo – OBEDUC, com o projeto “Educação do campo, Práticas de Educação de Jovens e Adultos, Letramento e Alternâncias educativas” o qual integra estudantes de pós-graduação e professores de escolas do campo para o trabalho pedagógico.

A integração entre a Educação do Campo e a Agroecologia teve início na UFV em 2005, com o programa de extensão universitária TEIA, que tem como objetivo a ampliação do diálogo entre o ensino, a extensão e a pesquisa numa dinâmica orientada para a construção de uma ecologia de saberes, constituindo um espaço de diálogo entre Universidade e Sociedade, com impactos diretos na política de extensão da UFV. Diante deste contexto histórico que emergiu a proposta de criação da LICENA – UFV.

Conforme consta no registro do Portal Oficial do Ministério da Educação (MEC) e do Edital 2014.01 o Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Viçosa – LICENA/UFV, com matrícula inicial no primeiro período letivo de 2014, foi autorizado pelo CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFV, em 08 de outubro de 2013, conforme Ata nº 498.

Foram oferecidas 120 vagas para o curso de Licenciatura em Educação do Campo, preenchidas de acordo com as seguintes categorias de ordem prioritária: Docentes que atuam ou já atuaram em escolas do campo; educadores populares ou monitores

vinculados à educação do campo; sujeitos com vínculos aos movimentos sociais do campo; egressos de escolas do campo; trabalhadores do campo; índios e quilombolas; e demanda social. Foi prevista a apresentação de documentação comprobatória do candidato admitido de acordo com a categoria no ato da matrícula.

A LICENA/UFV foi concebida no modelo de pedagogia da alternância (entre tempo-universidade e tempo-comunidade), originalmente adotada nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAS). Trata-se, de um instrumento pedagógico que intercala um período de convivência na sala de aula com outro no campo, com a finalidade de diminuir a evasão escolar em áreas rurais e de desenvolver as atividades apreendidas em sala de aula no contexto em que os educandos estão inseridos (ARROYO e FERNANDEZ, 2006).

Para que os alunos possam refletir e aprender de acordo com as situações-problemas apresentadas e discutidas coletivamente durante o tempo-universidade, o curso de LICENA/UFV propôs desenvolver, como instrumento de ensino aprendizagem, a pedagogia da alternância, no qual o educando desenvolve ação para e na sua comunidade. Com o período de alternância, objetiva-se sistematizar os planos de estudos do tempo comunidade e organizar as abordagens do período presencial seguinte, com base nas ‘avalições anônimas’ produzidas pelos estudantes que se prestarão à reelaboração dos conteúdos de sala de aula ou do ‘tempo universidade’.

A LICENA/UFV é oferecida atualmente no Campus de Viçosa, seu Calendário Escolar é definido e aprovado pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Ela tem como proposta conferir aos futuros egressos o título de Licenciados em ‘Educação no Campo’ com habilitação em ‘Ciências da Natureza’ e/ou ‘Agroecologia’.

Os capítulos anteriores desta dissertação correspondem ao tecido de fundo, donde se projeta o estudo de caso, conciliação entre a pesquisa documental exploratória e o fenômeno social ocorrido durante as aulas acompanhadas (GUARNICA, 1997). Neste caso torna-se fundamental verificar a integração entre Agroecologia e Educação do Campo quanto à prática de ensino aprendizagem dos discentes do curso.

O caso analisado relaciona-se com a prática da pedagogia da alternância que tem como base a construção coletiva do conhecimento, por meio do levantamento de ‘situações problemas’ apontadas pelos alunos da LICENA resultante em palavras chave ou temas geradores (FREIRE, 1983), e que foram sistematizadas pelo corpo docente multidisciplinar do curso.

O objetivo deste capítulo foi comparar as Subáreas, Áreas e Grandes Áreas na tabela de conhecimento da CAPES entre as habilitações em ‘Agroecologia’ e ‘Ciências da Natureza’.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto desta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Viçosa – UFV com o processo de número 32681214.0.0000.5153, referente ao Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE.

A identificação dos aprovados no vestibular especial LICENA 2014-1 foi fornecida pela Diretoria de Exames e Vestibulares da Universidade Federal de Viçosa – UFV. O acesso aos documentos oficiais de criação e constituição do curso foi autorizado pelo Departamento de Educação – DPE (Anexo). Os documentos liberados como objeto de análise foram: Lista dos aprovados no processo seletivo 2014, Projeto Político Pedagógico de Curso, avaliações produzidas no tempo-escola, e a lista dos docentes.

O perfil do corpo discente foi verificado de acordo com o gênero e categorias de ingresso no mencionado processo seletivo. O perfil do corpo docente de curso foi verificado a partir de informações disponíveis na Plataforma de Curriculum Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A partir daí houve registro de gênero, grau de titulação máxima (graduação, mestrado e doutorado) e as áreas de atuação profissional.

Durante o primeiro semestre as aulas referente ao tempo universidade foram acompanhadas através do método de observação não-participante (GODOY, 1995; MEIRINHOS e OSÓRIO, 2011) e por etnografia (GODOY, 1995) utilizando o diário de campo como instrumento para os registros.

O primeiro período letivo foi articulado em torno do Produto Pedagógico Social, e contou com as seguintes disciplinas: Mundos do Trabalho e o Campo, História e Memória da Linguagem, Sociologia e Educação do Campo, Práticas Educativas I: Pedagogia do Trabalho, Educação do Campo, Agrobiodiversidade e Recursos Genéticos, Ensino de Ciências; a Biologia e suas tecnologias para a Educação do Campo I.

Foram solicitadas mediante pedido por Termo de Consentimento Livre e Esclarecidas (anexo) as avaliações anônimas dos discentes contendo as Situações Problemas.

As situações-problemas apresentadas pelo grupo de estudantes na disciplina ‘Ensino de Ciências; a Biologia e suas tecnologias para a Educação do Campo I’, durante o segundo tempo-universidade, no período de 11 a 18 de maio de 2014, foram tabuladas para relacioná-las com a tabela das Grandes Áreas de Conhecimento da CAPES (2012). As categorias para sistematização das situações-problemas foram; ‘Agricultura’, ‘Meio Ambiente’ e ‘Educação e sociedade’. A análise dos dados foi feita por meio de estatística descritiva

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas 120 vagas oferecidas pelo LICENA/UFV em 2014-I, foram matriculados 106 (83,3%) aprovados por vestibular especial, de acordo com as categorias prioritárias; as 14 vagas restantes (11,7%) foram preenchidas pelos classificáveis que tinham o ensino médio completo, oriundos do meio urbano ou não. A relação de gênero Feminino:Masculino variou de 0,1 entre os entre aprovados pelo vestibular especial (1,6:1,0) e para o último grupos matriculado (1,5:1,0). A distribuição percentual para o conjunto dos ingressos (n=120) foi de 61,3% para o gênero feminino e 38,7% para o masculino.

Os aprovados no vestibular especial foram representados por ‘sujeitos ligados a movimentos sociais do campo (militantes)’ (24,5%), ‘trabalhadores rurais’ (22,6%) e ‘egressos de escolas do campo’ (20,8) foi maior que nas categorias; ‘docentes de escolas do campo’ (12,3%), ‘educadores populares ou monitores de escolas família agrícolas’ (12,3%) e ‘índios e quilombolas’ (7,5%) (Figura 1).

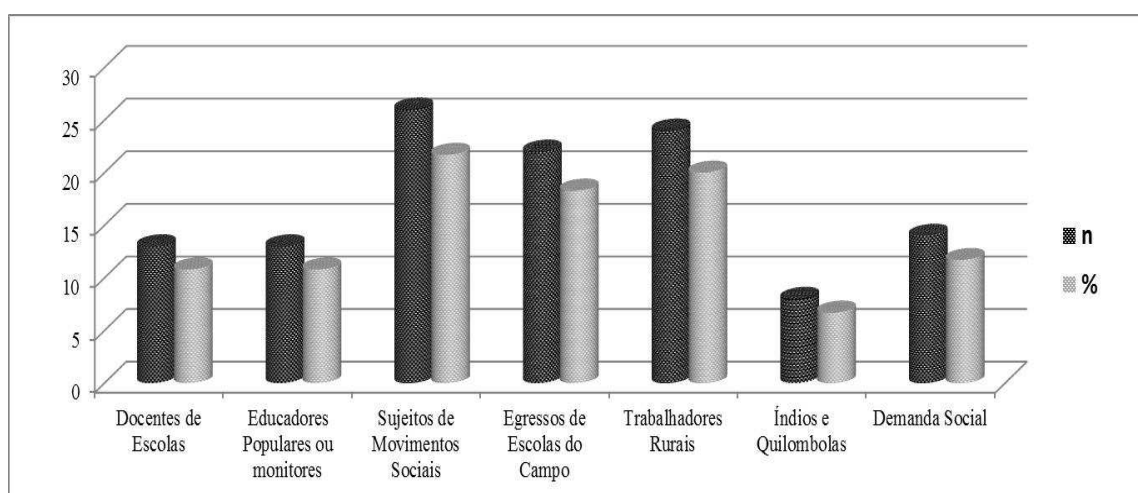


Figura 1. Distribuição dos aprovados no vestibular especial LICENA 2014-1 segundo sua categoria

Construído a partir da lista da Diretoria de Exames e Vestibulares da Universidade Federal de Viçosa - UFV

No processo seletivo da LICENA 2014-1 foi destacável a aprovação de candidatos do gênero feminino. De acordo com Lengert (2011), o número de mulheres no magistério em 2009 era de 77% no Brasil, o que representava 15,9 % de todos os empregos femininos. A escolha do gênero feminino pela profissão se dá pelo sentimento de vocação em até 91% dos casos (LENGERT, 2011). Silva e Barletto (2012), em estudo sobre a escolha de curso de pedagogia por estudantes da UFV, verificaram que 45% das escolhas remetem a vocação em justificativas tais como ter “jeito com criança”, o “gostar da profissão de ensinar” e a “satisfação do ensinar”.

A ocupação da mão-de-obra feminina possui peculiaridades e concentra-se geralmente em alguns setores específicos da economia como serviços pessoais, administração pública, serviços de saúde, no ensino em geral e em serviços comunitários (SILVA e BARLETTTO, 2007; LENGERT, 2011).

No âmbito da Agroecologia a participação de mulheres rurais, foi essencial na construção de associações de produtores; cooperativas e experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, da pesca e artesanais. Elas auxiliam na construção coletiva das redes de economia solidária e de produção agroecológica hoje existentes no país (FERREIRA, 2009).

Dentre os aprovados no processo seletivo LICENA/UFV predominaram os ‘sujeitos ligados a movimentos sociais do campo (militantes)’, ‘trabalhadores rurais’ e ‘egressos de escolas do campo’ (Figura 1). De acordo com o Plano Político Pedagógico (PPP) da LICENA – UFV (2013) têm por objetivo: “Formar e habilitar professores a partir de

uma concepção agroecológica, ou seja, orientada por uma visão transdisciplinar e *integradora de experiências populares e dos conhecimentos acadêmicos*". A adoção de cotas sociais no ingresso ao ensino superior tem sido empregada como sinônimo de ação afirmativa no Brasil. Segundo Tessler (2006), as cotas não devem, contudo, ser entendidas como a ação afirmativa, mas como uma das diversas e plurais formas de ações afirmativas.

A maior frequência de 'sujeitos ligados aos movimentos sociais do campo' aprovados na LICENA/UFV (Figura 1) poderia estar relacionada a um maior grau de entendimento e familiaridade com o PRONERA bem como outras políticas públicas que atendem as populações do campo, por estes que as demais categorias. Além disso, as atividades próprias das funções de liderança nos movimentos sociais deixam evidente a necessidade de uma formação sistemática e escolar para cumprir com maior êxito as funções que lhe são atribuídas nesta condição.

O acesso dos Trabalhadores Rurais ao ensino superior se deu a partir da criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA, 2011). De acordo com o seu manual, ele tem como objetivo geral fortalecer a educação nas áreas de reforma agrária, promovendo o acesso à educação formal dos trabalhadores rurais em todos os níveis.

Parte das atividades do tempo-comunidade no primeiro semestre (2014-1) foi realizada nos municípios de Acaiaca (microrregião de Ponte Nova), Araponga (microrregião de Viçosa) e Catas Altas da Noruega (Microrregião de Conselheiro Lafaiete). As Microrregiões de Ponte Nova e de Conselheiro Lafaiete são limítrofes com a Microrregião de Viçosa, em Minas Gerais.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPPC), foram previstas atividades para o primeiro período que consideram o caráter de inovação pedagógica da LICENA/UFV, como a realização de Seminário de Nivelamento na sessão tempo-universidade. Este propiciou a integração dos docentes e discentes entre si e destes para com as temáticas curriculares que foram abordadas.

Após a primeira sessão tempo-universidade houve retorno dos discentes à suas respectivas comunidades, prática esta sustentada no conceito de 'situação-problema' (KUBO e BETOMÉ, 2001), quando o professor-educador trabalha com projetos de aprendizagem que respeitam as diferenças estilos e ritmos de trabalho dos educandos; desde a etapa de planejamento, escolha do tema e respectiva problemática a ser investigada. Professores e alunos elaboraram o plano de ação para a resolução de

problemas, e ambos tornaram-se parceiros e sujeitos de aprendizagem, com atuação segundo o seu papel e seu grau de desenvolvimento (BERBEL, 1998; KUBO e BOTOMÉ, 2001).

As diversas ‘situações problemas’ (n=91) trazidas pelos discentes durante o tempo-universidade (Quadro 1) foram aqui classificadas em ‘Agricultura’ (27,5%), ‘Meio-Ambiente’ (n=38,4), ‘Educação e Sociedade’ (n=34,1).

Tabela 1. Situações-problemas e suas respectivas categorias descritas nas avaliações elaboradas por discentes da LICENA – UFV

Agricultura			Meio Ambiente			Educação e Sociedade		
Situações-problema	n	%	Situações-problema	n	%	Situações-problema	n	%
Agrotóxicos na agricultura	19	76	Falta de saneamento básico	16	45,8	Compreensão da Agroecologia	17	54,8
Superpastejo	4	16	Desperdício de água	13	37,1	Compreensão da Pedagogia da Alternância	3	9,7
Desenvolvimento da agricultura urbana	2	8	Preservação de nascentes	6	17,1	Dificuldade de reunir a comunidade	11	35,5
Total	25	100		35	100		31	100

De acordo com as demandas apontadas pelos discentes para o auxílio na resolução das situações-problemas, ou temas geradores de acordo com Freire (1979) foram desenvolvidas atividades de visitas de intercâmbio durante a segunda sessão do tempo-universidade, em vista a contemplar as categorias com as situações problemas (Tabela 1) e envolvendo três dos profissionais do corpo docente, de modo a caracterizar uma equipe multidisciplinar. O objetivo foi de apresentar aos discentes ‘tecnologias sociais’¹⁵ como instrumento pedagógico referente à disciplina de ‘Ensino de Ciências: a Biologia e suas tecnologias para a Educação do Campo I’.

Nas avaliações anônimas, os discentes enfatizaram itens que caracterizaram a habilitação em ‘Agricultura e Meio Ambiente’ com a Área Específica de ‘Meio Ambiente e Agrárias’ da tabela Capes e a habilitação em ‘Educação e Sociedade’, com a Área Específica de ‘Sociais e Humanidades’ da mesma tabela. Com base nas

¹⁵Tecnologia Social ou Tecnologia Alternativa constitui um conjunto de técnicas de produção que utiliza de maneira aprimorada os recursos disponíveis de determinada sociedade maximizando, assim, seu bem-estar. Possui características como: a participação comunitária no processo decisório de escolha tecnológica, o baixo custo dos produtos ou serviços finais e do investimento necessário para produção a pequena ou média escala, a simplicidade, os efeitos positivos que sua utilização traria para a geração de renda, saúde, emprego, produção de alimentos, nutrição, habitação, relações sociais e para o meio ambiente (DAGNINO et al., 2004).

situações-problema descritas pelos discentes, tais Áreas Específicas ficaram situadas na Área de ‘Interdisciplinar’ da Grande Área ‘Multidisciplinar’.

No caso das avaliações anônimas, considerando as opiniões manifestadas neste tempo universidade referentes ao primeiro semestre, depreende-se que a atuação dos futuros profissionais de LICENA/UFV corresponde à ação em agroecossistemas alimentares sustentáveis, tais como descrito por Gliessman (2000), e em espaços da educação formal e não formal, conforme coloca Gohn (2006).

Depreende-se do discurso nas avaliações anônimas analisadas que a ação para a situação-problema (Tabela 1) está vinculada a educação não formal, isto é, em espaços não convencionais de educação relacionadas às práticas agrícolas, ao meio ambiente e no entendimento dos próprios educandos sobre a agroecologia e a organização social comunitária.

Com vistas a dar significado ao apreendido em sala de aula de forma a conciliar teoria e prática foi realizada com a turma de discentes uma visita ao Instituto de Homeopatia na Agricultura e Ambiente (IHAMA) localizado no Distrito de Cachoeirinha do Município de Viçosa – MG. O IHAMA tem como objetivo desenvolver trabalhos nas áreas de Homeopatia, Agricultura Orgânica, Agroecologia, Agricultura Familiar, Manejo Regenerativo de Agroecossistemas e Ambientes, Tecnologias Sociais, com atuação no ensino, pesquisa e partilha de conhecimentos, com a integração de pessoas e instituições que busquem alternativas de manejo e convívio com o ambiente.

As Tecnologias Sociais abordadas na aula de campo com os discentes foi feita de forma expositiva e prática, donde o Sistema Agroflorestal de produção de alimentos fora utilizado como recurso pedagógico, como forma de contemplar a situação problema relacionado ao uso de agrotóxicos na agricultura e na preservação indireta das nascentes (cobertura vegetal e proteção do solo) e o Filtro Biológico fora abordado como tecnologia apropriada para o tratamento de águas cinza oriundas do uso doméstico, como alternativa de saneamento básico como exemplo passível de ser adotado pelos discentes em suas comunidades e residências.

A aula de campo da segunda sessão tempo-universidade abordou, a título de exemplo, os conhecimentos e as experiências de vida dos discentes, que integradas à proposta da equipe docente referente à disciplina de ‘Ensino de Ciências’, permitiu a construção coletiva de um conhecimento apropriado ao contexto e lógica social dos discentes. De acordo com Leão (1999), é vital que a Universidade reconheça que, na

construção do conhecimento acadêmico, as concepções dos discentes resultem da interação do campo científico com as informações provenientes do meio de onde advêm. Assim, o conhecimento não é interpretado apenas espontaneamente ou descoberto pelo discente, nem apenas mecanicamente transmitido pelo meio exterior ou pelo professor-educador, mas como resultado dessa interação na qual o indivíduo é sempre ativo.

A Ecopedagogia ou Pedagogia da Terra (GADOTTI, 2009), a Agroecologia, o Manejo de Solos e, a Homeopatia na Agricultura, de acordo com as áreas de atuação dos profissionais docentes do curso, recorre ao conceito de ‘alfabetização ecológica’, que tem como premissa a ‘aprendizagem no contexto’, onde a combinação de ciências naturais e artes possui sentido pedagógico. Ambas as disciplinas (Ciências Naturais e Artes) baseiam-se na observação, no reconhecimento de padrões, na solução de problemas, na experimentação e no modo de pensar por analogia (CAPRA et al., 2006).

O PPP da LICENA/UFV (2013) afirma que “a proposta de formação de docência em Ciências da Natureza fundamenta-se na concepção de campo como território de produção de vida, das relações entre o ser humano e natureza, rural e urbano. (...) a opção pela formação em Ciência da Natureza, entende que a Física, Química e Biologia e os conhecimentos sobre biodiversidade e agrobiodiversidade em inter-relação com as Ciências Humanas, irão propiciar os fundamentos necessários para o fortalecimento da educação do campo e da agroecologia como promotoras do desenvolvimento rural sustentável”. Deste modo, o curso tem como premissa a formação de seus educandos fundamentada nas Grandes Áreas de Multidisciplinar e Ciências Humanas de acordo com a sua matriz curricular (Anexo), com vista a atender os diferentes sujeitos do campo (discentes) e suas respectivas demandas.

A equipe de docentes do LICENA é formada por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, o que confere caráter de multidisciplinaridade ao curso e garante a abordagem de diferentes áreas de conhecimento. O curso possui profissionais graduados em Filosofia (n=2), Agronomia (n=4), Gestão de Cooperativas (n=2), e Psicologia, Pedagogia, História, Engenharia Ambiental e Comunicação Social (n=1, cada). Suas Grandes Áreas de Conhecimento correspondente a última titulação, estão distribuídas nas Ciências Agrárias (n=7), Ciências Humanas (n=4), Multidisciplinar e Ciências Sociais Aplicadas (n=1, cada) de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1. Formação profissional, gênero título profissional e áreas do conhecimento de acordo com a tabela das Áreas de Conhecimento da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Áreas de atuação segundo a Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do corpo docente da LICENA - UFV

TITULAÇÃO			GÊNERO		ÁREAS DE CONHECIMENTO			ÁREAS DE ATUAÇÃO
Graduação	Mestrado	Doutorado	M	F	Área Específica	Área	Grande Área	
Filosofia		Educação	01		Filosofia da Educação	Educação	Ciências Humanas	Ecopedagogia
Agronomia		Fitotecnia		01	Fitotecnia	Agronomia	Ciências Agrárias	Agroecologia
Filosofia		Filosofia da Educação	01		Filosofia da Educação	Educação	Ciências Humanas	Educação de Jovens e Adultos
Engenheiro Ambiental	Solos e Nutrição de Plantas		01		Ciência do Solo	Agronomia	Ciências Agrárias	Manejo de Solos
Gestão de Cooperativas	Extensão Rural		01		Extensão Rural	Agronomia	Ciências Agrárias	Agroecologia
Gestão de Cooperativas	Extensão Rural		01		Extensão Rural	Agronomia	Ciências Agrárias	Políticas Públicas e Agroecologia
Agronomia		Solos e Nutrição de Plantas	01		Ciência do Solo	Agronomia	Ciências Agrárias	Gênese, Morfologia e Classificação dos Solos
Pedagogia		Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade		01	Meio Ambiente e Agrárias	Interdisciplinar	Multidisciplinar	Educação Ambiental
Comunicação Social		Comunicação e Cultura		01	Comunicação, Educação e Sustentabilidade	Ciências da Informação	Ciências Sociais Aplicadas	Educomunicação Socioambiental
Psicologia		Psicologia Social	01		Psicologia Social	Psicologia	Ciências Humanas	Educação Popular
História		Educação	01			Educação	Ciências Humanas	Trabalho e Educação
Agronomia	Extensão Rural		01		Extensão Rural	Agronomia	Ciências Agrárias	Metodologias Participativas e Agroecologia
Agronomia		Fitotecnia		01	Ciência do Solo	Agronomia	Ciências Agrárias	Homeopatia na Agricultura
Total	04	09	09	04	-	-	-	-

Legenda: F (Feminino); M (Masculino).

A equipe de professores do curso constitui um corpo multidisciplinar com a formação em diferentes áreas do conhecimento com profissionais ligados as Grandes Áreas de Ciências Agrárias, Ciências Humanas, Multidisciplinar e Ciências Sociais Aplicadas. A busca textual destes profissionais na Plataforma Lattes do CNPq constitui uma importante base de dados por conter informações fundamentais que descrevem o perfil dos profissionais docentes do curso e suas respectivas áreas de atuação, como os projetos de extensão, linhas de pesquisa e áreas de conhecimento relacionado à produção científica e tecnológica.

A LICENA/UFV fundamenta, em seu PPPC, que a prática social na docência se dará em ‘Ciências da Natureza’ (uma de suas habilitações); Agroecologia e Educação do Campo. Todas estas grandes áreas de atuação compartilham de uma perspectiva interdisciplinar de promoção do diálogo entre diferentes perspectivas e bases de conhecimento, orientadas para a construção de outro paradigma de cientificidade, de educação, de agricultura, de desenvolvimento, de sociedade que, entre outros, tornem viável um futuro mais sustentável para a humanidade. Essa é a concepção político conceitual que orienta a proposição do presente Curso (Projeto Político Pedagógico de Curso – UFV, 2014).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso preconiza-se em utilizar a ‘Agroecologia’ como princípio formativo para a docência em ‘Ciências da Natureza’, com vistas na atuação dos futuros egressos em suas comunidades na agricultura, enquanto que ‘Multidisciplinar’ pode ser indicada como instrumento pedagógico de trabalho dos futuros egressos e a relação com as disciplinas de ‘Física’, ‘Matemática’, ‘Química’ e ‘Biologia’.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M.G., FERNANDES, B.M, Por uma educação básica do campo. In: **Educação do Campo, Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo**. Luziânia: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, p.29–35, 2006.

BARLETTO, M. Relações de educação e gênero na região agrícola — o rural e o urbano na formação para mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia: v.18, n.2, p.173-204. 2007.

BERBEL, N. A. N.. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas. **Interface Comunitária Saúde & Educação**, Botucatu: v.2, n.2, p.139-154, 1998.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, 4 de novembro de 2012.

CAPRA, F.. **Alfabetização Ecológica**. São Paulo: Cultrix. 2006. 312p.

DAGNINO, R.; BRANDAO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, p.15-64. 2004. 50p.

FERREIRA, A. P. L.. A Importância da Perspectiva Agroecológica no Empoderamento das Mulheres Camponesas: Processo Mulheres e Agroecologia como Estudo de Caso. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta: v.4, n.2, p.2114-2117. 2009

GADOTTI, M. Ecopedagogia, pedagogia da terra, pedagogia da sustentabilidade, Educação Ambiental para a cidadania Planetária. In: **Creative Commons by-nc-nd 2.5**. 2009. 09p. Disponível em: <<http://www.paulofreire.org/crpf/crpfAcervo000137>> Acesso em 09/04/2014.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2000. 653p.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**. São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, 1995.

GOHN, M. da G.. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Revista Ensaio-Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro: v.14, n.50, p.11-25, 2006.

LEÃO, D. M. M., Paradigmas contemporâneos de educação: escola tradicional e escola construtivista. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo: v.107, n.2, p.187-206, 1999.

LENGERT, R., Profissionalização docente: entre vocação e formação. **Educação, Ciência e Cultura**, Canoas: v.16, n.2, p.11-23. 2011.

MEIRINHOS, M.; OSÓRIO, A.. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. **EduSer: Revista de educação**. São Paulo: v.2, n.2, p.49-65. 2011

KUBO, O. M.; BOTOMÉ, S. P. Ensino-aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais. **Interação em Psicologia**. Curitiba: v.5, n.1, 19p. 2001.

Universidade Federal de Viçosa. **Projeto Político Pedagógico de Licenciatura em Educação no Campo**. Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Viçosa, 2013. 52p.

SILVA, L. H.; BARLETTTO, M. A escolha de curso de pedagogia: narrativas e representações sociais de estudantes da UFV. **Educação & Linguagem**. São Bernardo do Campo: v.15, n.25, p.104-118, 2012.

TESSLER, L. R. Ação afirmativa sem cotas: o programa de ação afirmativa e inclusão social da Unicamp. **In: SIMPÓSIO UNIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL: EXPERIÊNCIA E IMAGINAÇÃO**. 2006, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte. 23p. Texto apresentado... Disponível em:
<<http://www.comvest.unicamp.br/paais/artigo1.pdf>>. Acesso em: Nov. 2014

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1979. 112p.

CONCLUSÕES GERAIS

Ambas as modalidades dos Cursos consideradas neste estudo estão distribuídas principalmente nas regiões Norte e Nordeste. A alta concorrência pelos pleiteantes aos cursos na Região Centro-Oeste denota a necessidade de se implantarem mais cursos nesta região. O número de cursos oferecidos, e os investimentos nas regiões dos cursos são de suma importância para a formulação de políticas públicas.

Os objetivos gerais e específicos nos cursos analisados delimitam os espaços de atuação dos futuros profissionais para as escolas do campo (Educadores do Campo) e na extensão rural (Agroecólogos).

Pode-se afirmar que os cursos que possuem a agroecologia como uma de suas vertentes de formação, predominam na sua constituição as Grandes Áreas do conhecimento ‘Ciências Agrárias’, ‘Ciências Humanas’ e ‘Multidisciplinar’. O que define as atribuições e define as competências destes profissionais na sociedade.

A LICENA/UFV têm na ‘Agroecologia’ o princípio e base de formação em ‘Ciências da Natureza’, como forma de atribuir significado ao apreendido em sala de aula e vivido no tempo comunidade com vistas à atuação dos futuros egressos; enquanto que ‘Multidisciplinar’ pode ser preconizada como instrumento pedagógico de trabalho em suas relações com as disciplinas de ‘Física’, ‘Matemática’, ‘Química’ e ‘Biologia’ na Educação formal e não formal.

ANEXO

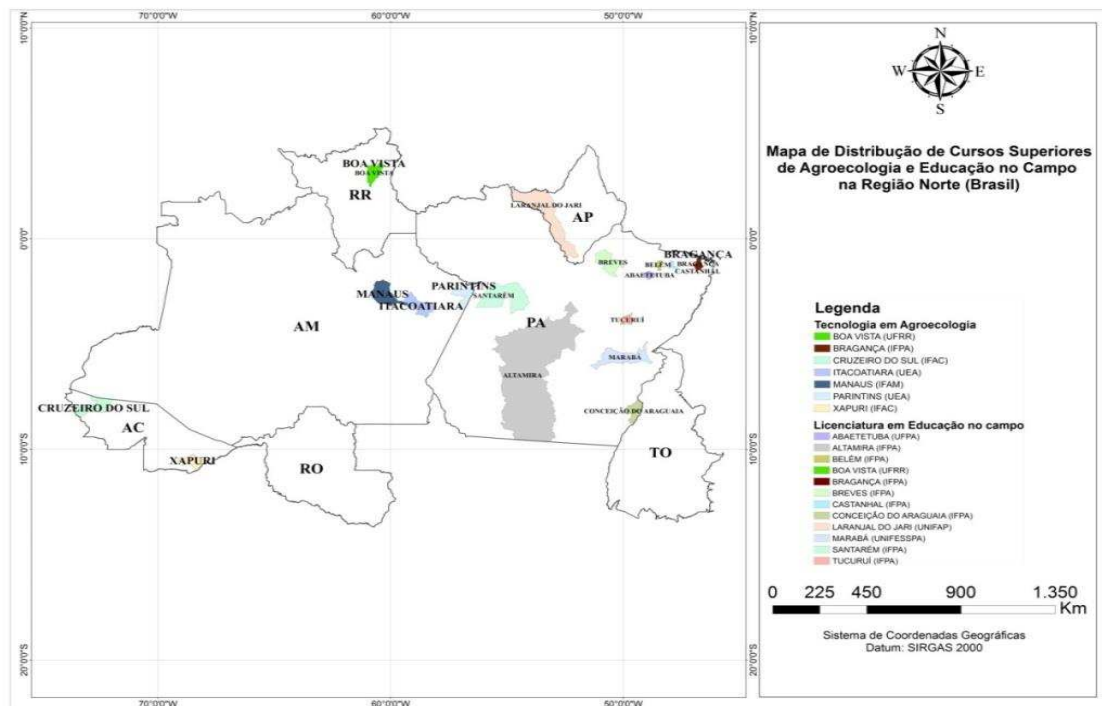


Figura 09. Mapa de Distribuição dos Cursos Superiores em Agroecologia e Educação no Campo na Região Norte

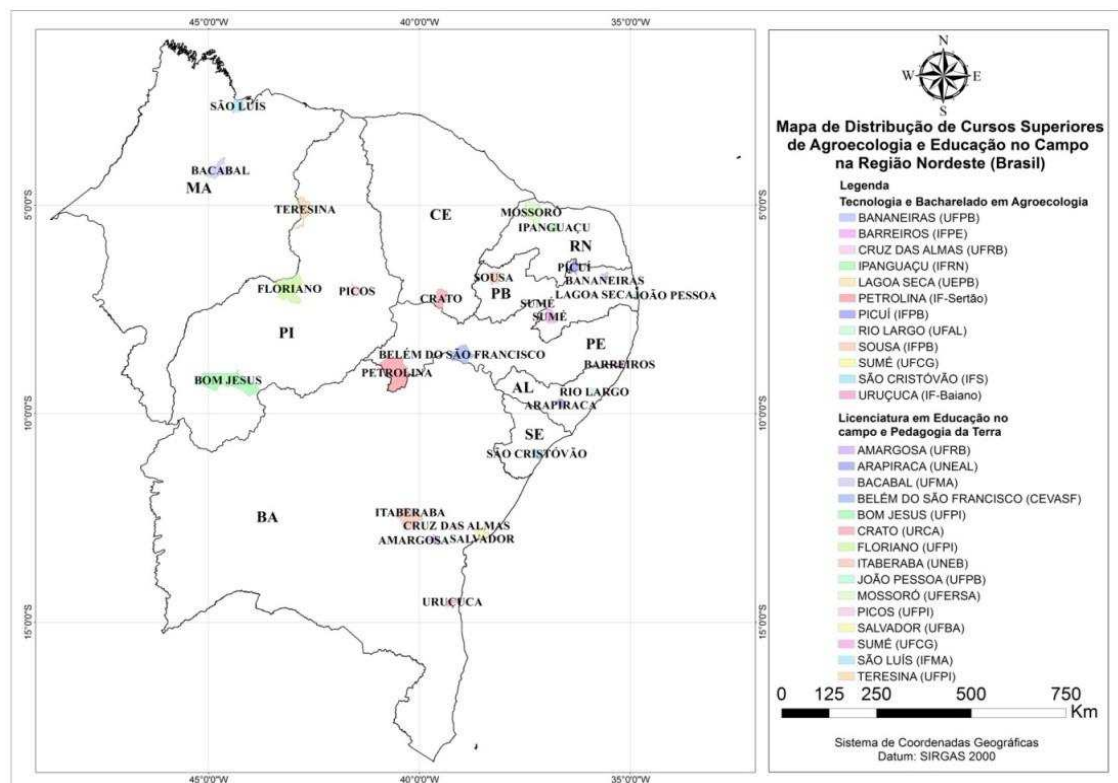
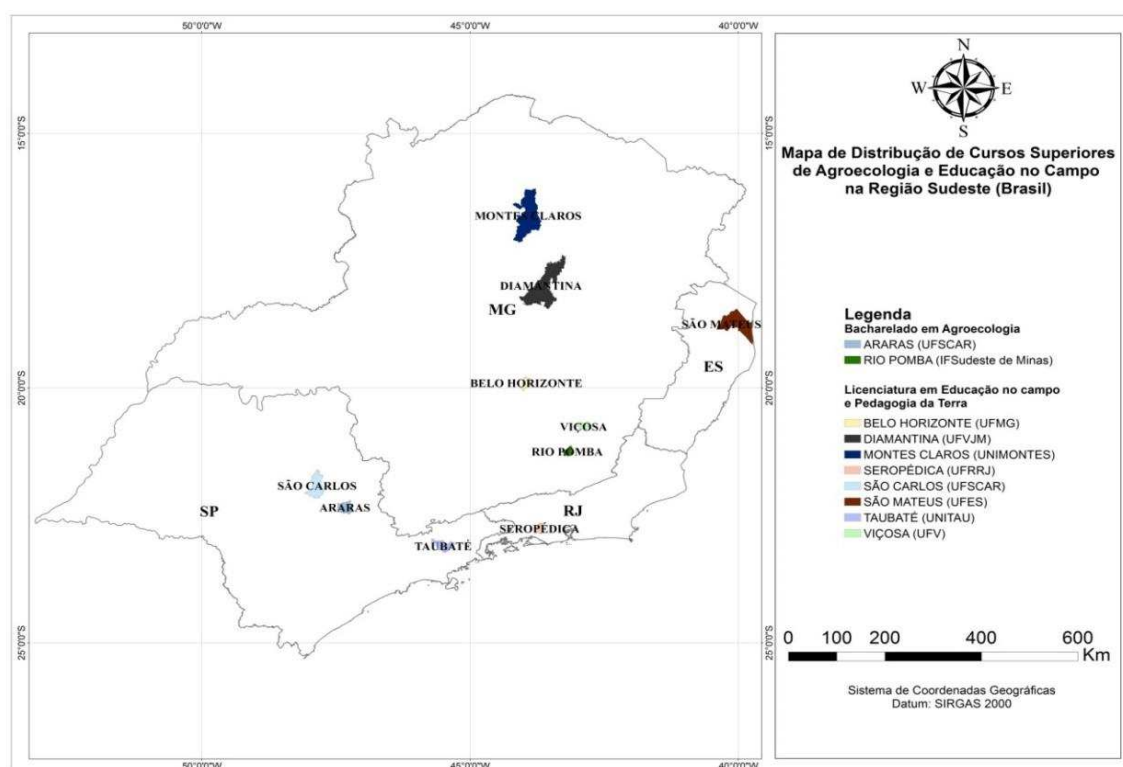


Figura 10. Mapa de Distribuição dos Cursos Superiores em Agroecologia e Educação no Campo na Região Sudeste



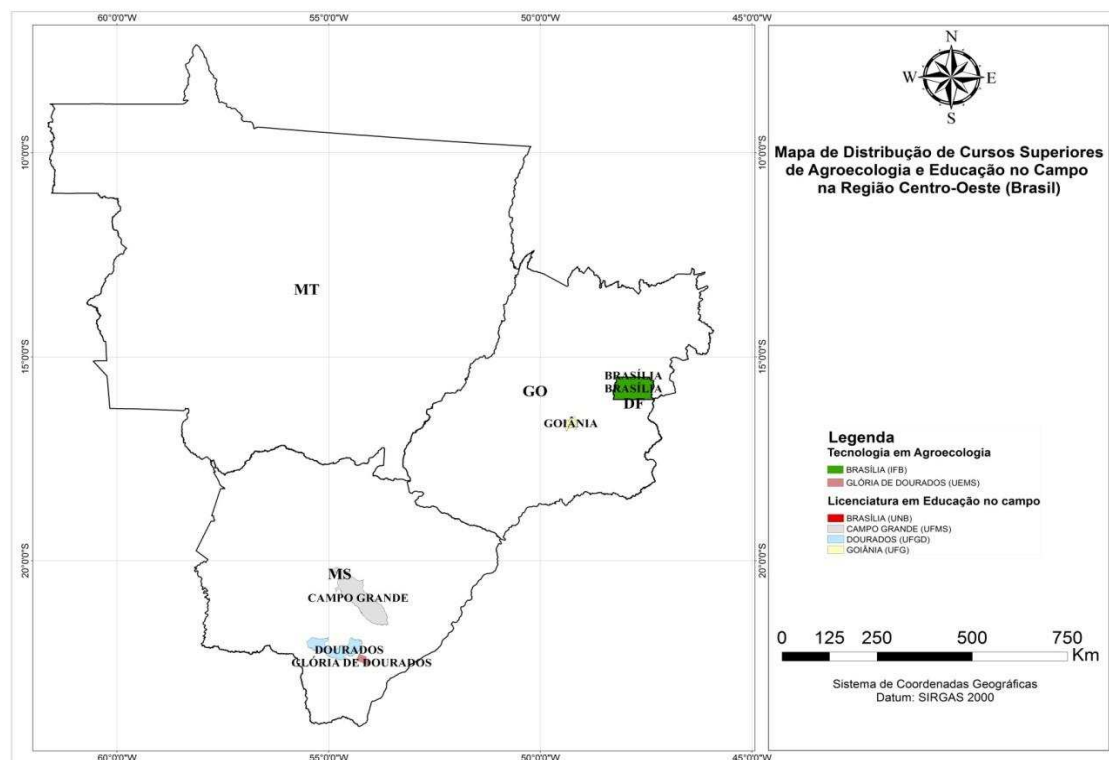


Figura 13. Mapa de distribuição dos cursos superiores em Agroecologia e Educação do Campo na região Centro – Oeste

Categorização da Matriz Curricular do Curso de LICENA – UFV de acordo com as áreas de conhecimento da CAPES

Disciplinas	C/h	COD A.E	Área Específica	Área de Avaliação	COD A.	Área	COD G.A	Grande Área
Ensino de Ciências; a Matemática e suas tecnologias para a Educação no Campo	60	90201000	Ensino de Ciências e Matemática	Ensino	90200000	Ensino	90000005	Multidisciplinar
Ensino de Ciências; a Física e suas tecnologias para a Educação no Campo I	60	90201000	Ensino de Ciências e Matemática	Ensino	90200000	Ensino	90000005	Multidisciplinar
Ensino de Ciências; a Física e suas tecnologias para a Educação do Campo II	60	90201000	Ensino de Ciências e Matemática	Ensino	90200000	Ensino	90000005	Multidisciplinar
Ensino de Ciências; a Física e suas tecnologias para a Educação do Campo III	60	90201000	Ensino de Ciências e Matemática	Ensino	90200000	Ensino	90000005	Multidisciplinar
Ensino de Ciências; a Química e suas tecnologias para a Educação do Campo I	60	90201000	Ensino de Ciências e Matemática	Ensino	90200000	Ensino	90000005	Multidisciplinar
Ensino de Ciências; a Química e suas tecnologias para a Educação do Campo II	60	90201000	Ensino de Ciências e Matemática	Ensino	90200000	Ensino	90000005	Multidisciplinar
Agrobiodiversidade e Recursos Genéticos	60	20503008	Meio Ambiente e Agrárias	Inderdisciplinar	90100000	Interdisciplinar	90000005	Multidisciplinar
Excursões Agroecológicas	90	90191000	Meio Ambiente e Agrárias	Inderdisciplinar	90100000	Interdisciplinar	90000005	Multidisciplinar
Práticas em Agroecologia	90	90191000	Meio Ambiente e Agrárias	Inderdisciplinar	90100000	Interdisciplinar	90000005	Multidisciplinar
Princípios em Agroecologia	90	90191000	Meio Ambiente e Agrárias	Inderdisciplinar	90100000	Interdisciplinar	90000005	Multidisciplinar
Ecologia dos Saberes e Epistemologia da Educação do Campo	45	70105006	Epistemologia	Filosofia/teologia	70100004	Filosofia	70000000	Ciências Humanas
Práticas Educativas I: Pedagogia do Trabalho	75	70807000	Tópicos específicos em Educação	Educação	70800006	Educação	70000000	Ciências Humanas
Práticas Educativas II: Alternância Educativas	75	70807000	Tópicos específicos em Educação	Educação	70800006	Educação	70000000	Ciências Humanas
Mundo do trabalho e o campo	45	70207003	Outras sociologias específicas	Sociologia	70200009	Sociologia	70000000	Ciências Humanas

História e memória da linguagem	60	80106005	Linguística aplicada	Letras/linguística	80100007	Linguística	80000002	Linguística, Letras e Artes
Sociologia e educação do campo	60	70801037	Sociologia da educação	Educação	70800006	Educação	70000000	Ciências Humanas
Ciências da natureza: A biologia e suas tecnologias para a educação do campo I	60	...	...	Ciências Biológicas I	20100000	Biologia Geral	20000006	Ciências Biológicas
Ciências da natureza: O solo e suas relações com o campo	60	50101005	Ciência do solo	Ciências Agrárias I	50100009	Agronomia	50000004	Ciências Agrárias
Ecologia política	45	...	...	Ciência Política e Relações Internacionais	70900000	Ciência Política	70000000	Ciências Humanas
Territórios e educação do campo	45	70807000	Tópicos específicos em Educação	Educação	70800006	Educação	70000000	Ciências Humanas
Comunicação rural e linguagem	45	60701021	Processos grupais e de comunicação	Psicologia	70700001	Psicologia	70000000	Ciências Humanas
Práticas Educativas II: Alternância Educativas	75	70807000	Tópicos específicos em Educação	Educação	70800006	Educação	70000000	Ciências Humanas
Ciências da natureza: A água e suas relações com o campo	60	30701007	Recursos hídricos	Engenharias I	30700000	Engenharia Sanitária	30000009	Engenharias
Ciências da natureza: A biologia e suas tecnologias para a educação do campo II	60	...	...	Ciências Biológicas I	20100000	Biologia Geral	20000006	Ciências Biológicas
Psicologia social e comunitária	60	70705003	Psicologia social	Psicologia	70700001	Psicologia	70000000	Ciências Humanas
Antropologia cultural	60	...	...	Antropologia/Arqueologia	70300003	Antropologia	70000000	Ciências Humanas
Práticas educativas III: Organização dos processos educativos	75	...	...	Educação	70800006	Educação	70000000	Ciências Humanas
Prática de ensino em ciências da natureza I	60	90201000	Ensino de Ciências e Matemática	Ensino	90200000	Ensino	90000005	Multidisciplinar
Realidade Brasileira, latino americana e internacional	60	...	...	História	70500002	História	70000000	Ciências Humanas
Filosofia, ciência e sociedade	60	90192000	Sociais e humanidades	Inderdisciplinar	90100000	Interdisciplinar	90000005	Multidisciplinar
Didática da educação do campo	60	70804028	Métodos e técnicas de ensino	Educação	70800006	Educação	70000000	Ciências Humanas

Práticas educativas IV: Ciências, tecnologias e sociedade	75	90201000	Ensino de Ciências e Matemática	Ensino	90200000	Ensino	90000005	Multidisciplinar
Prática de ensino em ciências da natureza II	60	90201000	Ensino de Ciências e Matemática	Ensino	90200000	Ensino	90000005	Multidisciplinar
Educação inclusiva e LIBRAS	60	80106005	Linguística aplicada	Letras/linguística	80100007	Linguística	80000002	Linguística, Letras e Artes
Orientação da pesquisa ação	45	70806012	Orientação educacional	Educação	70800006	Educação	70000000	Ciências Humanas
Metodologias de aprendizagens das ciências da natureza	45	90201000	Ensino de Ciências e Matemática	Ensino	90200000	Ensino	90000005	Multidisciplinar
Orientações teórico metodológica de projetos I	60	90192000	Sociais e humanidades	Inderdisciplinar	90100000	Interdisciplinar	90000005	Multidisciplinar
Práticas de ensino em Agroecologia	60	90201000	Ensino de Ciências e Matemática	Ensino	90200000	Ensino	90000005	Multidisciplinar
Políticas públicas para o meio rural	90	70904006	Políticas públicas	Ciência Política e Relações Internacionais	70900000	Ciência Política	70000000	Ciências Humanas
Ciências e Tecnologias Alternativas I	60	...	...	Ciências Ambientais	90500008	Ciências Ambientais	90000005	Multidisciplinar
Organização econômica e acesso a mercados	60	60201037	Mercadologia	Administração/Ciências Contábeis/Turismo	60200006	Administração	60000007	Ciências Sociais Aplicadas
Orientações teórico metodológica de projetos II	60	90192000	Sociais e humanidades	Inderdisciplinar	90100000	Interdisciplinar	90000005	Multidisciplinar
Seminário de Sistematização I	75	70807000	Tópicos específicos em Educação	Educação	70800006	Educação	70000000	Ciências Humanas
Ciências e Tecnologias Alternativas II	60	...	...	Ciências Ambientais	90500008	Ciências Ambientais	90000005	Multidisciplinar
Orientações de TCC	60	70806012	Orientação educacional	Educação	70800006	Educação	70000000	Ciências Humanas
Seminário de Sistematização II	60			Educação	70800006	Educação	70000000	Ciências Humanas

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DPE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO NO CAMPO – LICENA/UFV

AUTORIZAÇÃO

Eu, Prof. Cezar Luiz De Mari, abaixo assinado, fui informado pelo responsável do projeto de pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento. Autorizo a realização do estudo "Formação Superior em Educação no Campo e Agroecologia no Brasil: Caracterização de Cursos e Estudo de Caso" a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados:

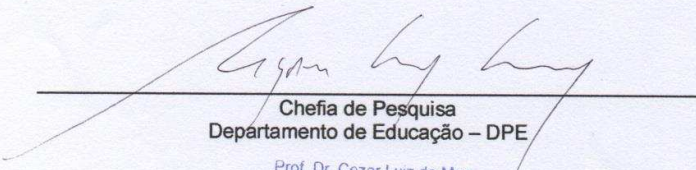
Thiago Oliveira Gomes
Pós – Graduação em Agroecologia pela Universidade Federal de Viçosa

Profª Théa Mirian Medeiros Machado
Orientadora - Departamento de Zootecnia, DZO - UFV

Vanner Boere Souza
Co-orientador – Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular, DBB - UFV

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Viçosa, 20 de Junho de 2014.



Chefia de Pesquisa
Departamento de Educação – DPE

Prof. Dr. Cezar Luiz de Mari
Matrícula: 10285-7
Depto. de Educação - UFV

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Estou ciente que:

Há um projeto de pesquisa intitulado “Formação em Agroecologia e Educação no Campo no Brasil: Caracterização de cursos e Estudo de Caso”, desenvolvida por Thiago Oliveira Gomes e coordenada pela Prof^a Théa Mirian Medeiros Machado. Esta pesquisa se propõe a analisar, sistematizar e discutir os conteúdos dos Projetos Pedagógico dos Cursos de graduação em Agroecologia, Pedagogia da Terra e Licenciatura em Educação no Campo (LICENA) no Brasil, bem como a realizar um estudo de caso sobre a LICENA da Universidade Federal de Viçosa – UFV.

Participarei deste estudo de caso LICENA na UFV como voluntário(a) e sem remuneração. Para isto, autorizo o acesso às avaliações anônimas de ‘tempo universidade’ por mim produzidas, nos quais aceito constar, também anonimamente, a habilitação pretendida por mim. A equipe pesquisadora tomará toda providência no sentido de preservar minha identificação pessoal da exposição pública. Para isto, minhas avaliações de ‘tempo universidade’ não constarão meu nome. Os resultados a serem publicados dirão respeito ao conjunto dos voluntários, e não dirão respeito à minha pessoa em particular. Por isto, entendo que corro riscos mínimos.

A qualquer momento, tenho o direito de solicitar esclarecimentos. Entendo que uma vez contabilizado o conjunto das informações anônimas, não haverá possibilidade de exclusão individual.

Os dados obtidos serão sistematizados e analisados pela equipe pesquisadora e os resultados da coletividade dos voluntários poderão ser publicados de modo a divulgar as informações científicas.

Este estudo beneficiará os voluntários e a coletividade por proporcionar uma visão da Licena UFV em si e em relação a outros cursos, bem como da Agroecologia no contexto dos cursos de Bacharelado e Tecnólogo em Agroecologia e as Licenciaturas em Educação no Campo no Brasil.

Se houver descumprimento de qualquer norma ética no desenvolvimento do estudo poderei recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV, no seguinte contato:

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa
Campus Viçosa
Universidade Federal de Viçosa
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Telefone: (31) 3899 – 2492
CEP: 36570-000
e-mail: cep@ufv.br site: www.cep.ufv.br

De posse de todas as informações necessárias:

Eu, _____

_____ concordo em participar da pesquisa em acordo com os termos listados acima e recebi uma via do presente termo que se encontra de acordo com a Resolução, CNS 466/2012.

Data: ____/____/____

Théa Mirian Medeiros Machado
Tel: (31) 3899-3295

Thiago Oliveira Gomes
Tel: (31) 7562-1341

Voluntário (a)